

**CARTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS DO  
CONCELHO DE CASCAIS**



**DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO E PLANO DE INTERVENÇÃO**

**VOLUME 2**

## Ficha Técnica

### Promotor:

Câmara Municipal de Cascais  
Departamento de Planeamento Estratégico/ Divisão de Planeamento de Infra-estruturas e Equipamentos

### Elaboração do Estudo/ Adjudicatário:

CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda



### Direcção:

António d'Orey Capucho  
Presidente da Câmara Municipal de Cascais

### Coordenação:

Vítor Guerreiro da Silva, Mestre Arquitecto Paisagista  
Director do Departamento de Planeamento Estratégico

Isabel Pinto Gonçalves, Arquitecta  
Directora do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Sócio-Territorial

Carlos Filomeno dos Santos, Geógrafo  
Chefe da Divisão de Planeamento de Infra-estruturas e Equipamentos

Vanda de Sá Carvalho, Socióloga  
Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde

### Participação:

#### Departamento de Planeamento Estratégico:

António Augusto, Mestre Arquitecto  
Paulo Tinoco Mendes, Arquitecto  
Gonçalo Diniz, Engenheiro Civil  
João Montes Palma, Arquitecto

#### Departamento de Habitação e Desenvolvimento Sócio-Territorial:

Luísa Cipriano, Técnica Superior de Serviço Social  
Sónia Garcia, Técnica Superior de Serviço Social  
Teresa Bettencourt, Engenheira  
Teresa Vicente, Socióloga

#### Colaboração institucional de outras Unidades Orgânicas da CMC

GEST - Gabinete de Estatística  
GSIG - Gabinete do Sistema de Informação Geográfica  
PPDM - Projecto de Revisão do Plano Director Municipal

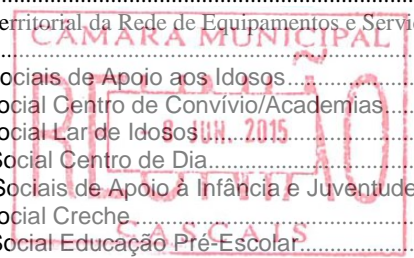
## Índice Geral

<b>0. NOTA DE ABERTURA .....</b>	<b>8</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. CONCEITOS, PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS.....</b>	<b>11</b>
<b>1. CONCEITOS, PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS.....</b>	<b>12</b>
1.1. Contexto, Objectivos e Princípios Orientadores da Programação.....	12
1.2. Estruturação Programática das Respostas Sociais.....	20
1.3. Critérios Orientadores da Programação.....	23
1.4. Critérios das Área de Influência.....	28
1.5. O Modelo Territorial de Base à Programação.....	30
<b>2. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO DA REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS.....</b>	<b>34</b>
<b>2. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO DA REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS.....</b>	<b>35</b>
2.1. Avaliação global da oferta.....	35
2.2. Análise quantitativa e locativa da oferta.....	43
2.2.1. Introdução e aspectos metodológicos.....	43
2.2.2. Infância e Juventude.....	44
2.2.2.1. Ama.....	44
2.2.2.2. Creche.....	46
2.2.2.3. Creche Familiar.....	48
2.2.2.4. Estabelecimento de Educação Pré-Escolar.....	49
2.2.2.5. Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas.....	52
2.2.2.6. Clube de Jovens.....	54
2.2.3. Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência.....	56
2.2.4. Idosos.....	59
2.2.4.1. Centro de Convívio/Academia.....	59
2.2.4.2. Lar.....	62
2.2.4.3. Centro de Dia.....	65
2.2.5. Família e Comunidade.....	68
2.2.6. Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias.....	73
2.2.7. Para Pessoas Infectadas/Afectadas pelo VIH/SIDA.....	78
2.2.8. Pessoas em Situação de Dependência.....	80
2.2.9. Pessoas com Doença Mental.....	84
2.3. Análise qualitativa da oferta.....	87
2.3.1. Avaliação global.....	87
2.3.2. Avaliação global da funcionalidade.....	88
2.3.2.1. Problemas operacionais.....	88
2.3.2.2. Necessidade de obras de conservação.....	89
2.3.2.3. Investimentos programados.....	90
2.3.2.4. Condições de conforto e funcionalidade.....	91
2.3.2.5. Recursos humanos.....	98
2.3.3. Equipamentos de intervenção prioritária.....	99
<b>3. PLANO DE INTERVENÇÃO NA REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO DE CASCAIS .....</b>	<b>102</b>
<b>3. PLANO DE INTERVENÇÃO NA REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO DE CASCAIS .....</b>	<b>103</b>
3.1. Estratégia de Intervenção.....	103
3.2. Linhas Estratégicas.....	105
3.2.1. Linha Estratégica 1 – Melhorar a Taxa de Cobertura da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais.....	105
3.2.2. Linha Estratégica 2 – Melhorar a Territorialidade da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais.....	106
3.2.3. Linha Estratégica 3 – Qualificar as Capacidades e Competências da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais.....	106
3.3. Plano de Acção.....	107
3.3.1. Linha Estratégica 1 – Melhorar a Taxa de Cobertura da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais.....	107
Medida 1.1 Ampliar a Taxa de Cobertura das Respostas Sociais de Apoio a Idosos.....	108
Acção nº1. Ampliar a Taxa de Cobertura da Resposta Social Centros de Convívio e Academias.....	108
Acção nº 2. Ampliar a Taxa de Cobertura da Resposta Social Lares de Idosos.....	110



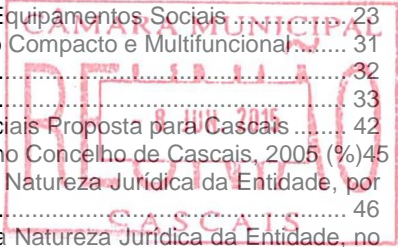
*[Handwritten signature]*

Acção nº 3. Ampliar a Taxa de Cobertura da Resposta Social Centros de Dia .....	111
Medida 1.2. Ampliar a Taxa de Cobertura dos Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude .....	112
Acção nº1. Ampliar a Taxa de Cobertura dos Equipamentos de Ensino Pré-Escolar .....	112
Acção nº2. Ampliar a Taxa de Cobertura das Creches.....	114
Medida 1.3. Ampliar a Taxa de Cobertura de Respostas Sociais de Outros Domínios .....	115
Acção nº1. Ampliar a Taxa de Cobertura de Respostas Sociais de Outros Domínios.....	115
Acção nº2. Monitorizar e Avaliar as Necessidades de Ampliação da Oferta de Respostas Sociais de Outros Domínios .....	116
Medida 1.4 Criar Respostas Sociais Inexistentes.....	118
3.3.2. Linha Estratégica de Intervenção nº 2 – Melhorar a Cobertura Territorial da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais .....	120
Medida 2.1 Melhorar a Cobertura Territorial das Respostas Sociais de Apoio aos Idosos .....	121
Acção nº1. Melhorar a Cobertura Territorial da Resposta Social Centro de Convívio/Academias .....	121
Acção nº2. Melhorar a Cobertura Territorial da Resposta Social Lar de Idosos.....	123
Acção nº 3. Melhorar a Cobertura Territorial da Resposta Social Centro de Dia.....	124
Medida 2.2. Melhorar a Cobertura Territorial das Respostas Sociais de Apoio à Infância e Juventude .....	126
Acção nº1. Melhorar a Cobertura Territorial da Resposta Social Creche .....	126
Acção nº 2. Melhorar a Cobertura Territorial da Resposta Social Educação Pré-Escolar.....	128
3.3.3. Linha de Intervenção Estratégica nº 3. – Qualificar as Capacidades e Competências da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais.....	129
Medida 3.1 Substituir ou Ampliar Equipamentos sem Condições Operacionais.....	130
Medida 3.2 Reabilitação dos Equipamentos com Problemas de Conservação .....	131
Medida 3.3 Qualificação das condições de operacionalidade .....	131
Medida 3.4 Qualificar e Valorizar os Recursos Humanos e as Instituições .....	132
3.4. Programação Financeira e Urbanística da Ampliação da Rede de Equipamentos Sociais .....	133
<b>ANEXOS .....</b>	<b>136</b>



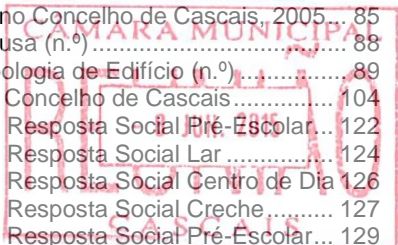
## Índice de Figuras

Figura 1. Questões-Chave de Referência à Programação de Equipamentos Sociais.....	16
Figura 2. Princípios Orientadores da Rede de Equipamentos Sociais .....	20
Figura 3. Aplicação do Modelo Territorial à Rede de Equipamentos Sociais Existente em Cascais .....	22
Figura 4. Planificação Metodológica para a Programação da Rede de Equipamentos Sociais .....	23
Figura 5. Modelo Urbano Disperso e Monofuncional Vs Modelo Urbano Compacto e Multifuncional .....	31
Figura 6. Cascais: A Visão da Estrutura Urbana Dispersa .....	32
Figura 7. Cascais: A Visão da Estrutura Urbana Concentrada.....	33
Figura 8. Aplicação do Modelo Territorial à Rede de Equipamentos Sociais Proposta para Cascais .....	42
Figura 9. Taxa de Cobertura na Resposta Social Ama, por Freguesia, no Concelho de Cascais, 2005 (%).....	45
Figura 10. Taxa de Cobertura na Resposta Social Creche, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, por Freguesia, no Concelho de Cascais, 2005 (%) .....	46
Figura 11. Cobertura Territorial da Resposta Social Creche, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, no Concelho de Cascais, 2005.....	47
Figura 12. Cobertura Territorial da Resposta Social Creche Familiar, no Concelho de Cascais, 2005.....	49
Figura 13. Taxa de Cobertura na Resposta Social Pré-Escolar, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, por Freguesia, no Concelho de Cascais (%) .....	50
Figura 14. Cobertura Territorial da Resposta Social Estabelecimento de Educação Pré-Escolar, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, no Concelho de Cascais, 2005.....	51
Figura 15. Taxa de Cobertura na Resposta Social Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas, por Freguesia, no Concelho de Cascais, 2005 (%) .....	53
Figura 16. Cobertura Territorial da Resposta Social Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, no Concelho de Cascais, 2005 .....	54
Figura 17. Taxa de Cobertura na Resposta Social Clube de Jovens, por Freguesia, no Concelho de Cascais, 2005 (%) .....	55
Figura 18. Localização da Resposta Social Clube de Jovens, no Concelho de Cascais, 2005 .....	56
Figura 19. Relação Capacidade Máxima/Utentes Actuais, por Resposta Social no Tipo Morfológico Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º).....	57
Figura 20. Localização das Respostas Sociais enquadradas no Tipo Morfológico da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, no Concelho de Cascais, 2005.....	58
Figura 21. Taxa de Cobertura na Resposta Social Centro de Convívio/Academia, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, por Freguesias, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º) .....	60
Figura 22. Cobertura Territorial da Resposta Social Centro de Convívio/Academia, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, no Concelho de Cascais, 2005 .....	61
Figura 23. Taxa de Cobertura na Resposta Social Lar de Idosos, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, por Freguesias, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º).....	63
Figura 24. Cobertura Territorial da Resposta Social Lar de Idosos, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, no Concelho de Cascais, 2005.....	64
Figura 25. Taxa de Cobertura na Resposta Social Centro de Dia, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, por Freguesias, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º).....	66
Figura 26. Cobertura Territorial da Resposta Social Centro de Dia, no Concelho de Cascais, 2005.....	67
Figura 27. Relação Capacidade Máxima/Utentes Actuais, por Resposta Social no Tipo Morfológico, para a Família e Comunidade, no Concelho de Cascais, em 2005 (N.º).....	69
Figura 28. Evolução do N.º de Pessoas Atendidas, por Resposta Social no Tipo Morfológico para a Família e Comunidade, no Concelho de Cascais, entre 2001 e 2003.....	69
Figura 29. Cobertura Territorial da Resposta Social Bolsas Alimentares, no Concelho de Cascais, 2005 .....	70
Figura 30. Localização das Respostas Sociais Centro Comunitário/Centro de Recursos e Refeitório/Cantina Social, no Concelho de Cascais, 2005 .....	71
Figura 31. Localização das Respostas Sociais Atendimento a Vítimas de Violência, Atendimento à População Imigrante e Apoio Alimentar, no Concelho de Cascais, 2005.....	73
Figura 32. Relação Capacidade Máxima/Utentes Actuais, por Resposta Social, no Tipo Morfológico Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º) .....	75
Figura 33. Evolução do N.º de Pessoas Atendidas, entre 2001 e 2003, por Resposta Social no Tipo Morfológico Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º).....	76
Figura 34. Localização das Respostas Sociais CAAP, Grupo de Auto-Ajuda, Unidade de Dia e Apartamento de Reinserção Social, no Concelho de Cascais, 2005.....	76
Figura 35. Localização da Resposta Social Equipa de Apoio Social Directo, no Concelho de Cascais, 2005 .....	77
Figura 36. Evolução do N.º de Pessoas Atendidas, entre 2001 e 2003, na Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, no Concelho de Cascais (N.º).....	79
Figura 38. Localização da Resposta Social CAAP, no Concelho de Cascais, em 2005 .....	80



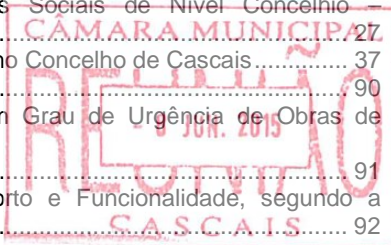
*[Handwritten signature]*

Figura 39. Evolução do N.º de Utentes, entre 2001 e 2003, na Resposta Social Apoio Domiciliário, no Concelho de Cascais (N.º) .....	81
Figura 40. Relação Capacidade Máxima/Utentes Actuais na Resposta Social Apoio Domiciliário, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º) .....	82
Figura 41. Localização da Resposta Social Apoio Domiciliário, no Concelho de Cascais, 2005 .....	83
Figura 42. Evolução do N.º de Utentes, entre 2001 e 2003, na Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional, no Concelho de Cascais (N.º) .....	84
Figura 43. Relação Capacidade Máxima/Utentes Actuais na Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º) .....	85
Figura 44. Localização da Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional, no Concelho de Cascais, 2005 .....	85
Figura 45. Equipamentos com Problemas Operacionais, segundo a Causa (n.º) .....	88
Figura 46. Equipamentos com Problemas Operacionais, segundo a Tipologia de Edifício (n.º) .....	89
Figura 47. Estratégia da Carta de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais .....	104
Figura 48. Área de Reserva para Construção de Novos Equipamentos: Resposta Social Pré-Escolar .....	122
Figura 49. Área de Reserva para Construção de Novos Equipamentos: Resposta Social Lar .....	124
Figura 50. Área de Reserva para Construção de Novos Equipamentos: Resposta Social Centro de Dia .....	126
Figura 51. Área de Reserva para Construção de Novos Equipamentos: Resposta Social Creche .....	127
Figura 52. Área de Reserva para Construção de Novos Equipamentos: Resposta Social Pré-Escolar .....	129



## Índice de Quadros

Quadro 1.	Normas de Programação Aplicáveis às Respostas Sociais de Nível Local .....	25
Quadro 2.	Normas de Programação Aplicáveis às Respostas Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade.....	26
Quadro 3.	Normas de Programação Aplicáveis às Respostas Sociais de Nível Concelhio – Localização Central.....	27
Quadro 4.	Avaliação Global da Rede Social Existente e Desejável, no Concelho de Cascais.....	37
Quadro 5.	Grau de Urgência das Obras de Conservação (%).....	90
Quadro 6.	Equipamentos Sociais no Concelho de Cascais com Grau de Urgência de Obras de Conservação	90
Quadro 7.	Investimentos Programados a Curto Prazo .....	91
Quadro 8.	Avaliação da Importância das Condições de Conforto e Funcionalidade, segundo a Resposta Social.....	92
Quadro 9.	Condições de Conforto e Funcionalidades dos Equipamentos.....	93
Quadro 10.	Recursos Humanos e Equipamentos, segundo a Resposta Social (n.º).....	99
Quadro 11.	Critérios de Programação Financeira e Urbanística.....	135
Quadro 12.	Síntese de Programação Urbanística e Financeira da Criação de novos Equipamentos	135



*(Handwritten signature in blue ink)*



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

## 0. NOTA DE ABERTURA



## Apresentação

O documento que agora se apresenta constitui a Carta Social de Cascais (Carta de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais). Um estudo que deverá orientar os investimentos em equipamentos e respostas sociais no concelho no próximo decénio.

Este documento, desenvolvido entre Dezembro de 2004 e Maio de 2007, é resultado, por um lado, de um longo processo de diagnóstico territorial, social e institucional e, por outro, da aplicação de diversas metodologias de planeamento estratégico e de programação de equipamentos e respostas sociais.

Tratou-se de um exercício de grande amplitude e complexidade que beneficiou da elevada competência técnica e dedicação dos diversos técnicos municipais que conosco trabalharam nomeadamente, das Divisões de Planeamento de Infra-estruturas e Equipamentos (DPIE) e de Desenvolvimento Social e Saúde (DESS). A riqueza do seu conhecimento e a dedicação ao interesse público são o garante da continuidade deste documento enquanto instrumento de gestão e de monitorização do território e das políticas sociais no concelho.

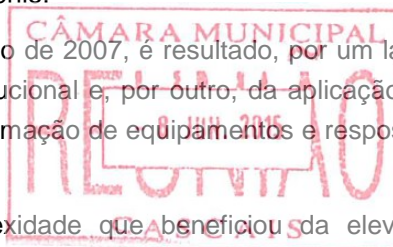
A disponibilização de Respostas Sociais às famílias e aos indivíduos carenciados tem uma larga história no país e em Cascais. Até ao final do século XIX, esta acção esteve limitada a entidades colectivas não estatais, como as organizações religiosas, ou dependente da caridade individual e da solidariedade familiar. A gradual emergência dos direitos sociais, no decorrer do Século XX, concorreu, num primeiro tempo, para que outros actores – associações mutualistas, cívicas, empresas –, e diversas formas de assistência fossem surgindo.

Todavia, somente nas últimas três décadas o panorama se alterou substancialmente, em termos quantitativos e qualitativos, fruto da tomada de consciência dos direitos sociais, da adopção de padrões europeus e da assumpção do Estado da plenitude das suas responsabilidades. Num esforço impar da história do país, mobilizaram-se recursos financeiros, formaram-se recursos humanos e multiplicaram-se equipamentos e Respostas Sociais. Os níveis de cobertura dos equipamentos sociais aumentaram significativamente e os indicadores revelam, de forma, inequívoca, o progresso social que o país enfrentou.

Em todo este ciclo modernizador o papel das autarquias foi determinante. A estas devem ser atribuídas uma parte importante dos ganhos sociais e dos benefícios obtidos na qualidade de vida das populações, em geral, e dos mais carenciados, em particular. As câmaras municipais têm desempenhado um vasto e diversificado papel, na maioria das vezes pouco reconhecido pelo Estado e pela Sociedade, enquanto promotoras directas, criando equipamentos, infra-estruturas urbanas e Respostas Sociais; como parceiras e financiadoras de entidades cooperativas e de instituições privadas de solidariedade social; como dinamizadoras de redes sociais.

Os dados que se apresentam neste documento são ilustrativos. A Câmara Municipal de Cascais é um dos pilares fundamentais na coesão social do concelho. De si depende, não só a equipamentação do território, mas também uma parte importante das instituições sociais instaladas que beneficiam regularmente de financiamento e apoio institucional para o seu funcionamento.

Os desafios da Câmara de Cascais no domínio social são por isso gigantescos. Tanto mais quanto a dimensão urbana e populacional do concelho se reflecte numa significativa amplitude e complexidade de problemas sociais.



Fazendo frente a essa situação, Cascais tem-se munido de diversos instrumentos de planeamento, gestão e monitorização da Acção Social, que reflectem uma séria preocupação em construir um território mais justo, mais solidário e mais coeso. A Carta Social é mais um passo nesse sentido.

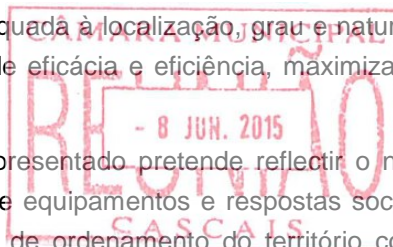
Num país em que, pese embora todos o esforços empreendidos, as fragilidades sociais e as carências nas respostas são ainda expressivas e em que a escassez de recursos não permite acudir a todas as necessidades, torna-se determinante dispor de uma Rede Social territorialmente ordenada, correctamente dimensionada e tipologicamente adequada à localização, grau e natureza dos problemas, por forma a responder com elevados níveis de eficácia e eficiência, maximizando resultados.

Respondendo a todos estes desafios, o documento agora apresentado pretende reflectir o novo panorama de actuação pública em matéria de planeamento de equipamentos e respostas sociais. Nesse sentido não só fornece indicações claras em matéria de ordenamento do território como sinaliza os domínios prioritários de investimento de modo a orientar a acção dos actores privados e cooperativos. Desta forma, a Carta Social está organizada em três volumes:

- No primeiro volume apresenta-se uma leitura de síntese do contexto social do Concelho seguida das análises da oferta de equipamentos sociais e da oferta das Respostas Sociais, na qual, são detalhadamente caracterizadas as condições físicas, operacionais e humanas que dispõe cada uma das Respostas Sociais;
- No segundo volume definem-se os conceitos, os princípios e os critérios de programação adoptados, desenvolve-se o diagnóstico prospectivo que permitiu identificar de forma sistematizada as necessidades de investimento social e desenvolve-se a estratégia de modernização e qualificação dos equipamentos e respostas sociais;
- No terceiro volume apresenta-se uma caracterização detalhada de cada um dos equipamentos e respostas sociais instalados no concelho.

Lisboa, Maio de 2008

A Coordenação





A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

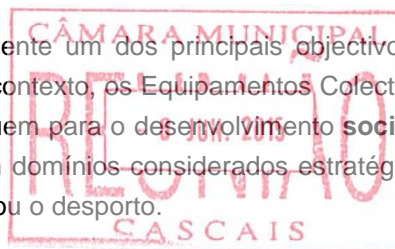
## 1. CONCEITOS, PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS

# 1. CONCEITOS, PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS

## 1.1. Contexto, Objectivos e Princípios Orientadores da Programação

### *A dupla missão dos Equipamentos Colectivos*

O desenvolvimento integrado e sustentável constitui actualmente um dos principais objectivos e desafios tanto ao nível local, como regional e nacional. Neste contexto, os Equipamentos Colectivos desempenham um papel relevante na medida em que contribuem para o desenvolvimento social e para a qualificação do quadro de vida das populações em domínios considerados estratégicos como a justiça, a acção social, a educação, a saúde, a cultura ou o desporto.



Todavia, para além de actuarem como plataformas de sustentação das políticas públicas, assumem outra relevância instrumental conferida pelos impactes que têm no território e no quotidiano dos cidadãos. Por esse facto os Equipamentos Colectivos constituem a um tempo, **instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos**, e, num segundo tempo, formas de estruturação dos sistemas urbanos, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos lugares, contribuindo destas duas formas para o bom ordenamento do território, nas mais diferentes escalas.

Por conseguinte, o exercício de programação de Equipamentos Colectivos assume uma dupla relevância:

- Por um lado, diagnosticando as necessidades quantitativas e qualitativas de um dado território e identificando os investimentos que serão necessários realizar, de forma a suprir as carências do presente e do futuro, no quadro de uma política de desenvolvimento social;
- Por outro lado, contribuindo para o planeamento urbanístico e para a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável em harmonia com os demais instrumentos de ordenamento territorial.

### *O novo contexto da Programação de Equipamentos Colectivos*

Desde a primeira metade do século XX que os Estados Europeus assumiram a oferta de Equipamentos Colectivos como um instrumento fundamental para a consolidação dos modelos de organização social e política e como veículo de justiça social. Em consequência, investiram massivamente na dotação de Equipamentos e Serviços Públicos o que originou a rápida expansão e diversificação da oferta visando-se:

- Por um lado, garantir a universalidade no acesso;
- Por outro, responder às necessidades dos indivíduos ao longo das diversas fases da vida.

A rápida evolução do número de Equipamentos Colectivos, impulsionada na Europa do pós-Guerra pela forte expansão e renovação das áreas urbanas e pelas grandes necessidades em bens públicos, seguiu dois princípios fundamentais que estiveram presentes, de forma indelével, nos exercícios de Programação de Equipamentos Colectivos que foram realizados, nomeadamente:

- **Que a dotação de equipamentos e serviços públicos era uma obrigação exclusiva e inalienável do Estado**, fazendo com que este se assumisse como o único responsável na criação de condições para a existência de desenvolvimento e justiça social;
- **Que a universalidade do acesso** aos Serviços e Equipamentos Públicos por toda a população era um **aspecto determinante para existência de justiça social**.

Neste contexto foi extremamente difundida a experiência de programação de equipamentos francesa dos anos 60, mormente a aplicada na construção dos *Grands Ensembles*. Esta, para além de estar suportada em *standards*, visava a universalização dos serviços segundo padrões de racionalidade que pressupunham limiares de procura, confinando-se à definição e aplicação de grelhas de investimentos públicos por tipologia de equipamento.

A formulação de críticas a este modelo de abordagem iniciou-se nos anos 70 incidindo no seu carácter estático, pouco adaptado às mudanças, aos contextos sócio-económicos e aos avanços tecnológicos. A utilização excessiva de abordagens parametrizadas e normalizadas revelou-se manifestamente insuficiente num leque amplo de questões, designadamente:

- Originou uma simplificação exagerada dos problemas;
- Revelou-se uma abordagem estritamente sectorial e pouco integradora das várias Respostas Sociais;
- Manifestou-se incapaz em compreender e lidar com o surgimento de novos actores privados e associativos;
- Considerou o *standard* como um objectivo em si e não como um meio para alcançar um objectivo mais amplo de desenvolvimento social;
- Sobrevalorizou a importância da construção do equipamento para a resolução dos problemas, esquecendo-se que o mesmo é também um Serviço e uma Organização.

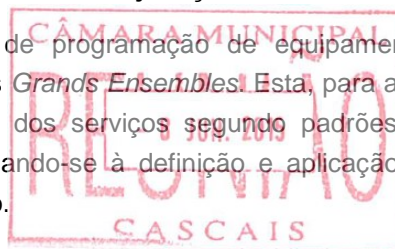
Em consequência, no decorrer dos últimos anos, a Programação de Equipamentos Colectivos, em particular, a que incide sobre os domínios da acção social e da saúde, sofreu importantes transformações, tornando-se num exercício mais complexo e mais dinâmico, sem prescindir da utilização, nos casos adequados, dos referenciais normalizados.

Entre as múltiplas transformações que ocorreram, há um conjunto de factores que pela sua relevância importa considerar na elaboração da Carta Social de Cascais para que esta esteja em coerência com o seu tempo, cumprindo os objectivos que foram cometidos.

**A primeira** dessas transformações reside na crescente valorização da qualidade do Serviço prestado e da Gestão e Organização do Equipamento. Efectivamente, verifica-se que as questões organizacionais e funcionais, designadamente na capacidade de resolução dos problemas e de gestão das necessidades e dos recursos, assumem um papel crítico para o bom desempenho dos equipamentos e para a sua valoração pelos utentes.

**A segunda** transformação reside na tomada de consciência que um Equipamento Colectivo, ao longo do seu período de vida, pode acolher diferentes actividades e serviços, pelo que a sua adaptabilidade às necessidades de cada tempo é uma exigência cada vez maior.

**A terceira** transformação reside na crescente participação dos actores privados e cooperativos no domínio da Intervenção Social, o que tenderá a incrementar-se no futuro, seja porque haverá maior



capacidade dos utentes em suportarem os custos das respostas sociais, seja porque o aumento do volume de utentes em determinados domínios, em particular nos idosos, permitirão economias de escala atraindo promotores privados.

Esta situação obriga a que o Estado redefina simultaneamente o seu posicionamento, bem como a forma como é feita a gestão da Rede Social e, por conseguinte que a Programação de Equipamentos Sociais se adapte ao novo contexto.

Considerando que a preparação do território dos recursos físicos e humanos necessários para a concretização dos objectivos de desenvolvimento social é partilhada pelas esferas pública, privada e cooperativa, o exercício de programação deverá, por isso, adaptar-se a este facto contendo um carácter de mobilização dos actores, orientando os investimentos a realizar. Isto significa que as Cartas de Equipamentos se deverão distanciar do actual modelo, enquanto agendas de investimentos públicos, para terem planos de carácter estratégico, sinalizando necessidades e oportunidades de investimento.

De facto, num contexto de desestruturação do Estado Providência, tem-se assistido progressivamente ao esbatimento do Estado como único actor da Intervenção Social, assumindo cada vez mais um papel de orientação política, identificação de prioridades e definição de parâmetros de qualidade, que concretiza:

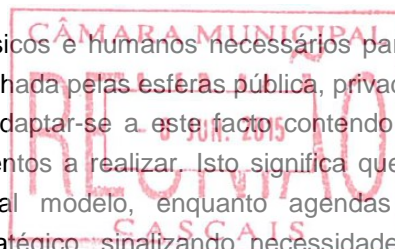
- Em diálogo com os parceiros;
- Legislando e fiscalizando do cumprimento dos parâmetros de qualidade impostos;
- E, finalmente, co-financiando investimentos.

Perante este cenário, abriu-se espaço para a crescente intervenção de outros parceiros, nomeadamente, os privados. O **papel activo dos investidores privados no mercado social** reveste-se de uma grande importância na medida em que contribui para apoiar o esforço de alocação de recursos públicos, permitindo que estes se concentrem em domínios sociais prioritários para a justiça social, perseguindo objectivos de equidade.

Paralelamente, a crescente **descentralização de competências e atribuições da administração central para o nível local conduziu a um maior protagonismo das autarquias locais** no planeamento da Intervenção Social. Este papel tem-se vindo a consolidar tendo passado por dois momentos:

- Num primeiro tempo planeando a localização e programando os investimentos públicos em Equipamentos Colectivos, respeitantes ao quadro de competências que lhes foi atribuído;
- Actualmente, como dinamizadores e coordenadores das Redes Sociais, fazendo recurso do seu melhor conhecimento dos problemas e das necessidades locais, transmitindo aos promotores privados orientações, no sentido de identificar os domínios e os espaços prioritários para a realização de investimentos, no sentido do cumprimento das metas de desenvolvimento social estabelecidas para o Concelho.

Neste contexto à Administração Central compete zelar pelo cumprimento de padrões mínimos de qualidade do serviço através da publicação de legislação, que disciplina a acção dos promotores públicos e privados.



**A participação de parceiros privados no contexto do domínio social não é isenta de ameaças e problemas. Antes de mais exige do Estado uma maior eficácia na regulação do sector, seja na produção de legislação como na fiscalização da mesma.** Por outro lado, obriga ao fornecimento de referenciais claros em termos de planeamento tanto mais quanto o envolvimento destes novos actores transforma os serviços de apoio social numa actividade económica que exige a sustentabilidade financeira dos Serviços e dos Equipamentos.

Por fim, um quarto factor em crescimento constitui aquilo a que usualmente se denomina por **governança melhorada**, isto é, **importa mobilizar mais os diferentes actores da Rede Social**, tornando-os mais dinâmicos e activos, reforçando as ligações entre os vários níveis de intervenção (nacional, regional e local), criando-se também canais regulares de comunicação e informação entre os vários parceiros desta plataforma, mas também com o público-alvo. Esta atitude revela-se essencial para garantir uma maior eficácia e eficiência da rede de Equipamentos e Serviços Sociais.

### ***Os factores chave que determinam a procura de Equipamentos e Respostas Sociais***

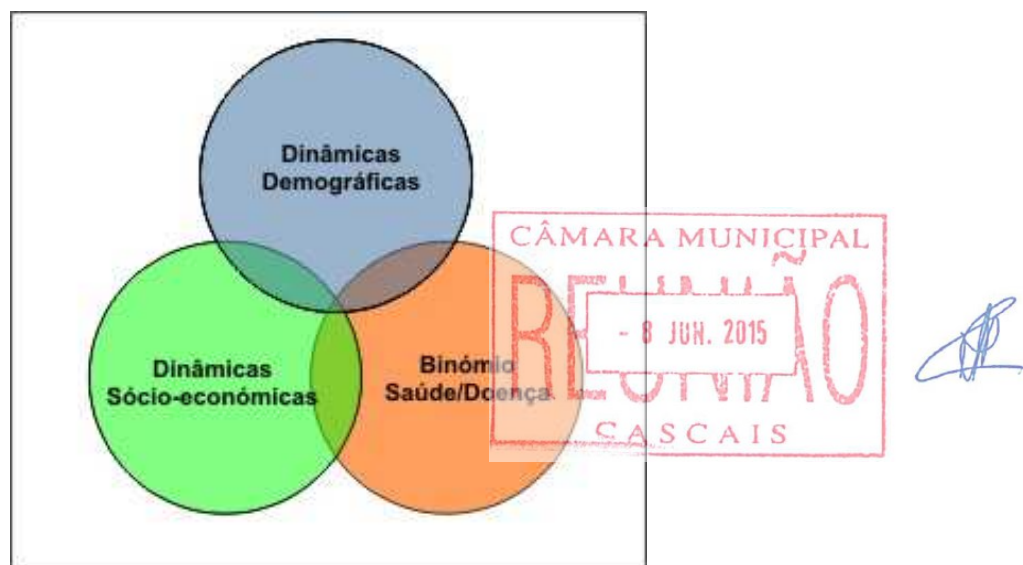
O desafio com que actualmente nos confrontamos passa pela definição das necessidades de Respostas Sociais e Equipamentos, a **procura incessante de equidade de acesso e utilização**, perspectivado não apenas na óptica da igualdade, mas também no sentido de **Justiça Social**, e procura da **qualidade dos serviços prestados**. Todavia, este desafio deverá ser precedido pelo reconhecimento da diversidade dos grupos beneficiários, assim como dos contextos do quotidiano, onde se processam as suas realidades.

Assim, esta Carta Social afasta-se dos ideais dominantes até finais do século XX de respostas comuns para necessidades comuns. Procura-se, pelo contrário, respostas multifacetadas para realidades diferenciadas, o que ilustra a valorização da grande riqueza das realidades individuais, conferindo-se aos Equipamentos uma componente que se estende para lá da sua funcionalidade.

A Programação de Equipamentos Sociais deverá ter em conta três grandes questões, designadamente:

- Os **comportamentos demográficos** do território em estudo, conhecendo-se a evolução dos quantitativos globais e os grupos específicos que exigem maior protecção social, designadamente as crianças e os idosos;
- Os **desempenhos sócio-económicos** não tanto ao nível do crescimento da riqueza, mas da sua **redistribuição** aferida através dos problemas da inclusão no mercado de emprego e da pobreza;
- As problemáticas do binómio **saúde/doença**, onde por vezes é difícil delimitar a fronteira entre a abordagem da Acção Social e a da Saúde.

Estas três grandes questões contêm as variáveis que determinam a evolução da procura de Respostas Sociais e, por isso mesmo, a procura dos Equipamentos Colectivos. Por outro lado, cada uma destas questões revela problemas sociais específicos e trata de populações-alvo distintas, que por vezes se justapõem. Assim, a cada questão podem associar-se quantitativos de procura diferentes, identificados nos exercícios prospectivos de suporte à Programação de Equipamentos de cada um deles.

**Figura 1. Questões-Chave de Referência à Programação de Equipamentos Sociais**

O domínio da demografia reporta-nos para a tendência pesada de duplo envelhecimento da estrutura etária que se assiste no espaço comunitário, no país e na própria AML. Isto é, para a diminuição dos grupos etários mais jovens e o alargamento da faixa etária correspondente à população idosa.

Por conseguinte, a população-alvo do domínio demografia tem correspondência directa com grupos etários, os quais constituem os públicos-alvo quantitativamente mais numerosos e politicamente mais expressivos das Respostas Sociais. Esta relevância política manifesta-se, por exemplo, no recém criado *Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais* (PARES), dada a primazia que o Governo deu aos investimentos em Equipamentos Sociais destinados à infância e juventude e aos idosos por comparação com os investimentos afectados às Respostas Sociais para os restantes grupos-alvo.

Por o público-alvo das Respostas Sociais para a infância e juventude e para os idosos constituírem grupos-etários, a estimativa das necessidades futuras encontra-se facilitada, dadas as possibilidades que as projecções demográficas oferecem. Esta situação não se verifica relativamente aos públicos-alvo das restantes Respostas Sociais que compõem a rede de Equipamentos Sociais, uma vez que são transversais à estrutura etária.

O domínio da socio-economia está associado ao comportamento macroeconómico e à distribuição da riqueza à escala nacional, regional e local. Em função da tendência evolutiva da economia global e local, determinados grupos apresentam-se mais vulneráveis a uma privação económica, que se manifesta essencialmente por uma exclusão do mercado de emprego. Este facto faz com que passem a constituir grupos de risco, como é o caso da população desempregada, dos idosos com graves carências económicas e de todo um vasto grupo de indivíduos cuja frágil inserção social é fortemente afectada pela evolução da economia, nomeadamente, os imigrantes e as minorias étnicas, os sem abrigo, os ex-reclusos, entre outros. Efectivamente, o comportamento evolutivo da economia levanta inúmeras preocupações, não só de pobreza, resultante de condicionalismos conjunturais, mas especialmente de privação de determinados grupos sociais no acesso e utilização



de bens e serviços, uma vez que tal como constatado na actualidade se verifica uma correlação significativa entre o processo de desenvolvimento e a desigualdade na distribuição dos rendimentos.

Porém, a previsão da evolução macro-económica constitui uma tarefa extremamente complexa e difícil, especialmente quando se tem por objectivo horizontes temporais relativamente distantes. Portanto, a Programação de Equipamentos e Serviços Sociais para os grupos sociais, sujeitos a acentuadas privações na distribuição dos rendimentos depara-se com importantes desafios que impossibilitam uma prospectivação exacta das necessidades nos cenários a curto e longo prazo.

O domínio da saúde/doença, à semelhança dos anteriores, não pode ser desligado das tendências registadas nas escalas pertinentes. A evolução das patologias, sejam elas associadas à deficiência, problemas de saúde mental, comportamentos aditivos ou doenças infecto-contagiosas, influenciam o comportamento da procura ao nível de múltiplas Respostas Sociais.

Contudo, tal como o domínio da socio-economia, também este é influenciado por uma multiplicidade de factores que dificulta a prospectivação da procura. A vasta componente de factores vão desde o próprio indivíduo, associado ao padrão evolutivo dos comportamentos de risco e estilos de vida saudáveis, até à evolução dos avanços registados pela medicina, passando indubitavelmente pelas próprias tipologias de sistemas de saúde, que em função do modelo subjacente, revelam capacidades diferenciadas de integração das descobertas da investigação clínica e em torná-las acessíveis económica e geograficamente às populações que delas necessitam. Atendendo à complexidade de todo este processo, que dificultam a capacidade de prospecção das necessidades destas Respostas Sociais, sabe-se, no entanto, que quanto maior for o acesso destes grupos-alvo à informação maiores serão os quantitativos da procura.

### ***As características do território e os desafios da Carta Social***

No Concelho de Cascais, a programação dos Equipamentos Colectivos reveste-se de uma importância elevada, dadas as especificidades que caracterizam este território, resultantes da sua inserção no maior e mais dinâmico contexto urbano do país. Esta situação gera um conjunto de problemáticas e respostas que colocam importantes desafios à programação. É o caso de fenómenos como:

- A **fragmentação territorial** do quotidiano das famílias;
- A **acentuada procura** de determinadas Respostas Sociais, designadamente as que respondem ao **apoio às crianças e idosos**, fruto da recomposição das estruturas familiares e de uma participação mais activa das mulheres no mercado de emprego;
- A presença de **minorias étnicas** com elevados défices de integração social e económica;
- A existência de fenómenos específicos de exclusão social e de saúde pública, próprios dos processos de urbanização, como os “sem abrigo” e a toxicodependência.

Paralelamente, três outros factores criam notáveis dificuldades à gestão e programação da rede, designadamente:

- A **extensão** da rede de Equipamentos e Respostas Sociais implantada no Concelho;
- A **pulverização** de respostas, cada vez mais especializadas;

- A **débil sustentabilidade** do associativismo solidário.

### **A Carta Social e os demais instrumentos de Desenvolvimento Social e Territorial**

A sustentabilidade da Carta Social de Cascais implica que a sua programação se encontre em estreita articulação com os objectivos e princípios orientadores das políticas, programas e planos de desenvolvimento social e de planeamento territorial de âmbito nacional, regional e municipal. Esta constitui uma condição essencial para que a Carta Social contribua:

- A um tempo, para alcançar as metas de desenvolvimento social estabelecidas pela Comissão Europeia (CE) e pelo Governo;
- Num segundo tempo, para viabilizar um modelo desenvolvimento territorial integrado e sustentável do Concelho de Cascais.

Quanto às **normas e directrizes comunitárias**, importa ter em conta especialmente os documentos orientadores das políticas e das estratégias desenhadas para a protecção e inclusão social. Entre estes, salienta-se o recente comunicado da Comissão Europeia sobre o *Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social 2006*, do qual importa salientar dois aspectos essenciais.

Em **primeiro lugar**, a chamada de atenção para as principais tendências actuais que devem merecer centralidade ao nível das políticas sociais, designadamente:

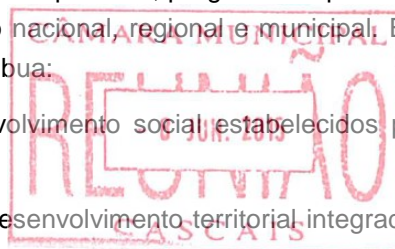
- Os desafios ligados ao aumento da imigração;
- Os custos crescentes dos sistemas e dos seguros de saúde;
- A necessidade de dispor de estruturas de acolhimento a preços acessíveis para crianças, pessoas com deficiência e idosos dependentes, atendendo à evolução do comportamento demográfico e ao aumento da actividade feminina.

Estas três tendências transversais, verificadas na globalidade dos Estados-Membros, dão indicação clara dos tipos morfológicos e das Respostas Sociais a que importa dar prioridade em matéria de investimento, mormente em Equipamentos e Respostas Sociais, uma vez que se prevê um contínuo crescimento da sua procura.

Em **segundo lugar**, constata-se que das sete prioridades políticas consideradas pela Comissão Europeia (CE), como essenciais no combate à pobreza e à promoção da protecção social, algumas delas não encontram resposta na actual rede de Equipamentos e Respostas Sociais do Concelho de Cascais, designadamente, a existência de respostas integradas orientadas para as desvantagens múltiplas e para as necessidades de grupos de risco como, por exemplo, os sem-abrigo. Também os ex-reclusos e os idosos isolados justificam uma preocupação acrescida da parte da Comissão Europeia.

Relativamente às **indicações ou directrizes nacionais** importa salientar o recém-publicado Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, que consagra os princípios, finalidades e objectivos da Rede Social. Deste documento legislativo importa destacar o ênfase colocado na ideia de que para se fazer face às problemáticas sociais que afectam a nossa sociedade, é fulcral que no âmbito do planeamento social e urbano, de âmbito local ou regional, estejam presentes as medidas e acções definidas nos principais documentos nacionais, tais como:

- O Plano Nacional para a Acção, Crescimento e Emprego (PNACE);



- O Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI);
- O Plano Nacional de Emprego (PNE);
- O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- O Plano Tecnológico (PT);
- O Plano Nacional de Saúde (PNS);
- O Plano Nacional para a Igualdade (PNI);
- O Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNCVD);
- A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS).



No que concerne à **articulação com os instrumentos de ordenamento do território**, dada a sua vastidão, consideraram-se apenas quatro como fundamentais, sem prejuízo da não inclusão de outros instrumentos de carácter programático, normativo, vinculativo ou estratégico, existentes para as diversas escalas (concelhio, regional ou nacional) que possam, de algum modo, ter influência directa no planeamento e desenvolvimento do território de Cascais.

Ao nível municipal, os **instrumentos** com maior impacto na Carta Social de Cascais, são:

- O **Plano Director Municipal**, por se tratar de um marco estratégico, ordenador do futuro do território e com carácter vinculativo;
- A **Agenda XXI**, na medida em que preconiza alguns dos eixos em que assentará o modelo de desenvolvimento sustentável do Concelho e, como tal, que também deverão ser seguidos pela própria Carta Social do Concelho;
- O **Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social do Concelho de Cascais**, para o qual a Carta Social deverá ser um instrumento de concretização dos objectivos estratégicos definidos;
- A **Carta Educativa do Concelho de Cascais**, que no âmbito do pré-escolar confina/sobrepõe com a Carta Social.

O facto de se tratarem de instrumentos recentes, faz com que se encontrem dotados de uma evidente actualidade, o que reforça a necessidade de articulação com a Carta Social de Cascais.

Ao nível regional, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), reveste-se de uma importância particular. Assim, a programação de equipamentos sociais do Concelho de Cascais deverá encontrar-se em conformidade com os grandes desígnios de ordenamento territorial definidos no PROTAML, nomeadamente com os objectivos:

- De promoção de uma integração regional progressiva,
- De recuperação e integração dos aglomerados urbanos existentes;
- De apoio do desenvolvimento económico e social no quadro do necessário equilíbrio ambiental;
- Do incremento da competitividade e da promoção da melhoria da qualidade de vida.

### Princípios Orientadores da Territorialidade da Rede de Equipamentos Sociais

A partir da concertação dos desafios com que a Carta Social de Cascais se depara, foram definidos quatro grandes princípios de sustentação do padrão territorial da Rede de Equipamentos Sociais do Concelho de Cascais, designadamente:

- A prossecução de uma lógica de **equidade**, de modo a que seja assegurada uma distribuição que possibilite a todos os utentes a igualdade de oportunidades no acesso e utilização dos Equipamentos Sociais perante iguais necessidades;
- A prossecução de uma lógica de **proximidade**, uma vez que a distribuição espacial dos equipamentos deverá garantir que os Equipamentos Sociais se localizem próximos dos utentes, privilegiando um quadro de vida local e evitando extensos movimentos pendulares;
- A preocupação em contribuir para a estruturação do território assente num modelo **policêntrico**, assegurando a distribuição dos equipamentos e a afectação locativa dos mesmos de modo a reforçar as centralidades;
- O cumprimento dos princípios de **racionalidade e eficiência**, dado que perante a impossibilidade em dotar uniformemente todas as freguesias, urge proceder a uma espacialização e afectação dos equipamentos sociais que maximize os resultados sociais dos investimentos realizados.

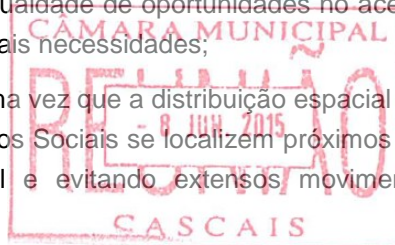


Figura 2. Princípios Orientadores da Rede de Equipamentos Sociais



## 1.2. Estruturação Programática das Respostas Sociais

A Rede de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais caracteriza-se por uma extensão e diversidade notável, resultante da existência de domínios morfológicos heterogéneos e

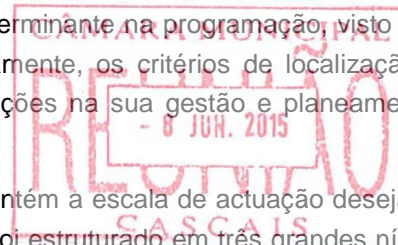
subsequentemente de Respostas Sociais muito distintas em cada um deles, o que denota preocupações sociais com temáticas multivariadas.

Reflectindo as muitas diferenças entre si, as Respostas Sociais que compõem a Rede Social de equipamentos de Cascais têm âmbitos de actuação muito díspares, que vão desde uma atracção restrita de âmbito local até uma capacidade polarizadora que se estende a todo o país e que ilustram o importante papel que Cascais assume em matéria social à escala nacional. A área de influência de cada Equipamento Social constitui um factor determinante na programação, visto que em função dele se estruturam inúmeros aspectos, nomeadamente, os critérios de localização e dimensionamento, o papel das diferentes entidades e instituições na sua gestão e planeamento, entre outros.

Por conseguinte, foi desenvolvido um modelo territorial que contém a escala de actuação desejável de cada uma das diferentes Respostas Sociais. Este Modelo foi estruturado em três grandes níveis de actuação, sendo que dois deles se encontram ainda repartidos em outros dois sub-domínios.

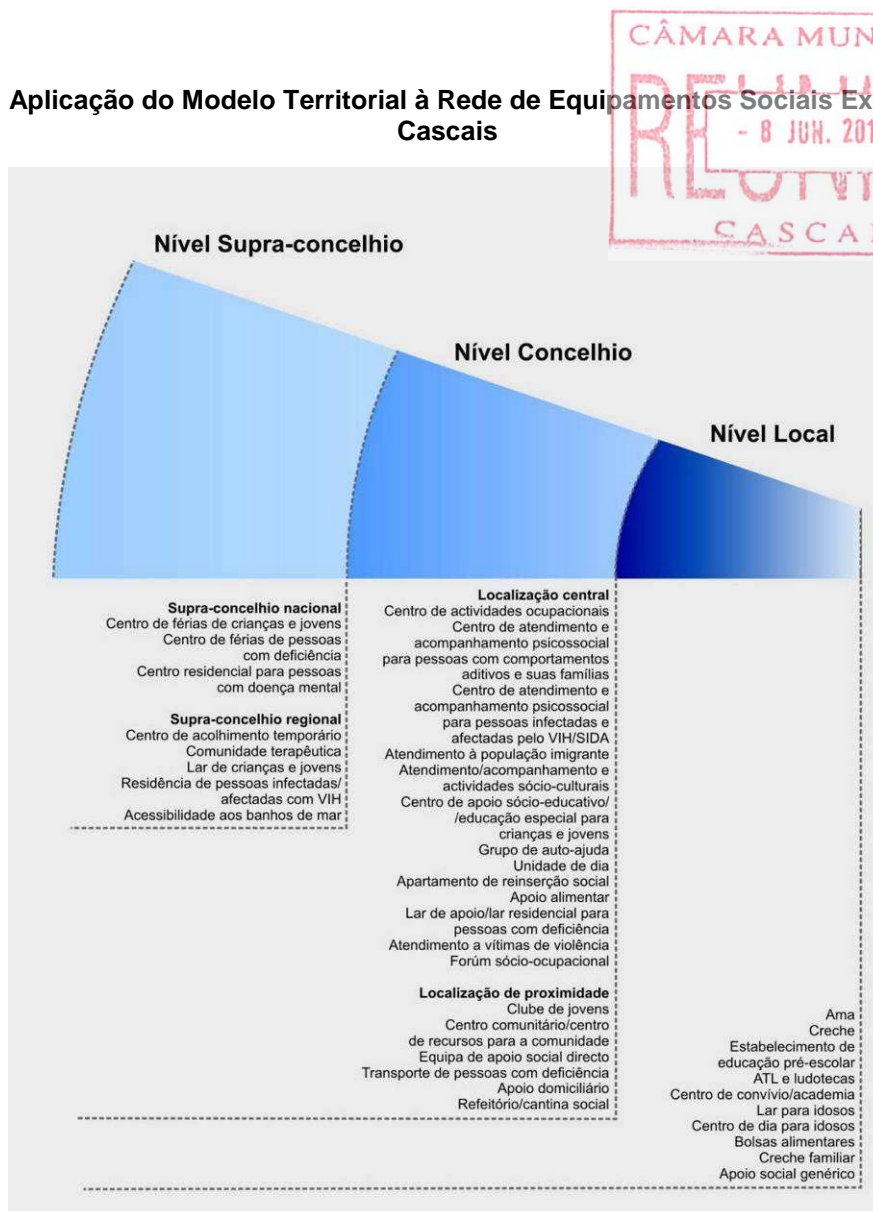
Assim, a **Rede de Equipamentos Sociais do Concelho de Cascais deverá organizar-se em três níveis:**

- O **nível supra-concelhio**, que pode ser **de âmbito nacional** ou de **âmbito regional**, consoante a origem do público-alvo dos Equipamentos e Serviços, e que corresponde, em geral, a equipamentos geridos pela Administração Central ou com um grau de especificidade muito elevado.
- O **nível concelhio**, que se reparte em duas situações desejáveis de localização:
  - **Central**, ou seja, Equipamentos e Respostas Sociais que estão vocacionados para um público-alvo que tem um padrão de localização relativamente difuso exigindo-se, por esse facto, que o Equipamento ou Serviço beneficie de uma boa acessibilidade geral, normalmente existente nos locais mais centrais;
  - **De proximidade**, relativamente a Equipamentos e Respostas Sociais que estão dirigidos para públicos-alvo específicos, que têm uma localização pontual e concentrada num dado local do Concelho, justificando-se, por esse facto, que a Resposta Social esteja aí instalada, tanto mais que na maioria das vezes se trata de população com elevados níveis de pobreza e fortes condicionamentos de mobilidade.
- O **nível local ou de freguesia**, que está mais próximo do território de inserção do Equipamento e Serviço, corresponde a Respostas Sociais essencialmente dirigidas à infância e juventude e aos idosos, que se desejam universalizadas, cobrindo sistematicamente todo o território no Concelho, assegurando-se que o seu público-alvo tenha uma resposta no âmbito do seu quadro de vida quotidiano. Esta lógica de territorialidade dos equipamentos e respostas sociais justifica-se por dois níveis de razões:
  - Tratam-se de públicos-alvo com quantitativos amplos em todas as freguesias do concelho;
  - Tratam-se de públicos-alvo com fortes limitações de mobilidade, sendo desejável que encontrem resposta na proximidade da área de residência.



Naturalmente, que quanto maior é a área de influência de uma Resposta Social, menor é a sua necessidade de proximidade ao seu respectivo público-alvo, e mais elevado é o nível da hierarquia que lhe está afectado no modelo territorial proposto. Pelo contrário, as Respostas Sociais que pelas suas especificidades se encontrem mais próximas dos cidadãos foram atribuídas a níveis mais reduzidos no modelo territorial.

Figura 3. Aplicação do Modelo Territorial à Rede de Equipamentos Sociais Existente em Cascais



A figura anterior, relativa ao Modelo Territorial, ilustra claramente a preponderância das Respostas Sociais de nível concelhio e local. Todavia, é igualmente relevante verificar que o Concelho de Cascais apresenta um leque relevante de Respostas Sociais de âmbito supra-concelhio, regional ou nacional. Este facto resulta das potencialidades concelhias, que fazem com que este assuma uma posição estratégica, privilegiada para o estabelecimento de vários equipamentos sociais. Destacam-se factores como sendo a sua inserção na Área Metropolitana de Lisboa, a dotação de importantes acessibilidades rodoviárias e ferroviárias e a existência de factores que potenciam a qualidade de

vida, como é o caso do Parque Natural Sintra-Cascais entre todo um vasto conjunto de condições naturais de grande valor que motivaram que ao longo do século XX aqui se instalassem diversos equipamentos.

Contudo, é nas Respostas Sociais de nível concelhio e de nível local que a Câmara Municipal de Cascais deverá desempenhar um papel de planeamento mais proeminente, uma vez que estas as Respostas Sociais deverão ser organizadas à escala concelhia. Por esse facto é sobre estas que deverá incidir prioritariamente a Programação de Equipamentos Colectivos.

A afectação dos níveis hierárquicos do Modelo Territorial a cada Resposta Social resultou da articulação de dois factores, designadamente, os critérios de localização e dimensionamento estabelecidos nas Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da DGOTDU, e os documentos e instrumentos normativos e estratégicos da responsabilidade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, como o quadro legislativo, onde se disciplinam as normas que regulamentam as condições de implantação, localização, instalação e funcionamento das Respostas Sociais. Porém, sempre que os instrumentos normativos mencionados anteriormente se revelaram omissos nesta matéria, recorreu-se aos conceitos de cada Resposta Social definidos no glossário que acompanha a presente Carta Social.

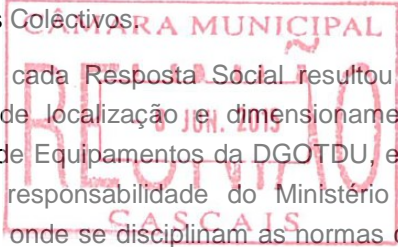
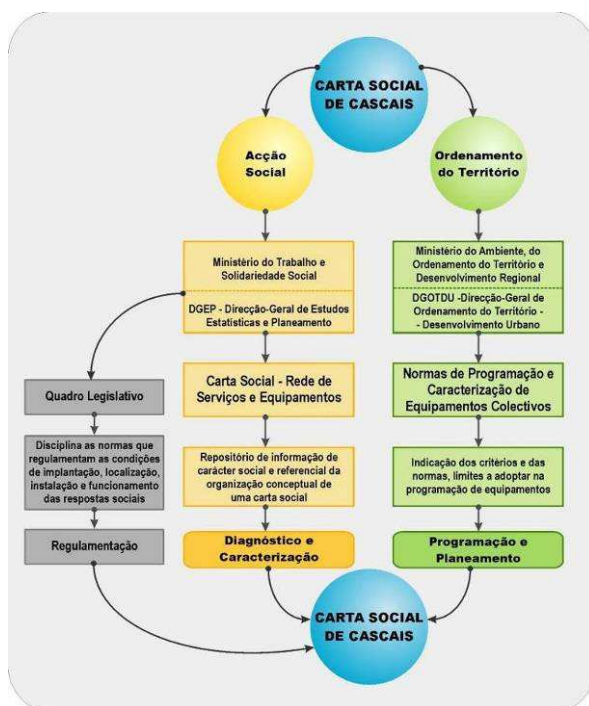


Figura 4. Planificação Metodológica para a Programação da Rede de Equipamentos Sociais



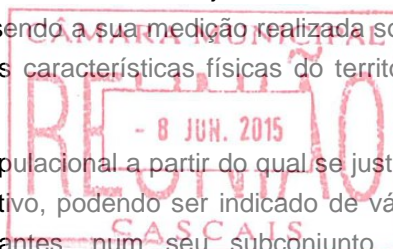
### 1.3. Critérios Orientadores da Programação

Após a definição do Modelo Territorial a aplicar à rede de equipamentos sociais e da organização/identificação das Respostas Sociais a sujeitar a programação, importa clarificar e precisar os critérios que orientarão esse exercício. A grelha de critérios utilizada foi extraída das Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da DGOTDU, designadamente:

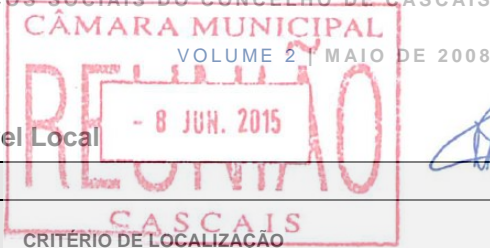
- **Irradiação** – Tem como objectivo estabelecer o valor máximo do tempo de percurso ou da distância percorrida pelos utentes entre o local de partida, que habitualmente é considerada a residência, e o local de destino, que consiste no equipamento em causa, a pé ou com recurso a transportes públicos, sendo medida em minutos ou em quilómetros;
- **Área de Influência** - É delimitada pelos pontos do território cujo afastamento ao equipamento corresponde ao valor da irradiação, sendo a sua medição realizada sobre as vias de comunicação, tendo em conta tanto as características físicas do território, como a própria rede de transportes públicos;
- **População-base** - Corresponde ao quantitativo populacional a partir do qual se justifica a criação de um determinado Equipamento Colectivo, podendo ser indicado de várias formas, nomeadamente, em número de habitantes, num seu subconjunto, um determinado estrato populacional, ou mesmo em número de utentes do respectivo equipamento;
- **Critério de Programação** - Cujas finalidades é criar as condições adequadas para a prestação de um serviço de qualidade, assenta em questões relativas ao funcionamento e à gestão do equipamento, e estabelece indicadores que podem reflectir valores mínimos preferenciais ou máximos de utentes, para um correcto e ajustado funcionamento do equipamento;
- **Critério de Dimensionamento** - Permite estimar as dimensões do equipamento em causa, devendo obter-se, pelo menos, a área do terreno e a área de construção.
- **Critério de Localização** - Estabelece um conjunto de condições específicas que devem ser tomadas em conta na escolha da localização dos equipamentos. Estas condições visam sobretudo potenciar complementaridades e incompatibilidades com outros equipamentos, mas também salientar um conjunto de características que os espaços a escolher deverão ter de modo a responder às necessidades da procura.

Dado o carácter omissivo das Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da DGOTDU no que concerne a determinados Equipamentos Sociais, recorreu-se, nessas situações, a fontes diversas para a definição dos critérios de planificação, em particular, a documentos e instrumentos legais elaborados pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade Social., nos quais são instituídos os princípios gerais e o regime jurídico da construção, licenciamento e funcionamento.

Com base no estabelecimento dos critérios orientadores da planificação dos equipamentos, torna-se importante a definição de uma grelha com os critérios relativos a cada equipamento em função da Resposta Social em que se enquadram, uma vez que a tal factor estão associadas necessidades de programação, localização e dimensionamento muito específicas. Deste modo, apresenta-se em seguida a matriz síntese que sustentará a Programação dos Equipamentos na Carta Social de Cascais.





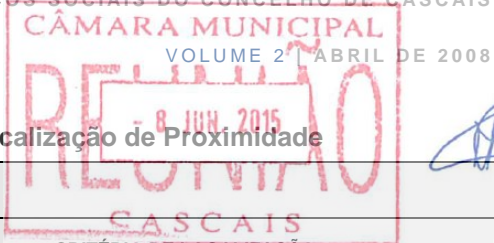


**Quadro 1. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas Sociais de Nível Local**

TIPO MORFOLÓGICO	RESPOSTAS SOCIAIS DE NÍVEL LOCAL / FREGUESIA	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
Infância e Juventude	Ama		Freguesia com: 1. Elevada Taxa de Actividade Feminina 2. Elevadas Insuficiências nas Estruturas de Apoio Socio-Educativo	Unidade Máxima: 4 crianças (por cada casa de cada Ama)	1. Zonas Geográficas cuja localização por referência às instituições de enquadramento (instituições de solidariedade social com Resposta Social de creche) possibilite um efectivo acompanhamento técnico. 2. As zonas onde ocorra inexistência ou insuficiência de infra-estruturas de apoio sócio-educativo para crianças do grupo etário atendido pelas amas.
	Creche	5.000 habitantes	Freguesia com: 1. Elevada Taxa de Actividade Feminina 2. Taxa de natalidade 3. Taxa de mortalidade infantil	Unidade Mínima: 5 crianças Unidade Máxima: 35 crianças	1. Espaço central, de modo a evitar que as crianças fiquem sujeitas a extensos trajectos diários 2. Zona de fácil acesso e seguro a peões, incluindo abastecimento a bombeiros 3. Afastado de zonas poluídas e de fontes de ruído intenso
	Creche Familiar		Freguesia com: 1. Elevada taxa de actividade feminina 2. Elevadas insuficiências nas estruturas de apoio sócio-educativo	Unidade Mínima: 48 crianças Unidade Máxima: 80 crianças	1. Espaço central, de modo a evitar que as crianças fiquem sujeitas a extensos trajectos diários 2. Afastado de zonas poluídas e de fontes de ruído intenso
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	200 crianças	Freguesia com: 1. Elevada Taxa de Actividade Feminina 2. Taxa de natalidade 3. Taxa de mortalidade infantil	Unidade Mínima: 50 crianças Unidade Máxima: 75 crianças	1. Espaço central, de modo a evitar que as crianças fiquem sujeitas a extensos trajectos diários 2. Zona de fácil acesso e seguro a peões, incluindo abastecimento a bombeiros 3. Afastado de zonas poluídas e de fontes de ruído intenso
	Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas	2.000 habitantes	Freguesia com: 1. Elevada Taxa de Actividade Feminina 2. Existência de problemas sócio-económicos, que possam traduzir-se em situação de risco social para social para crianças	Unidade Mínima: 5 crianças ou jovens Unidade Máxima: 60 crianças ou jovens divididos por 2 turnos	1. Espaço central, de modo a evitar que as crianças fiquem sujeitas a extensos trajectos diários 2. Zona de fácil acesso e seguro a peões e veículos 3. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres e outras que, pela sua natureza, possam pôr em risco a integridade física e psíquica das crianças e jovens
Idosos	Lar	Variável consoante o número de idosos	Concelhos com elevados índices de envelhecimento e dependência dos idosos	1. Unidade para 30 a 40 pessoas 2. Área média das instalações: Área Útil – 24 m <sup>2</sup> /pessoa Área de construção – 32 m <sup>2</sup> /pessoa Área de espaço exterior – a definir	1. Em zonas habitacionais, de acesso fácil e seguro 2. De preferência localizado na proximidade de jardins públicos, lugares de culto, zonas comerciais e serviços, como por exemplo correios, bancos, etc... 3. Em zonas com a acessibilidade às estruturas de saúde 4. Afastado de zonas poluídas e de ruído intenso
	Centro de Convívio/Academia	Variável consoante o número de idosos	Freguesias com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	Unidade para 40 a 50 pessoas Área Média das Instalações: Área útil – 3 m <sup>2</sup> /pessoa Área de construção – 4 m <sup>2</sup> /pessoa Área do Espaço Exterior – a definir	Freguesias de centros urbanos ou rurais onde existam necessidades detectadas e sensibilização da população para a utilização deste tipo de equipamento.
	Centro de Dia	Variável consoante o número de idosos	Freguesias com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	Unidade para 40 a 50 pessoas Área Média das Instalações: Área útil – 5,5 m <sup>2</sup> /pessoa Área de construção – 7 m <sup>2</sup> /pessoa Área do Espaço Exterior – a definir	

Fonte: Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos, da DGOTDU e Legislação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Nota: Só estão presentes na tabela as Respostas Sociais para as quais existem Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos, da DGOTDU e Legislação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.



**Quadro 2. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade**

TIPO MORFOLÓGICO	RESPOSTAS SOCIAIS DE NÍVEL CONCELHIO Localização de Proximidade	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
Família e Comunidade	Centro Comunitário / Centro de Recursos para a Comunidade	Potencialmente toda a população residente	Existência de problemas que impeçam a participação das pessoas, famílias e grupos no seu próprio desenvolvimento	Unidades para 50 pessoas em simultâneo Área Média das Instalações: Área Útil - 7,5 m <sup>2</sup> /pessoas Área de construção - 10 m <sup>2</sup> /pessoa Área do espaço exterior – a definir	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, de preferência num local com efectiva centralidade 2. Possuir acesso fácil, sem barreiras arquitectónicas 3. Obedecer a regras de salubridade e de segurança definidas e comprovadas pelas entidades competentes 4. Ser servido por transportes públicos
	Refeitório/Cantina Social	Variável de acordo com as necessidades	Existência de problemáticas a nível local que justifiquem a necessidade da implantação do equipamento	Varia de acordo com as necessidades e o número de pessoas abrangidas	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, de preferência num local com efectiva centralidade 2. Possuir acesso fácil, sem barreiras arquitectónicas 3. Obedecer a regras de salubridade e de segurança definidas e comprovadas pelas entidades competentes 4. Ser servido por transportes públicos
Pessoas em Situação de Dependência	Apoio Domiciliário		Segundo o Despacho Normativo n.º 62/99 de 12 de Novembro de 1999, não é estabelecido um número mínimo ou máximo para esta Resposta Social, no entanto, o valor 40 utentes constitua uma referência.	1. Existem critérios vários de dimensionamento relativos à área de acesso, área de direcção e dos serviços técnicos, área de serviços e área do pessoal (Consultar Despacho Normativo n.º 62/99 de 12 de Novembro de 1999).	1. O SAD pode ser desenvolvido partir de uma estrutura a criar para o efeito ou, a partir de uma estrutura já existente, desde que reúna as condições de instalação previstas; 2. O SAD, independentemente do modelo de instalação, deve encontrar-se inserido na comunidade, de modo a garantir-se a acessibilidade dos serviços junto da população. 3. O local de implantação do SAD deverá ter fácil acesso a viaturas.

Fonte: Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos, da DGOTDU e Legislação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Nota: Só estão presentes na tabela as Respostas Sociais para as quais existem Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos, da DGOTDU e Legislação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.



Quadro 3. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas Sociais de Nível Concelhio – Localização Central

TIPO MORFOLÓGICO	RESPOSTAS SOCIAIS DE NÍVEL CONCELHIO Localização Central	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência	Centro de Actividades Ocupacionais	Variável de acordo com as necessidades	Incidência de Jovens e Adultos com deficiência grave e/ou profunda	1. Unidades para 30 jovens ou adultos, em edifício próprio ou adaptado 2. Área média das instalações – 300 m <sup>2</sup>	1. Proximidade de zonas habitacionais 2. Zonas dotadas de infra-estruturas de saneamento básico, de redes de energia eléctrica, água e telefone 3. Zonas que disponham de apoio de serviços pela rede pública de transportes para deficientes 5. Afastamento de local ruidosos e com tráfego intenso
	Centro de Apoio Sócio-Educativo/ Educação Especial para Crianças e Jovens		1. Reconhecimento de forte incidência de crianças e jovens com necessidades educativas especiais que não encontram resposta nas escolas regulares e que exijam um atendimento educativo específico 2. Reconhecimento da necessidade de apoios complementares aos prestados pela educação a crianças e jovens com necessidades educativas especiais. 3. Existência de recursos humanos ou a possibilidade de recrutamento de técnicos necessários ao funcionamento desse tipo de equipamentos	1. Unidade Máxima – 60 crianças e jovens 2. Devem ser previstos espaços para grupos não superiores a 6/8 crianças e jovens 3. Os grupos deverão ser constituídos por um número menor de utentes, caso a situação das crianças ou jovens que o integram o justifiquem	1. Situar-se em locais não isolados e em situações de fácil acesso 2. Estar inserido na comunidade de modo a possibilitar que os utentes beneficiem dos seus recursos 3. Situar-se em zona livre de perigos onde possa ser facilitado um bom desenvolvimento dos utentes e onde existam condições diversificadas para a criação de programas educativos individualizados de acordo com as necessidades de cada criança ou jovem 4. Ter condições de acessibilidade para crianças e jovens com deficiência
Idosos	Residência	Variável consoante o número de idosos	1. Concelhos com elevados índices de envelhecimento e dependência dos idosos	1. Conjunto com um máximo de 30 apartamentos individuais ou para casal 2. Área média das instalações: em média	1. Em zonas habitacionais, de acesso fácil e seguro 2. De preferência localizado na proximidade de jardins públicos, lugares de culto, zonas comerciais e serviços, como por exemplo correios, bancos, etc... 3. Em zonas com a acessibilidade às estruturas de saúde 4. Afastado de zonas poluídas e de ruído intenso
Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias / Pessoas Infectadas/Afectadas pelo VIH/SIDA	Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (CAAP)	Variável de acordo com as necessidades	Zonas Prioritárias de acordo com os indicadores da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida: - Lisboa - Porto - Setúbal - Faro	Unidade mínima – 20 utentes Unidade máxima – 60 utentes	1. Implantar-se em zonas habitacionais 2. Estar próximo de equipamentos de saúde 3. Ser servido por rede de transportes públicos
Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias	Apartamento de Reinserção Social	Variável de acordo com as necessidades	Existência de Toxicodependentes que não consolidaram a sua autonomia na fase de tratamento	Unidade mínima – 6 utentes Unidade máxima – 12 utentes	1. Possuir acesso fácil e sem barreiras arquitetónicas 2. Obedecer a regras de salubridade e segurança definidas e comprovadas pelas entidades competentes 3. Situar-se em zonas habitacionais de aglomerados urbanos servidos por transportes públicos

Fonte: Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos, da DGOTDU e Legislação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

## 1.4. Critérios das Área de Influência

Atendendo à ausência de critérios precisos de área de influência definidos pelas Normas de Programação da DGOTDU ou por outros diplomas legais e face à impreterível relevância deste factor na Programação e Reordenamento da Rede de Equipamentos Colectivos, a Equipa Técnica em estreita articulação com a Câmara Municipal de Cascais procedeu ao estabelecimento das áreas de influência.

Partindo da hierarquia do Modelo Territorial, foram determinadas áreas de influência<sup>1</sup> para um conjunto de Respostas Sociais. Este critério foi estabelecido apenas para as Respostas Sociais em que se considerou determinante para a programação e esta foi variável em função do nível e do tipo de Resposta Social, consequência directa dos respectivos públicos-alvo e natureza das Respostas prestadas, designadamente:

- **Respostas Sociais de Nível Local:** Estabeleceram-se áreas de influência para todas as Respostas Sociais com este nível territorial, em virtude das características do seu público-alvo, das suas funções centrais, mas também porque estas Respostas Sociais devem assegurar uma total cobertura territorial e, como tal, revela-se essencial a identificação dos territórios actualmente servidos e não servidos. Todavia, afectaram-se áreas de influências distintas às Respostas Sociais pertencentes a este nível territorial, mais precisamente de 1km e de 500 metros.
  - **Critérios de base para as Respostas Sociais com área de influência de 500 metros:**
    - **Ama, Creche, Creche Familiar, Pré-Escolar e Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas** – Atendendo a que o público-alvo destas Respostas Sociais se caracterizam, na sua generalidade, por idades diminutas e, como tal, dependente de terceiros nas suas deslocações ou pouco autónomos para a realização de extensos percursos de forma individual, procurando dar-se cumprimento à legislação existente para o efeito, considera-se que esta população não deve ficar sujeita a extensos percursos diários, devendo encontrar resposta nas proximidades da sua área de residência.
    - **Centro de Convívio/Academia e Centro de Dia** – Numa lógica de pendularização diária entre as suas residências e respectivos equipamentos, considera-se que a necessidade de realizar distâncias superiores a 500 metros para aceder a estas tipologias de Respostas Sociais, pode constituir uma condicionante para o não acesso e utilização das mesmas.
  - **Critérios de base para as Respostas Sociais com área de influência de 1km:**
    - **Lar de Idosos** - Reflectindo preocupações geronto-sociais centradas num envelhecimento com qualidade de vida, considera-se fundamental que as populações idosas encontrem resposta numa área de influência de 1 km da sua área de residência. Este é efectivamente um limiar máximo aceitável, para que se possam manter laços de sociabilização dos indivíduos com os seus territórios do quotidiano e respectivos familiares, considerando-se ainda que um limiar mínimo poderia colocar em causa a viabilidade dos investimentos.

<sup>1</sup> Por "Área de Influência dos Equipamentos Colectivos" entende-se a área que abrange o espaço onde residem os principais utentes do respectivo equipamento. A cada tipo de equipamento deverá ser associado um raio de acção correspondente à sua hierarquia funcional, a considerar no estudo e definição da sua localização e da posição que ocupa na rede de equipamentos do seu tipo, assegurado pelas condições de acessibilidade (Fonte: Glossário de Termos, Ordenamento do Território, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, 1998).

- **Bolsas Alimentares e Apoio Social Genérico** – Não obstante o facto de se encontrarem norteadas para um público-alvo em idade adulta, atendendo ao fim a que se destinam e o facto de se tratar de uma população-alvo com constrangimentos de ordem económica, considera-se que a área de influência deverá corresponder ao máximo aceitável de deslocações a pé em contexto urbano.

➤ **Respostas Sociais de Nível Concelhio:** Estabeleceram-se áreas de influência para três Respostas Sociais de nível concelhio (duas delas com localização de proximidade e uma com localização central), na medida em que, por constituírem serviços de ambulatório, não existe a necessidade dos utentes se deslocarem aos respectivos equipamentos e, subsequentemente, estes não necessitam de deter uma localização central e acessível no contexto urbano, nem de proximidade ao seu público-alvo. Posto isto, a afectação de áreas de influência assume-se essencial, com vista à validação de se a partir das localizações dos equipamentos existentes, é possível efectuar uma resposta em tempo útil em todo o território concelhio.

- **Critérios de base para as Respostas Sociais com área de influência de 7,5Km:**
  - **Apoio Domiciliário-** A localização da base logística do Apoio Domiciliário não deverá distar mais de 7km a 8km dos domicílios servidos, considerando uma velocidade média urbana de 30km/hora e que os circuitos de apoio demorem mais de 15 minutos entre a base e o domicílio mais distante. Naturalmente que este referencial deve ser ajustado às realidades locais, às facilidades de mobilidade, ao tipo de apoio e à densidade de domicílios apoiados.
- **Critérios de base para as Respostas Sociais com área de influência de 15Km:**
  - **Apoio Alimentar e Equipa de Apoio Social Directo** - Considerando uma velocidade média urbana de 30km/hora a partir do equipamento, afectou-se aos equipamentos que asseguram estas Respostas Sociais uma área de influência de 15km. A partir destes parâmetros constatou-se que é possível assegurarem-se estas respostas num período inferior a 30 minutos, em qualquer parte do território concelhio.

## 1.5. O Modelo Territorial de Base à Programação

O rápido e desordenado processo de expansão urbana da Área Metropolitana de Lisboa, nas últimas quatro décadas, originou a emergência de novas centralidades monofuncionais (áreas residenciais, zonas comerciais, pólos de emprego, *campus* universitários, ...) à medida que as anteriores centralidades urbanas multifuncionais perderam vitalidade económica e social.

Inicialmente suportado nos grandes corredores de transporte, designadamente os ferroviários (Cascais, Sintra e Vila Franca), e rodoviários (Loures), o desenvolvimento das áreas urbanas rapidamente perdeu a linearidade pontuada por núcleos compactos em torno das estações/paragens, que lhe era conferida pelas linhas de comboio ou de camioneta, e ganhou um padrão disperso e fragmentado suportado no transporte individual privado. Este processo de urbanização, para além de gerar uma evidente segregação de usos e de populações, conduziu a um padrão territorial caracterizado pela dispersão e pela fragmentação territorial e, por essa via, a uma fracturação do quadro de vida das famílias.

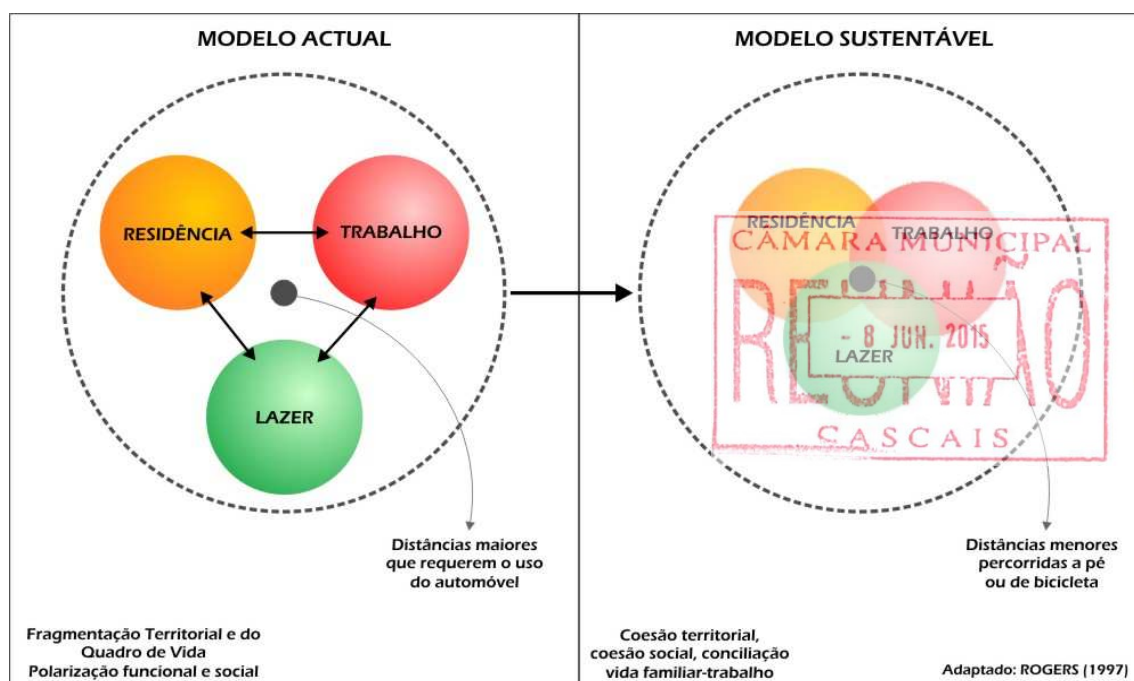
Com isto, deram-se perdas na qualidade de vida e os objectivos de desenvolvimento sustentável foram comprometidos. Para além do enorme aumento do tempo dispendido nas deslocações entre os diversos espaços do quotidiano (residência, trabalho e lazer) agravaram-se os indicadores ambientais (aumento de CO<sup>2</sup>, ruído, ...), de coesão social (problemas de exclusão de grupos sociais mais desfavorecidos, aumento do número de idosos isolados, ...) dificuldade de compatibilização entre o trabalho e a vida familiar (redução do tempo dispendido pelos pais com os filhos,...).

Observando este panorama, a **Carta Social**, enquanto instrumento de planeamento e gestão do território, mas também de Desenvolvimento Social, e tendo em atenção as prioridades estratégicas inscritas no Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa **deve fornecer contributos inequívocos:**

- Para a definição de uma correcta estruturação e **ordenamento do território** do Concelho de Cascais;
- Para a **requalificação sócio-urbanística das áreas urbanas periféricas** e para a revitalização/intensificação social e económica dos espaços urbanos centrais;
- Para a **integração dos grupos sociais desfavorecidos**;
- Para a **igualdade de oportunidades** e para a **conciliação entre a vida familiar e o emprego**;
- Para a promoção do **desenvolvimento sustentável e da qualidade ambiental**.

Para que tais objectivos sejam alcançados, a Programação dos Equipamentos e Respostas Sociais do Concelho de Cascais, tanto nos objectivos fixados para oferta de Equipamentos e Respostas Sociais, como na organização territorial adoptada para cada Equipamento e Resposta Social deverá contribuir para a concretização de um modelo de ordenamento territorial sustentável que:

- Reforce as centralidades urbanas do Concelho conferindo-lhes um maior protagonismo funcional;
- Reforce as centralidades urbanas como palcos privilegiados do quotidiano das famílias.

**Figura 5. Modelo Urbano Disperso e Monofuncional Vs Modelo Urbano Compacto e Multifuncional**

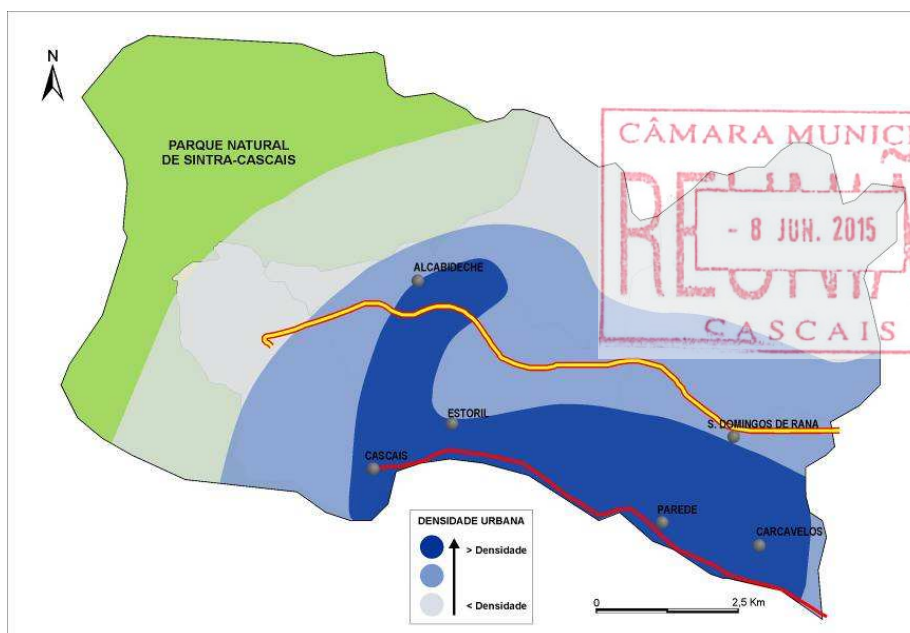
Esta abordagem pretende contrariar a fragmentação territorial existente, potenciando um modelo de desenvolvimento urbano sustentável. Como se pode constatar pela representação cartográfica seguinte, o território de Cascais denota uma estrutura urbana dispersa, caracterizada por fortes densidades populacionais na área central, que se desenvolve na faixa litoral, e à medida que nos afastamos deste centro observa-se uma diminuição das densidades populacionais. É o centro urbano que contém as principais funções que suportam a vida urbana (principais nós da rede de transportes, malha de acessibilidades mais densificada, oferta mais diversificada de serviços e comércio, etc.), enquanto que as áreas de baixa densidade populacional são principalmente ocupadas por áreas residenciais, com um limitado *mix* de usos e funções pouco auto-suficientes.

Este modelo de urbanização difusa regista inúmeras fragilidades, tais como:

- Dispersão dos investimentos públicos;
- Maior pressão sobre os recursos naturais;
- Maiores necessidades em infra-estruturas de transportes, acessibilidades, redes de saneamento básico e equipamentos colectivos.

Por oposição às desvantagens da cidade fragmentada, vários estudos têm demonstrado que os fenómenos de compactação urbana facilitam a inovação, geram situações de maior competitividade, fomentam o crescimento económico e o desenvolvimento social. Por conseguinte, importa que a programação e o planeamento da rede de equipamentos e respostas sociais em Cascais contribua para a visão territorial que se pretende, isto é, para a geração de centralidades multifuncionais, estruturadoras do território com um padrão de desenvolvimento urbano compacto.

Figura 6. Cascais: A Visão da Estrutura Urbana Dispersa

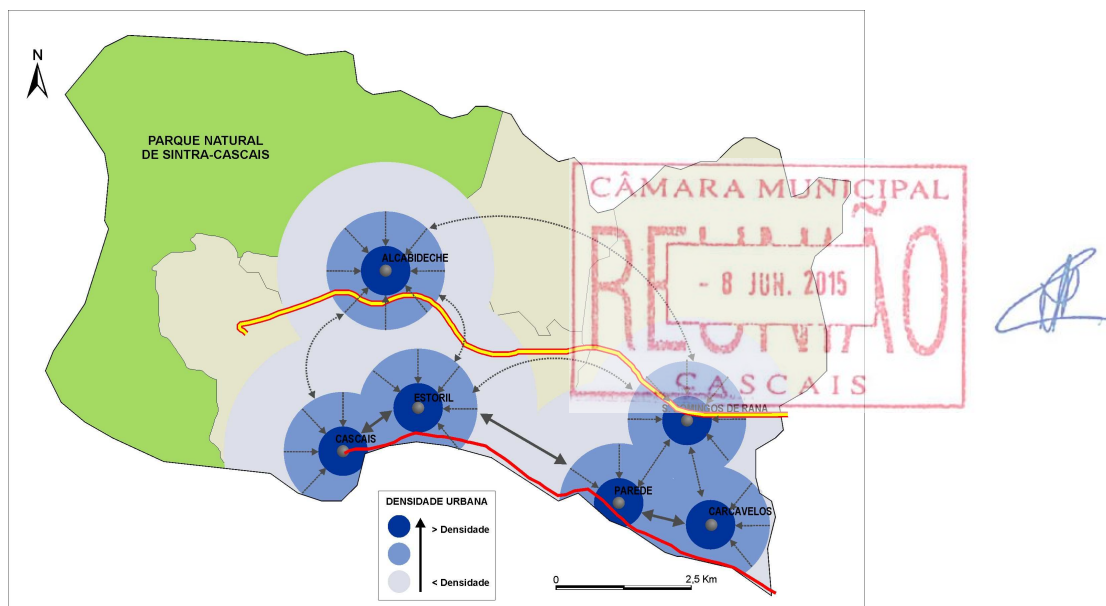


Como se pode constatar pela análise da representação cartográfica seguinte, a estrutura urbana compacta difere substancialmente da dispersa. As áreas urbanas estão organizadas em bandas concêntricas de densidade, sendo mais elevadas no centro, que corresponde às sedes de freguesia, ocorrendo um decréscimo para a periferia.

É entre os dois principais eixos rodoviários do Concelho (Auto-Estrada de Cascais (A5) e Estrada Marginal) que se concentram as densidades populacionais mais elevadas, um maior número de actividades económicas, bem como as principais conexões intra-concelhias. Em oposição, a norte da Auto-Estrada de Cascais registam-se menores densidades populacionais, estruturas funcionais mais limitadas, uma maior dependência em relação às principais áreas urbanas do Concelho.



**Figura 7. Cascais: A Visão da Estrutura Urbana Concentrada**



A Carta Social de Cascais deve assim ser estruturada de forma a contribuir para que este modelo territorial concentrado se viabilize, potenciando uma distribuição hierárquica dos equipamentos sociais que reforce as principais centralidades urbanas, promovendo uma estrutura urbana policêntrica, em detrimento de um sistema urbano monocêntrico.



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

## 2. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO DA REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS

## 2. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO DA REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS

### 2.1. Avaliação global da oferta

O combate à pobreza e às diversas formas de exclusão social, assim como a promoção do desenvolvimento sócio-económico e da justiça social, segundo moldes sustentáveis, consubstancia-se na taxa de cobertura local, regional e nacional à supressão das carências que fragilizam as populações.

Para o alcance destes objectivos importa que as Redes de Equipamentos e Serviços Sociais denotem dois atributos:

- **Pertinência**, isto é, que a oferta se adequa às reais necessidades da população;
- **Coerência estratégica**, ou seja, que a oferta se encontre alicerçada numa estratégia que vise o cumprimento das metas estabelecidas a nível regional, nacional e comunitário.

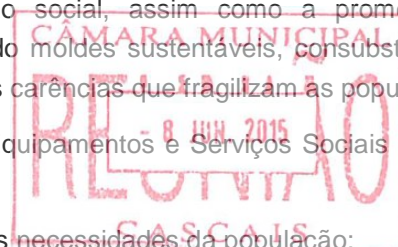
Neste sentido, importa avaliar a Rede existente com a finalidade de identificar eventuais fragilidades e potencialidades, em função da adequação e coerência da tipologia de Respostas existentes às necessidades da população concelhia e pelo respeito para com os parâmetros estratégicos definidos nos instrumentos de Política Nacional.

A avaliação do estado actual da Rede de Equipamentos e Serviços, permite, desde logo, verificar a existência de várias **potencialidades** que lhe conferem um carácter singular e uma posição de destaque no domínio social, à escala regional e nacional, nomeadamente:

- A **extensão quantitativa da oferta**, verificada na análise realizada e reafirmada pela Carta Social do Distrito de Lisboa, de 2004, na qual se constata que a seguir ao Concelho de Lisboa e a par dos Concelhos de Loures e Sintra, Cascais regista a oferta social mais numerosa no distrito;
- A **diversidade da oferta social**, resultante da existência de Respostas Sociais orientadas para diferentes grupos sociais, cobrindo uma multiplicidade de problemáticas transversais à sociedade, em particular os que afectam o concelho. Por conseguinte, a oferta de Cascais responde à maioria das carências sociais e formas de exclusão identificadas no Concelho. Esta diversidade manifesta-se também na existência de respostas distintas para a mesma problemática conforme se verifica no âmbito da Infância e Juventude;
- O **carácter inovador** da oferta social, resultante da existência de Respostas Sociais invulgares na Rede de Equipamentos e Serviços Sociais Nacional, o que lhe confere uma certa singularidade. Um dos exemplos é a Acessibilidade aos Banhos de Mar.

Paralelamente, a avaliação da oferta permite-nos ainda identificar um conjunto de **fragilidades**, que importa suprimir de modo a potenciar uma oferta mais equitativa e competitiva. Neste âmbito releva-se:

- A **oferta limitada de Respostas Sociais no Domínio para Idosos**. Tratando-se a população com 65 ou mais anos de idade de um público-alvo quantitativamente relevante e prevendo-se, de acordo com as projecções demográficas, o seu contínuo crescimento, a curto e médio prazo, constata-se no entanto, que existem apenas três tipos de Respostas Sociais orientadas especificamente para este grupo social, quando na Rede de Equipamentos e Serviços Sociais Nacional se regista um leque consideravelmente mais



vasto. As Respostas Sociais para idosos existentes em Cascais integram as tipologias mais comuns, registando-se lacunas:

- Na prestação de apoio nocturno;
- Na prestação de apoio e informação diversa, em situações de emergência no domínio da saúde (ainda que em estreita ligação com o apoio social), designadamente, unidades de internamento/unidades de convalescença/cuidados intermédios;

➤ **Oferta circunscrita de Respostas Sociais no Domínio Pessoas com Doença Mental.**

Atendendo a que a população-alvo destas Respostas Sociais se apresenta substancialmente vulnerável, por motivos em primeira ordem de saúde, ao que acresce o espectável aumento e complexidade das problemáticas relacionadas com as doenças mentais, a existência de Respostas Sociais específicas neste Tipo Morfológico à escala concelhia assume-se improrrogável. Não obstante, a existência no concelho de duas Respostas Sociais enquadradas neste Domínio, a oferta revela-se deficitária e, de certo modo, desadequada. De modo a suprimir tal fragilidade, importará promover a ampliação da oferta de Respostas Sociais, o que deverá essencialmente consistir na criação das Respostas Sociais:

- Unidade de Vida Apoiada;
- Unidade de Vida Protegida;

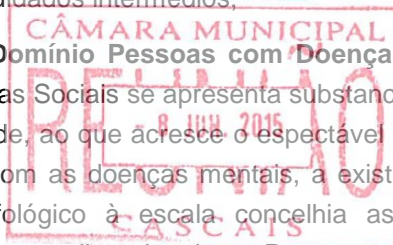
➤ **A inexistência de oferta de equipamentos e serviços orientados para pessoas sem-abrigo ou com domicílio instável.**

Este grupo socialmente marginalizado, por questões, em primeira ordem de índole habitacional, assume múltiplas expressões, nomeadamente, pessoas sem-abrigo, pessoas com domicílio instável, repatriados, ex-reclusos, requerentes de asilo político, imigrantes ilegais, desalojados, entre outros acidentes imprevistos que colocam os indivíduos numa situação de sem-abrigo. Constituindo um público-alvo bastante extenso, a existência de respostas específicas assume indelével importância. Embora à escala nacional também não exista grande diversidade na oferta para estas situações de exclusão, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entre outras instituições, têm desenvolvido, três tipos de respostas que poderiam ser implementadas em Cascais, designadamente:

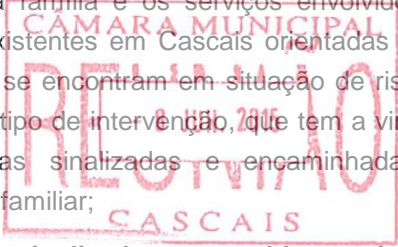
- O atendimento em situação de emergência;
- Os centros de apoio social;
- As equipas de rua.

➤ **A inexistência de respostas destinadas a acolher temporariamente grupos sociais em situação de grande vulnerabilidade ou de risco social.**

Esta fragilidade relaciona-se com a anterior, no entanto tem um carácter transversal a vários tipos morfológicos. Referimo-nos assim à ausência de Respostas Sociais, frequentemente, designadas de “Casas de Abrigo”, no Domínio Família e Comunidade, orientadas para as vítimas de violência doméstica ou designadas de “Centro de Acolhimento Temporário de Emergência” no Domínio para Idosos ou de “Unidade de Emergência” no Domínio Infância e Juventude. Todavia, este tipo de Respostas Sociais confronta-se, usualmente, com o problema de permanência prolongada dos utentes face à inexistência de alternativas habitacionais, o que a desvia do seu objectivo e coloca dificuldades de gestão;



- **A ausência de resposta no Domínio para a Infância e Juventude que desempenhe um papel de charneira entre a família, a criança e os serviços, quando esta se encontra em situação de risco social ou risco de saúde.** Referimo-nos especificamente à Resposta Social “Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental”, que visa o reforço das competências pessoais dos intervenientes no sistema familiar da criança/jovem em risco social ou em risco associado a problemáticas de saúde/doença, através de uma abordagem integrada e, de uma função de medição entre a família e os serviços envolvidos. Não obstante a multiplicidade de Respostas Sociais existentes em Cascais orientadas para as crianças e jovens e até mesmo para aqueles que se encontram em situação de risco, não existe nenhuma Resposta Social que efectue este tipo de intervenção, que tem a virtude de fomentar a diminuição do número de crianças sinalizadas e encaminhadas para equipamentos de acolhimento fora do seu contexto familiar;
- **A insuficiente oferta para os grupos sociais marginalizados por problemas de saúde.** Apesar dos ganhos em saúde registados nas últimas décadas, têm-se acentuado e ramificado as formas de exclusão e de pobreza associadas à saúde. Por conseguinte, e tal como estabelece o Plano Nacional de Saúde 2004/2010, no sentido de dar prioridade aos mais pobres, importa melhorar o acesso aos serviços de saúde por parte das populações desfavorecidas, o que se concretiza com a criação de mais e diversificadas Respostas Sociais, sendo disso exemplo o “Apoio em Regime de Ambulatório para Pessoas com Deficiência”, no âmbito da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência;



As potencialidades e fragilidades identificadas, constituem os aspectos centrais que importará ultrapassar e valorizar de modo a que a Rede de Equipamentos e Serviços Sociais cumpra melhor os seus objectivos.

Naturalmente, que existem diversas Respostas Sociais ao nível nacional que não têm ocorrência em Cascais e cuja criação não se justifica, pelos mais diversos motivos. Entre alguns dos exemplos mais ilustrativos encontram-se a Adopção ou o Centro de Paralisia Cerebral, uma vez que constituem Respostas Sociais cuja sustentabilidade económica implica limiares mínimos de procura que o Concelho *per si* não regista.

De acordo com o exposto no quadro seguinte é possível extrair **duas conclusões principais**:

- Que todas as Respostas Sociais existentes em Cascais deverão continuar a existir, de forma a assegurar os parâmetros de qualidade e eficácia social;
- Que é necessário criar novas Respostas Sociais, atendendo à inexistência ou à insuficiente taxa de cobertura para determinados públicos-alvo sendo, no entanto necessário efectuar **diagnósticos específicos que identifiquem as reais necessidades concelhias.**

**Quadro 4. Avaliação Global da Rede Social Existente e Desejável, no Concelho de Cascais**

TIPO MORFOLÓGICO	RESPOSTAS SOCIAIS	ESTRUTURA DA REDE SOCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS	
		RESPOSTAS SOCIAIS EXISTENTES ACTUALMENTE	RESPOSTAS SOCIAIS DE EXISTÊNCIA DESEJÁVEL
INFÂNCIA E JUVENTUDE	Acolhimento Familiar	✓	✓
	Ama	✓	✓
	Centro de Acolhimento Temporário	✓	✓
	Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas	✓	✓
	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	✓	✓
	Centro de Férias	✓	✓

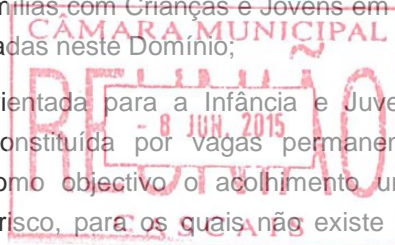
TIPO MORFOLÓGICO	RESPOSTAS SOCIAIS	ESTRUTURA DA REDE SOCIAL DO CONCELHO DE CASCAIS	
		RESPOSTAS SOCIAIS EXISTENTES ACTUALMENTE	RESPOSTAS SOCIAIS DE EXISTÊNCIA DESEJÁVEL
	Clube de Jovens	✓	✓
	Creche	✓	✓
	Creche Familiar	✓	✓
	Equipas de Apoio a Famílias com Crianças e Jovens em Risco		✓
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	✓	
	Lar de Crianças e Jovens	✓	
	Unidade de Emergência	✓	
REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Acessibilidade ao Banho de Mar	✓	✓
	Apoio em Regime de Ambulatório	✓	✓
	Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais	✓	✓
	Centro de Actividades Ocupacionais	✓	✓
	Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial Crianças e Jovens	✓	✓
	Centro de Férias	✓	✓
	Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira	✓	✓
	Intervenção Precoce	✓	✓
	Lar de Apoio/Lar Residencial	✓	✓
	Transporte de Pessoas com Deficiência	✓	✓
IDOSOS	Centro de Convívio/Academia	✓	✓
	Centro de Dia	✓	✓
	Centro de Noite		✓
	Lar	✓	✓
	Residência		✓
FAMÍLIA E COMUNIDADE	Apoio Alimentar	✓	✓
	Apoio Social Genérico	✓	✓
	Atendimento à População Imigrante	✓	✓
	Atendimento a Vítimas de Violência	✓	✓
	Bolsas Alimentares	✓	✓
	Centro Comunitário/Centro de Recursos para a Comunidade	✓	✓
	Centro de Apoio à Vida		✓
	Refeitório/Cantina Social	✓	✓
PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E SUAS FAMÍLIAS	Apartamento de Reinserção Social	✓	✓
	Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (CAAP)	✓	✓
	Comunidade Terapêutica	✓	✓
	Equipa de Apoio Social Directo	✓	✓
	Grupo de Auto-Ajuda	✓	✓
PESSOAS INFECTADAS/AFECTADAS PELO VIH/SIDA	Unidade de Dia	✓	✓
	Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (CAAP)	✓	✓
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	Residência	✓	✓
	Apoio Domiciliário	✓	✓
PESSOAS COM DOENÇA MENTAL	Centro Residencial	✓	✓
	Fórum Sócio-Ocupacional	✓	✓
	Unidade de Vida Apoiada		✓
	Unidade de Vida Protegida		✓
PESSOAS SEM ABRIGO E DOMÍLIO INSTÁVEL	Centros de Apoio Social para Sem-Abrigo		✓
	Equipas de Rua para Sem-Abrigo		✓

Fonte: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, do Ministério do Trabalho e da Segurança Social; Santa Casa da Misericórdia.

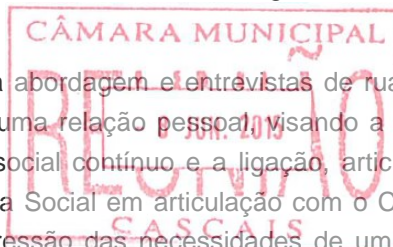
Da análise agora realizada ressalta a necessidade do concelho dispor das seguintes **Respostas Sociais**:

- **Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental** – Trata-se de uma Resposta Social no Domínio da Infância e Juventude que tem como finalidade reforçar as competências pessoais dos intervenientes no sistema familiar da criança/jovem em perigo, por motivos de natureza social ou de doença, através de uma abordagem integrada e, ainda uma função de mediação entre a família e os serviços envolvidos. Esta Resposta Social visa, assim, colmatar uma das principais fragilidades identificadas neste Domínio, desempenhando um importante papel de prevenção e, subsequentemente, contribuindo para a diminuição do número de crianças e jovens sinalizadas e encaminhadas para equipamentos de acolhimento fora do seu contexto familiar;

- **Equipas de Apoio a Famílias com Crianças e Jovens em Risco** – Consiste numa Resposta Social que tem como objectivo efectuar um acompanhamento de proximidade das famílias em que foram sinalizadas crianças ou jovens em situação de risco, respondendo a uma multiplicidade de problemáticas (familiares, sociais, patológicas, etc...), de modo a contribuir para a resolução dos problemas existentes, evitando que a criança/jovem seja encaminhada para um equipamento fora do seu ambiente familiar. Tal com a Resposta Social anterior, também as Equipas de Apoio a Famílias com Crianças e Jovens em Risco se destinam a colmatar carências primordiais identificadas neste Domínio;
- **Unidade de Emergência** – Resposta Social orientada para a Infância e Juventude e integrada em estruturas de CAT e de Lar, constituída por vagas permanentemente disponíveis nestes equipamentos e que tem como objectivo o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, para os quais não existe resposta imediata nos CAT;
- **Apoio em Regime de Ambulatório** – Resposta Social inserida no âmbito do apoio a pessoas portadoras de deficiência neuro-motora e/ou com problemas de desenvolvimento, suas famílias e técnicos da comunidade, que integra actividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e sócio-educativa. Estas actividades são promovidas por equipas transdisciplinares e desenvolvidas segundo uma regularidade variável, estabelecida consoante as necessidades da criança, jovem, adulto ou família em causa, nos centros especializados ou nos próprios contextos de vida daqueles;
- **Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira** – Resposta Social no Domínio da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, desenvolvida em equipamento que proporciona às pessoas com cegueira recente, uma adaptação e ajustamento físico e psicológico a este estado, assim como a sua própria integração familiar e social;
- **Centro de Noite para Idosos** – Resposta Social que tem como objectivo assegurar o alojamento e acompanhamento, durante o período nocturno, de pessoas idosas que por razões de isolamento e solidão não podem permanecer no domicílio;
- **Centro de Apoio à Vida** – Resposta Social orientada para Tipo Morfológico da Família e Comunidade, e tem como finalidade central proporcionar condições de apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos;
- **Unidade de Vida Apoiada** – Resposta habitacional, com capacidade média para 20 utentes, destinada a pessoas que por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente (*in* decreto de lei 407/98 de 18 de Junho);
- **Unidade de Vida Protegida** – Estrutura habitacional com capacidade para cinco a sete utentes destinada sobretudo ao treino de autonomia de pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica, clinicamente estável desde que se verifiquem:
- Potencialidades passíveis de desenvolvimento, pela integração em programa de reabilitação psicossocial;



- Ausência de alternativa residencial ou, tendo-a, são rejeitados ou rejeitam os conviventes (mesmo familiares directos), (*in* decreto de lei 407/98 de 18 de Junho).
- **Centro de Apoio Social para Sem-Abrigo** – Resposta Social que se caracteriza pela prestação de um conjunto de apoios diversificados à população sem-abrigo, ajustada às principais necessidades elementares identificadas, de forma a assegurar as mínimas condições de vida;
- **Equipas de Rua para Sem-Abrigo** – Consiste na abordagem e entrevistas de rua a sem-abrigo, tendo por objectivo o estabelecimento de uma relação pessoal visando a melhoria das suas condições de vida, com o apoio psicossocial contínuo e a ligação, articulação e cooperação com os outros serviços. Esta Resposta Social em articulação com o Centro de Apoio Social para Sem-Abrigo possibilitam a supressão das necessidades de um público-alvo carenciado e substancialmente marginalizado do ponto de vista social, para o qual não existem actualmente Respostas Sociais específicas no quadro da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais.



Acrescem ainda **quatro outras Respostas Sociais** que o concelho deveria dispor e que atendendo às suas especificidades justificam uma descrição mais detalhada. São elas:

- **Intervenção Precoce** – De notar que embora esta Resposta Social existisse no momento do recenseamento, não foi na altura considerada. Portanto, o que se propõe neste caso, é um processo paulatino de reestruturação com vista à aproximação do que será desejável entender-se por Intervenção Precoce: uma medida de apoio integrado, centrada na criança e na família, mediante acções de natureza preventiva e habilitada, no âmbito da educação, saúde e acção social. Esta assegura condições facilitadoras do desenvolvimento das crianças até aos 6 anos de idade, especialmente dos 0 aos 3 anos que apresentem deficiência ou com elevado risco de grave atraso de desenvolvimento, permitindo ainda potenciar a melhoria das interações familiares. Embora tradicionalmente orientada para um público-alvo com problemas de saúde, a Intervenção Precoce tem de ser percebida numa óptica mais abrangente, uma vez que dá também resposta a situações de risco e problemas comportamentais;
- **Residência para Idosos** – Esta Resposta Social configura uma situação particular, na medida em que embora à data do recenseamento efectuado não existisse nenhuma Resposta Social deste tipo em funcionamento no Concelho, encontrava-se então em construção o primeiro equipamento, na freguesia da Parede, onde funcionaria uma Resposta Social deste tipo. Trata-se de uma Resposta Social desenvolvida em equipamento, constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial;
- **Atendimento à População Imigrante** – Esta Resposta Social constitui uma situação particular, na medida em que já existe na Rede de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais. Contudo, das três entidades que actualmente asseguram esta Resposta no Concelho, duas delas correspondem a Associações de Imigrantes e, por isso, trata-se de uma abordagem redutora daquilo que deverá efectivamente constituir o Apoio à População Imigrante. A inserção de Cascais na maior metrópole multi-étnica do país e a existência de elevados quantitativos de imigrantes, provenientes de diversas origens geográficas, fundamenta a efectiva criação desta Resposta Social que deverá, com efeito,



constituir uma abordagem mais ampla, designadamente: uma Resposta Social que se destina a prestar apoio e atendimento ao imigrante, transversal aos vários problemas específicos com que este se depara (documentação, trabalho, educação, saúde, habitação, reagrupamento familiar, reconhecimento de habilitações e competências). Este apoio concretiza-se através da prestação de informações de carácter diverso, no acompanhamento dos procedimentos legais e ainda no estabelecimento de uma estreita ligação com vários serviços, com vista à resolução de diferendos entre estes e os imigrantes. Devendo encontrar-se equipado com um conjunto de serviços essenciais à prestação desse apoio, tais como um posto multimédia, um telefone e folhetos informativos, deverá ainda ter presente um técnico que se destina também a prevenir ou solucionar situações de exclusão que afectem os imigrantes;

- **Apoio Domiciliário** – Tratando-se de uma Resposta Social já existente na Rede de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho, a proposta efectuada consiste em procurar articulá-la com as recentes propostas de serviços criados no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde, na medida em que o Apoio Domiciliário constitui a principal plataforma no domínio social de apoio a Pessoas em Situação de Dependência e estas Respostas são inexistentes na realidade da oferta social concelhia. Não obstante o facto da Rede de Cuidados Continuados ter o sector social como principal parceiro, o papel do Ministério da Segurança Social será seguramente mais circunscrito do que o do Ministério da Saúde, como tal, pelo menos numa fase inicial o Serviço de Apoio Domiciliário deverá articular-se apenas com alguns desses serviços, mais norteados para a intervenção social.

Não constituindo objectivo da presente Carta Social identificar metas para as Respostas Sociais propostas para o concelho, pois estas terão necessariamente de ser sustentadas por diagnósticos específicos das necessidades concelhias, é desde já possível estabelecer o seu nível territorial de intervenção, designadamente:

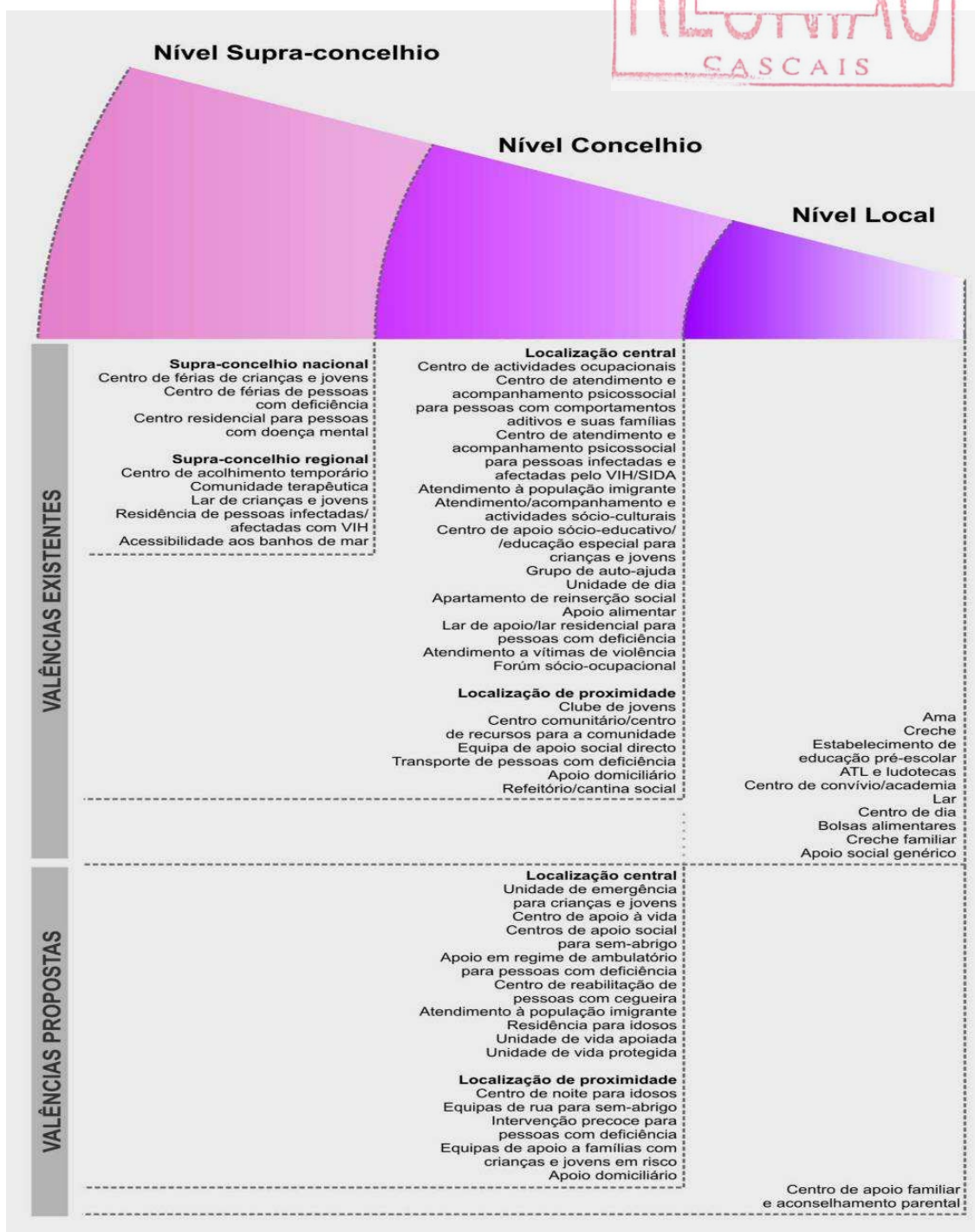
- **Nível Concelhio de Localização Central** – Constitui o nível da maioria das Respostas Sociais propostas, pois embora a sua existência no Concelho seja importante, a sua natureza e finalidade não implica elevada proximidade aos seus públicos-alvo e subsequentemente não pressupõe uma elevada cobertura territorial. Este nível territorial afectou-se às seguintes Respostas Sociais: Unidade de Emergência para Crianças e Jovens, Centro de Apoio à Vida, Centro de Apoio Social para Sem-Abrigo, Apoio em Regime de Ambulatório para Pessoas com Deficiência, Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira; Residência para Idosos; Unidade de Vida Apoiada e Unidade de Vida Protegida;
- **Nível Concelhio de Localização de Proximidade** – É o nível territorial afecto a quatro das Respostas Sociais propostas, uma vez que a sua eficácia e qualidade de resposta implica uma efectiva proximidade aos seus públicos-alvo, não se registando, no entanto, a necessidade de existirem em todas as freguesias do Concelho. Tratam-se das Respostas Sociais Centro de Noite para Idosos, Equipas de Rua para Sem-Abrigo, Intervenção Precoce e Equipas de Apoio a Famílias com Crianças e Jovens em Risco;
- **Nível Local** – Considerou-se que de entre as Respostas Sociais propostas somente o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental deverá ter uma localização ao nível da freguesia, visando assegurar uma total cobertura do território concelhio, na medida em que

se trata de uma abordagem integrada e cujo sucesso e eficácia da Resposta implicam um acentuado acompanhamento das situações de risco.

As Respostas Sociais para as quais se propõem algumas alterações, designadamente o Atendimento à População Imigrante e o Serviço de Apoio Domiciliário, deverão manter o nível territorial existente, mais precisamente, nível concelhio com localização central e nível concelhio com localização de proximidade, respectivamente.



Figura 8. Aplicação do Modelo Territorial à Rede de Equipamentos Sociais Proposta para Cascais



## 2.2. Análise quantitativa e locativa da oferta

### 2.2.1. Introdução e aspectos metodológicos

A **análise quantitativa e locativa** da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais sustenta-se nos resultados do recenseamento realizado em 2005 e considera o Modelo Territorial definido para Rede de Equipamentos e Serviços Sociais.

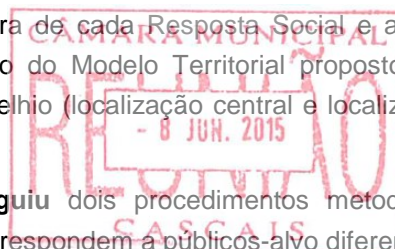
Em linhas gerais esta análise diagnostica a taxa de cobertura de cada Resposta Social e aprecia a adequação do padrão locativo dos equipamentos em função do Modelo Territorial proposto, dando particular atenção às Respostas Sociais de nível local e concelhio (localização central e localização de proximidade).

A abordagem desenvolvida na **avaliação quantitativa** seguiu dois procedimentos metodológicos distintos, consoante os Tipos Morfológicos, uma vez que estes respondem a públicos-alvo diferenciados:

- Para as Respostas Sociais enquadradas nos Tipos Morfológicos cujo público-alvo corresponde a grupos etários (Infância e Juventude e Idosos), a análise assentou numa avaliação da taxa de cobertura, obtida através do rácio [(capacidade máxima/população-alvo) x 100];
- Para os restantes Tipos Morfológicos, cujos públicos-alvo não são coincidentes com grupos etários, não foi possível proceder ao cálculo de rácios de avaliação, sendo essa limitação suplantada com uma avaliação da relação entre a taxa de cobertura e o número de utentes actuais, com uma leitura da evolução do número de utentes nos últimos anos, (informações apuradas com recurso ao questionário) tendo-se ainda, em alguns casos, enriquecido o estudo com a análise genérica das tendências nacionais relativas a algumas questões que influenciam a dinâmica de determinadas Respostas Sociais. Em termos metodológicos importa ainda destacar três outros aspectos:
- Que nas situações em que não foram obtidas respostas relativas à capacidade máxima dos equipamentos, se assumiu que o número de utentes actual corresponde a esse limiar;
- Que na análise do primeiro grupo de Respostas Sociais foi utilizada por informação apurada através dos questionários e do Recenseamento Geral da População de 2001;
- Que na análise do segundo grupo de Respostas Sociais se fez recurso exclusivo a informação estatística apurada através dos questionários.

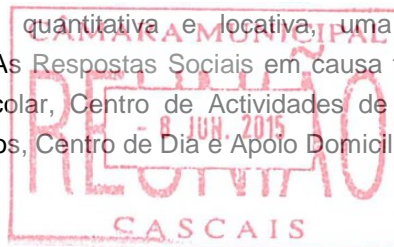
A **avaliação locativa** foi desenvolvida tendo como referência o nível territorial das Respostas Sociais. Como tal, sustenta-se num conjunto de pressupostos que visam responder a princípios de equidade, justiça social e ordenamento do território, nomeadamente:

- Que as Respostas Sociais de nível local deverão proporcionar uma cobertura territorial de todo o território concelhio;
- Que as Respostas Sociais de nível concelhio com localização de proximidade deverão localizar-se o mais próximo possível do seu público-alvo, o que não implica a sua existência em todas as suas freguesias;
- Que as Respostas Sociais de nível concelhio com localização central deverão manifestar padrões locativos pautados pela centralidade e acessibilidade.



Para todas as Respostas Sociais de nível local e para as de nível concelhio (com localização central ou de proximidade) que constituem serviços de ambulatório (o Apoio Alimentar, a Equipa de Apoio Social Directo e o Serviço Domiciliário), estabeleceram-se áreas de influência, variáveis em função da tipologia de Resposta Social em causa. O factor “área de influência” assume-se da maior relevância nesta análise, condicionando portanto a avaliação locativa a desenvolver.

Por fim, para um conjunto de sete Respostas Sociais, transversais a diferentes Tipos Morfológicos, considerou-se ainda relevante desenvolver, na avaliação quantitativa e locativa, uma análise desagregada em função da natureza jurídica das entidades. As Respostas Sociais em causa foram as seguintes: Creches, Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas, Centro de Convívio/Academia, Lar de Idosos, Centro de Dia e Apoio Domiciliário.



### 2.2.2. Infância e Juventude

No Tipo Morfológico Infância e Juventude, os Equipamentos e Serviços foram avaliadas as Respostas Sociais: Ama, Creche, Creche Familiar, Estabelecimento de Educação Pré-Escolar e Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas, cujo nível de implantação deverá ser a freguesia, e ainda a Resposta Social Clube de Jovens, que constitui a única que deverá ter um nível de actuação concelhio, com uma localização pautada pela proximidade aos utentes.

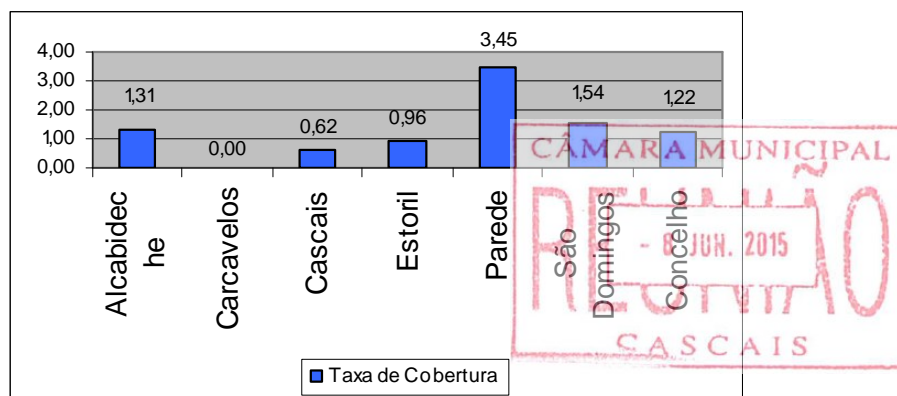
#### 2.2.2.1 Ama

##### *Avaliação Quantitativa*

A Resposta Social Ama apresenta, em termos médios, uma diminuta capacidade alojada, uma vez que responde apenas a 1,2% da população-alvo a que se destina (rácio capacidade máxima/população-alvo de 1,2%), o que poderá ser explicado pela percepção de que o número de amas recenseado é consideravelmente inferior ao universo real de amas existentes no Concelho, devido, entre outros, a factores de ordem jurídica. Note-se que estas Amas correspondem apenas aquelas que se encontram registadas como tal na Segurança Social. É, no entanto, importante ter em conta que a taxa de cobertura desta Resposta Social é superior aquela aqui apresentada, atendendo a que tradicionalmente se trata de um actividade feita através de meios informais.

Todavia, note-se que esta Resposta Social partilha com as Creches o seu público-alvo e, portanto, deve ser vista como uma solução de complementaridade. Por seu lado, tratando-se de uma Resposta semi-privada a Carta Social deverá, servir como instrumento de sinalização para oportunidades de emprego.

**Figura 9. Taxa de Cobertura na Resposta Social Ama, por Freguesia, no Concelho de Cascais, 2005 (%)**



Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005 e Censos 2001.

### Síntese Avaliativa

- Não foi possível realizar uma análise locativa atendendo ao facto de no decorrer do recenseamento não se ter obtido a localização das Amas. De salientar, uma vez mais, que se tratam das Amas enquadradas pela Segurança Social.
- A freguesia de Carcavelos constitui a única freguesia onde não existe esta Resposta Social o que conjugado com a existência de um contingente de população jovem revela a existência de uma carência efectiva;
- As freguesias de Alcubideche e São Domingos de Rana registam proporções de taxa de cobertura particularmente diminutas (rácio capacidade máxima/população-alvo de 1,3% e 1,5%, respectivamente), especialmente tendo em conta que se tratam de freguesias onde o público-alvo assume uma elevada expressão. Contudo, note-se que ambas se encontram acima dos valores médios concelhios. A conjugação destes factores indica necessidades/oportunidades de aumento da resposta nestas freguesias;
- A freguesia de Cascais apresenta uma reduzida taxa de cobertura nesta Resposta Social, ligeiramente abaixo dos valores médios concelhios (rácio capacidade máxima/população-alvo de 0,6%). Atendendo a que o público-alvo da Resposta Social regista um significado notável, considera-se que seria oportuno que taxa de cobertura na freguesia aumentasse;
- A freguesia da Parede regista a situação mais favorável, apresentando a maior taxa de cobertura (rácio capacidade máxima/população-alvo de 3,5%) o que conjugado com o perfil demográfico envelhecido da freguesia aponta para menores necessidades de expansão da oferta;
- A freguesia do Estoril tem uma das capacidades instaladas mais diminutas da Resposta Social, no entanto, é uma das freguesias onde o público-alvo assume menor relevância.

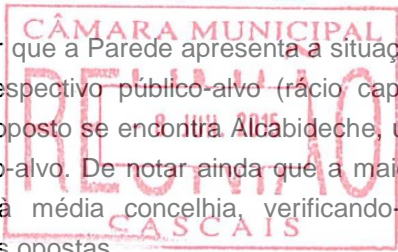
### 2.2.2.2 Creche

#### Avaliação Quantitativa

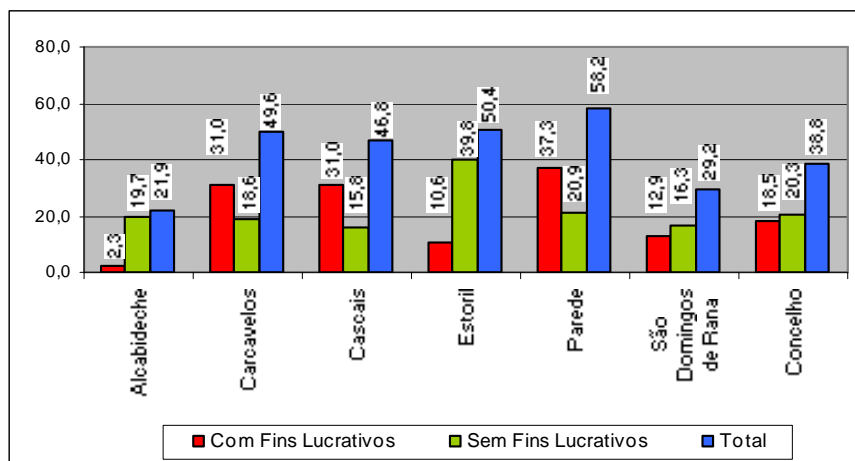
A Resposta Social Creches, ainda que dirigida ao mesmo público-alvo das Amas, apresenta características muito distintas. A principal diferença reside, desde logo na maior taxa de cobertura (rácio capacidade máxima/população-alvo de 38,1%).

A análise da taxa de cobertura, por freguesia, permite constatar que a Parede apresenta a situação mais positiva, dado que regista a maior taxa de cobertura ao respectivo público-alvo (rácio capacidade máxima/população-alvo de 58,2%), enquanto que no extremo oposto se encontra Alcabideche, uma vez que a taxa de cobertura responde apenas a 21,9% do público-alvo. De notar ainda que a maioria das freguesias apresentam uma capacidade alojada superior à média concelhia, verificando-se que Alcabideche e São Domingos de Rana configuram as realidades opostas.

Uma análise desagregada, segundo a natureza jurídica da entidade, revela, em termos médios concelhios, capacidades por freguesia relativamente homogéneas. As freguesias da Parede, Cascais e Carcavelos constituem aquelas onde a intervenção das entidades com fins lucrativos suprime a das sem fins lucrativos, e a freguesia do Estoril onde a realidade contrária é mais acentuada. A freguesia de São Domingos de Rana apresenta uma singularidade, associada à fraca amplitude registada entre a intervenção das entidades com e sem fins lucrativos ao nível da capacidade alojada das Creches.



**Figura 10. Taxa de Cobertura na Resposta Social Creche, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, por Freguesia, no Concelho de Cascais, 2005 (%)**



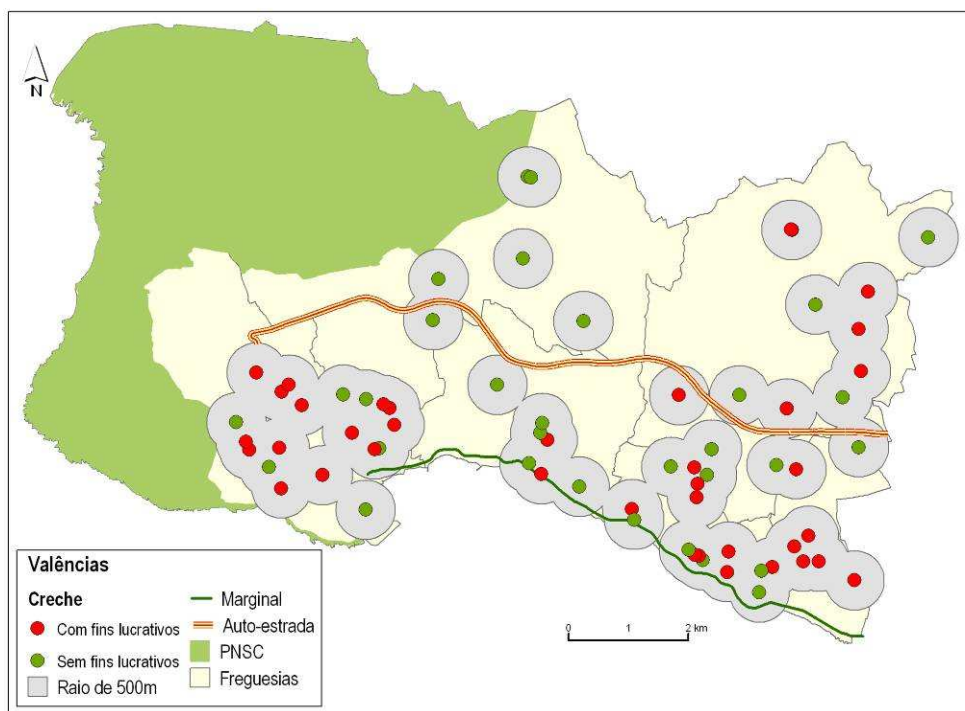
Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005 e Censos 2001.

**Avaliação Locativa**

A análise da distribuição territorial das Creches evidencia, desde logo, a existência de uma cobertura territorial significativa, na medida em que uma proporção considerável do Concelho se encontra servido por esta Resposta Social. Não obstante, emergem algumas assimetrias inter-freguesias que residem, essencialmente, numa dicotomia interior/litoral. De facto, nas freguesias da faixa litoral, decalcando as áreas mais densamente povoadas, regista-se uma importante cobertura territorial, enquanto nas freguesias do interior aumentam consideravelmente os espaços de vazio, o que sugere menores deficientes coberturas. De salientar que a ausência deste tipo de equipamentos na extensa área oeste do Concelho se encontra estreitamente associada à existência de áreas protegidas e subsequentemente à rarefação/inexistência de povoamento e actividades económicas.

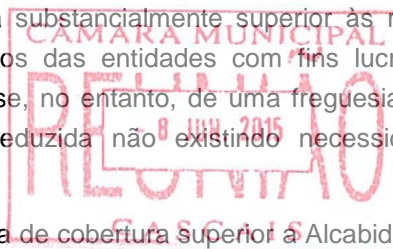
Esta leitura globalizante evidencia, uma vez mais, que a primazia dos equipamentos geridos pelas entidades de natureza jurídica com fins lucrativos decresce paulatinamente à medida que se avança para o interior do Concelho, registando estas uma clara preponderância no eixo de maior concentração populacional e urbana do Concelho.

**Figura 11. Cobertura Territorial da Resposta Social Creche, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, no Concelho de Cascais, 2005**



**Síntese Avaliativa**

- Alcabideche e São Domingos de Rana, que constituem as freguesias com menor taxa de cobertura e onde esta Resposta Social depende maioritariamente da intervenção das entidades sem fins lucrativos, são aquelas onde a procura de Creches é mais elevada, o que aponta para a necessidade de aumentar o investimento na oferta;
- A Parede, que apresenta uma taxa de cobertura substancialmente superior às restantes freguesias, concentra a maioria dos equipamentos das entidades com fins lucrativos e regista a cobertura territorial mais positiva. Trata-se, no entanto, de uma freguesia onde a proporção da população-alvo é relativamente reduzida não existindo necessidade de efectuar investimentos significativos;
- A freguesia de Cascais embora apresente uma taxa de cobertura superior a Alcabideche e a São Domingos de Rana, e uma cobertura territorial bastante satisfatória, tem, no entanto, uma incidência muito significativa do grupo etário em questão justificando novos investimentos;
- Nas freguesias de Carcavelos e do Estoril a conjugação de uma capacidade alojada elevada, acima da média concelhia, sustentada por intervenções significativas das entidades com e sem fins lucrativos, e de comportamentos demográficos marcados por uma menor incidência do respectivo público-alvo, comparativamente a freguesias como Alcabideche, Cascais ou São Domingos de Rana, ditam menores necessidades.

**2.2.2.3 Creche Familiar**

A Resposta Social Creche Familiar assume-se como complementar às Respostas Sociais Creches e Amas, na medida em que partilha o mesmo público-alvo. Assim, embora se trate de uma Resposta Social de nível local, importa desde logo salientar que não seria economicamente viável existir uma cobertura territorial de 100%, nem uma capacidade alojada no Concelho tão elevada como em Respostas Sociais que respondem exclusivamente a um determinado público-alvo.

**Avaliação Quantitativa**

A Creche Familiar no Concelho de Cascais apresenta uma taxa de cobertura diminuta (rácio capacidade máxima/população-alvo de 1%). Os quatro equipamentos existentes no Concelho têm, na sua totalidade, 67 lugares, oscilando na sua capacidade máxima entre os 16 e os 18 lugares. De salientar que todos eles registavam a lotação esgotada o que poderá ser indicativo da necessidade de novos investimentos.



**Avaliação Locativa**

A análise locativa desta resposta evidencia uma concentração dos quatro equipamentos em São Domingos de Rana, na generalidade em áreas de forte concentração populacional, respondendo positivamente aos critérios de localização que se lhe exigem: centralidade e facilidade de acesso.

Não obstante a ausência de um público-alvo exclusivo, atendendo a que se trata de uma Resposta Social de nível local, importa notar a sua inexistência nas restantes freguesias.

**Figura 12. Cobertura Territorial da Resposta Social Creche Familiar, no Concelho de Cascais, 2005**



**2.2.2.4 Estabelecimento de Educação Pré-Escolar**

**Avaliação Quantitativa**

Os Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar constituem uma Resposta Social fundamental pelo que deverão apresentar uma taxa de cobertura que responda à totalidade da procura. Neste sentido, tem-se registado um importante esforço de investimento nesta Resposta Social no município de Cascais, traduzido na taxa de cobertura que atinge actualmente os valores mais elevados da totalidade das Respostas Sociais que compõem a Rede de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho (rácio capacidade máxima /população-alvo de 96,3%), indicativo da existência de praticamente um lugar em Pré-Escolar por criança do público-alvo respectivo, residente no Concelho.

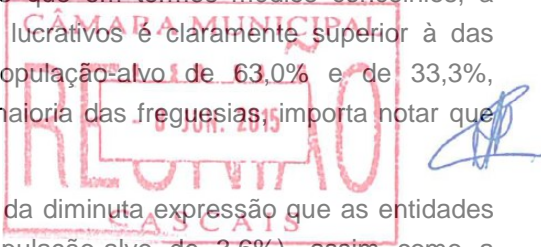
Não obstante esta situação extremamente positiva, observam-se importantes assimetrias inter-freguesias. A situação mais positiva ocorre em Parede, que apresenta uma capacidade máxima mais elevada (rácio capacidade máxima/população-alvo de 183,7%). As freguesias de Carcavelos, Cascais e

Estoril apresentam igualmente realidades muito positivas na medida em que as suas capacidades de resposta ultrapassam, igualmente, os 100%.

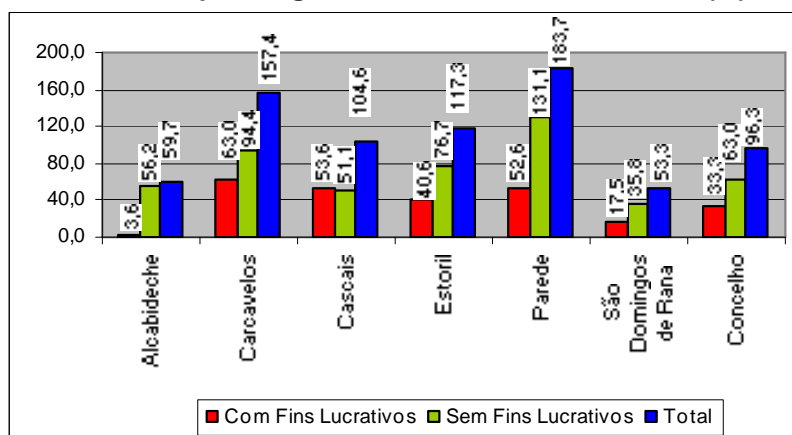
Com um desempenho oposto relevam-se as freguesias de Alcabideche e de São Domingos de Rana que apresentam capacidades de resposta muito inferiores: rácio capacidade/população-alvo de 59,7% e 53,3%, respectivamente.

No que concerne à natureza jurídica da entidade, verifica-se que em termos médios concelhios, a capacidade alojada da competência das entidades sem fins lucrativos é claramente superior à das entidades com fins lucrativos (rácio capacidade máxima/população-alvo de 63,0% e de 33,3%, respectivamente). Embora esta tendência seja transversal à maioria das freguesias, importa notar que assume maior expressão na freguesia da Parede.

Destaque-se ainda a singularidade de Alcabideche, resultante da diminuta expressão que as entidades com fins lucrativos assumem (rácio capacidade máxima/população-alvo de 3,6%), assim como a particularidade de Cascais, devido ao equilíbrio registado entre ambas as entidades (rácio capacidade máxima/população-alvo de 53,6% nas entidades com fins lucrativos e de 51,1% nas entidades sem fins lucrativos, respectivamente).



**Figura 13. Taxa de Cobertura na Resposta Social Pré-Escolar, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, por Freguesia, no Concelho de Cascais (%)**



Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005 e Censos 2001.

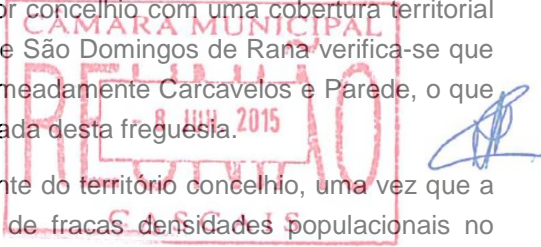
**Avaliação Locativa**

A cobertura territorial desta Resposta Social encontra-se definida pelo seu nível local. Por conseguinte, a análise realizada revela uma cobertura territorial muito positiva, atendendo à disposição dos equipamentos e à sua área de influência.

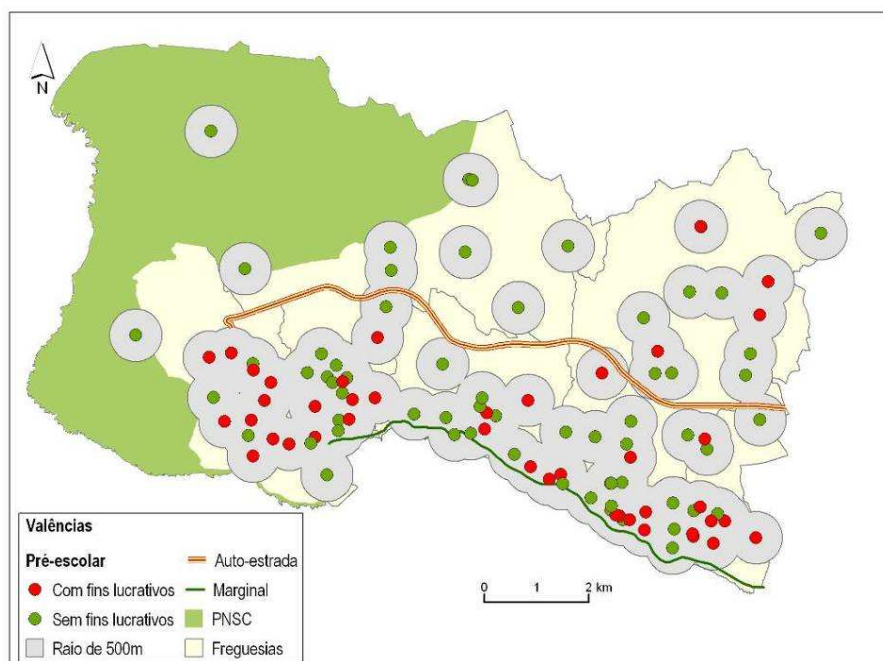
Porém, regista-se uma ténue diferença entre as várias freguesias, na medida em que a uma forte e contínua cobertura nas freguesias do litoral, se opõe um interior concelhio com uma cobertura territorial descontinuada e menos densa. Porém, no caso da freguesia de São Domingos de Rana verifica-se que esta beneficia da elevada oferta das freguesias adjacentes, nomeadamente Carcavelos e Parede, o que permite cobrir as necessidades na área mais densamente povoada desta freguesia.

Uma segunda dicotomia, desenha-se entre o ocidente e o oriente do território concelhio, uma vez que a presença de áreas naturais protegidas e subsequentemente de fracas densidades populacionais no sector oeste das freguesias de Alcabideche e Cascais conduz a uma rarefacção dos equipamentos de Pré-Escolar.

Por fim, a cartografia com esta tipologia de equipamentos evidencia ainda uma disparidade territorial assente na natureza jurídica da entidade. Enquanto que ao longo do cordão litoral de forte concentração urbana se verifica uma maior coexistência de equipamentos geridos por entidades com e sem fins lucrativos, à medida que se avança para o interior do Concelho rareiam os equipamentos cuja gestão são da competência das entidades com fins lucrativos.

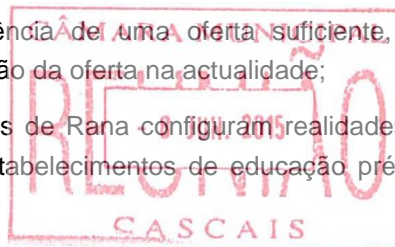


**Figura 14. Cobertura Territorial da Resposta Social Estabelecimento de Educação Pré-Escolar, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, no Concelho de Cascais, 2005**



### **Síntese Avaliativa**

- As freguesias da Parede, Estoril, Cascais e Carcavelos apresentam capacidades de resposta nesta Resposta Social substancialmente elevadas, ao que acrescem índices de envelhecimento igualmente elevados, em particular, nas duas primeiras unidades territoriais.
- A concertação destes factores sugere, a existência de uma oferta suficiente, não se identificando acentuadas necessidades de ampliação da oferta na actualidade;
- As freguesias de Alcabideche e de São Domingos de Rana configuram realidades menos positivas no que trata à oferta de lugares em estabelecimentos de educação pré-escolar, tendo em conta os respectivos públicos-alvo.
- Estas freguesias são as mais carenciadas do Concelho e, por isso mesmo, os territórios de investimento prioritário em Pré-Escolar;
- O facto da actual oferta de Pré-Escolar instalados nas freguesias de Carcavelos e da Parede servir também parte da freguesia de São Domingos de Rana, faz com que diminua a necessidade de ampliação da oferta nesta última.



### **2.2.2.5 Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas**

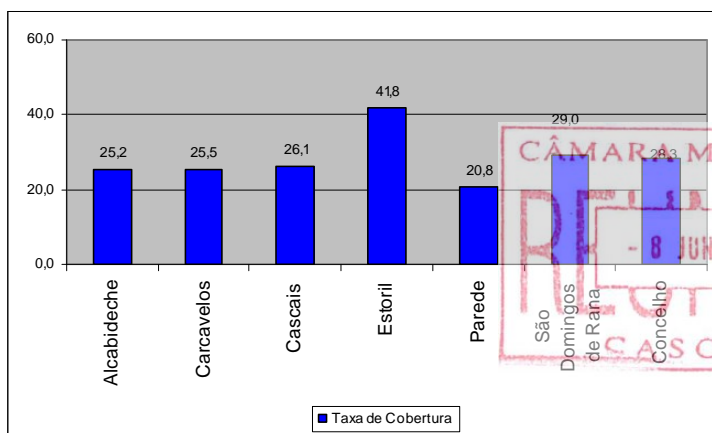
#### **Avaliação Quantitativa**

O diagnóstico da Resposta Social Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas ainda que realizado de forma globalizante, pressupõe que se retenham algumas das diferenças fundamentais existentes entre as Actividades de Tempos Livres e as Ludotecas. Neste sentido, importa salientar que as Ludotecas são na sua maioria espaços mais informais, abertos à comunidade, na sua maioria, encontram-se integrados em bairros desfavorecidos e estão em funcionamento aos fins de semana e durante o período de férias escolares, enquanto que as Actividades de Tempos Livres têm funcionado maioritariamente em complementaridade com a escola e o respectivo horário escolar.

Posto isto, a análise da capacidade alojada da Resposta Social no Concelho indica, em primeiro lugar, tratar-se de uma capacidade razoável, pois permite servir aproximadamente 30% do seu público-alvo (rácio capacidade máxima/população-alvo de 28,3%). Estes valores constituem-se particularmente relevantes, sobretudo, ao efectuar-se uma análise comparativa com outras Respostas Sociais instaladas.

Embora as diferentes freguesias apresentem desempenhos muito semelhantes, oscilando os seus rácios, na generalidade, entre os 20,8% na freguesia da Parede e os 29,0% na freguesia de São Domingos de Rana, a freguesia do Estoril destaca-se neste contexto, na medida em que apresenta uma capacidade claramente superior (rácio capacidade máxima/população-alvo de 41,8%). De notar ainda que apenas as freguesias do Estoril e de São Domingos de Rana se encontram acima da média concelhia.

**Figura 15. Taxa de Cobertura na Resposta Social Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas, por Freguesia, no Concelho de Cascais, 2005 (%)**



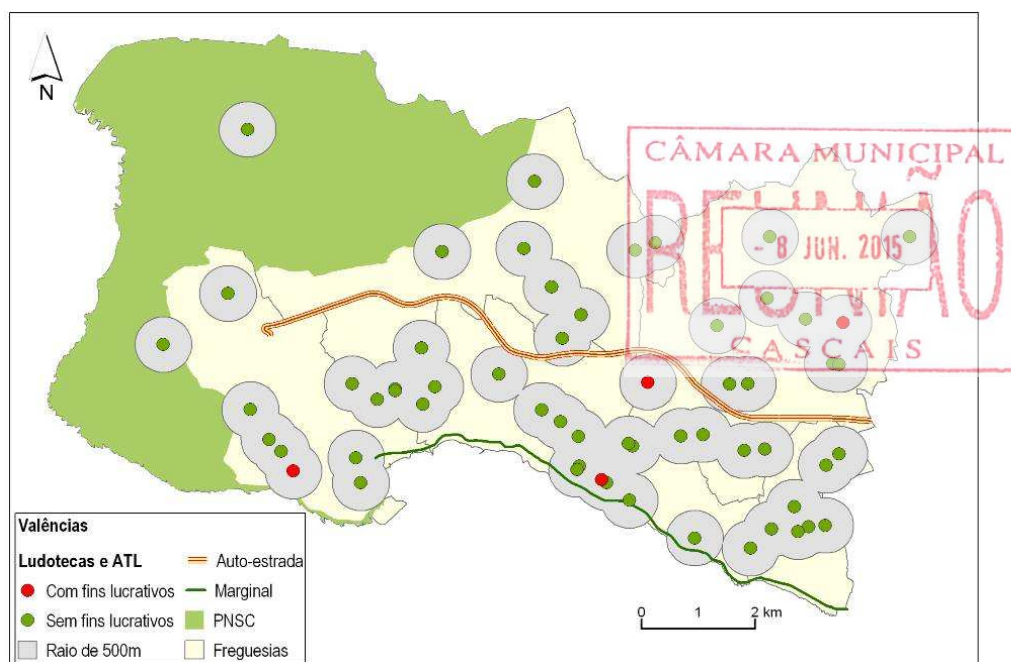
Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005 e Censos 2001.

**Avaliação Locativa**

A disposição territorial dos equipamentos com esta Resposta Social e a sua respectiva área de influência evidenciam uma boa cobertura territorial, marcada por uma dispersão dos mesmos, ainda que revelando um padrão territorial coerente com a localização das áreas urbanas.

Uma desagregação segundo a natureza jurídica das entidades gestoras dos equipamentos demonstra, em primeiro lugar, tratar-se de uma Resposta Social que se encontra predominantemente a cargo das entidades sem fins lucrativos, dada a primazia dos equipamentos cuja gestão é da competência destas entidades. Em segundo lugar, importa notar o padrão territorial disperso dos equipamentos cuja gestão é da competência das entidades com fins lucrativos.

**Figura 16. Cobertura Territorial da Resposta Social Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, no Concelho de Cascais, 2005**



### Síntese Avaliativa

- A recente decisão do Ministério da Educação de alargar o período de funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino para o período em que anteriormente funcionavam estes espaços, faz com que a sua actual utilidade tenda a desaparecer.

### 2.2.2.6 Clube de Jovens

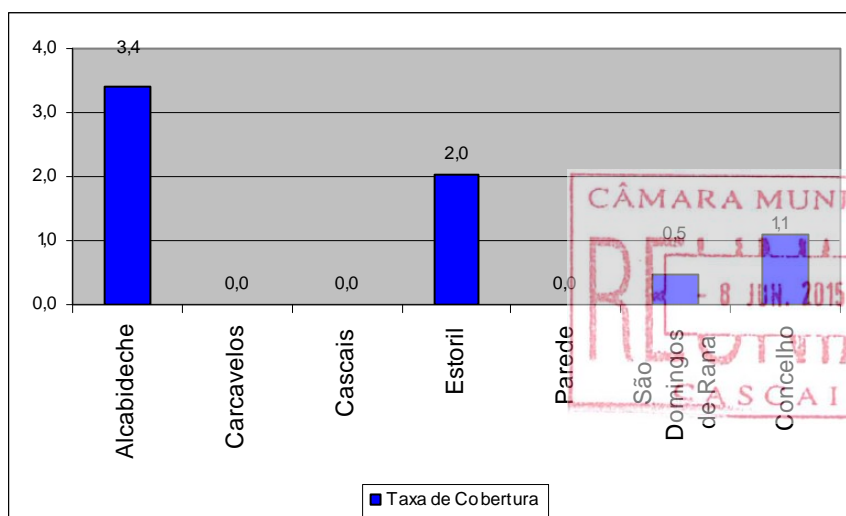
#### Avaliação Quantitativa

No contexto da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais de Cascais e, em particular, no Tipo Morfológico da Infância e Juventude, a Resposta Social Clube de Jovens configura-se como uma das Respostas Sociais com menor taxa de cobertura (rácio capacidade máxima/população-alvo de 1,1%).

Tratando-se de uma Resposta Social de nível concelhio com localização de proximidade, deverá situar-se o mais próximo possível dos utentes, mas não sendo necessária a sua existência em todas as freguesias.

A avaliação da sua territorialidade evidencia a sua circunscrição espacial a apenas algumas unidades territoriais, na medida em que não existe nas freguesias de Carcavelos, Cascais e Parede. Constata-se ainda que as freguesias em se que dispõe de resposta esta é bastante diminuta, atingindo o valor mais elevado em Alcabideche (rácio capacidade máxima/população-alvo de 3,4%).

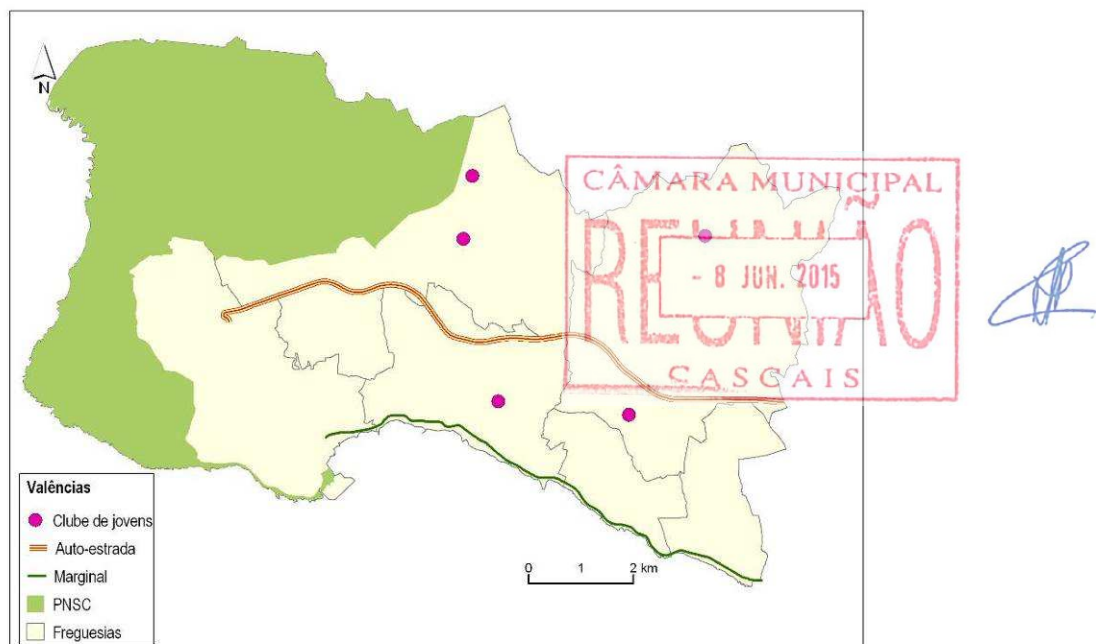
**Figura 17. Taxa de Cobertura na Resposta Social Clube de Jovens, por Freguesia, no Concelho de Cascais, 2005 (%)**



Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005 e Censos 2001.

**Avaliação Locativa**

O mapeamento com os equipamentos que asseguram a Resposta Social Clube de Jovens denota um padrão locativo marcado pela dispersão. Todavia, alguns destes equipamentos, mais precisamente os que se situam nas freguesias de Alcabideche e de São Domingos de Rana, revelam um afastamento espacial face às áreas urbanas de maior concentração populacional, não respondendo portanto ao critério de localização das Normas da DGOTDU, segundo o qual estes equipamentos devem situar-se próximos do seu público-alvo e ter um fácil acesso, o que no contexto das Respostas Sociais orientadas para a Infância e Juventude assume a maior relevância.

**Figura 18. Localização da Resposta Social Clube de Jovens, no Concelho de Cascais, 2005****Síntese Avaliativa**

- Embora a taxa de cobertura da Resposta Social se apresente tendencialmente diminuta, constitui-se como fundamental a realização de análises mais minuciosas da Resposta Social (estudos específicos), que possibilitem a identificação das necessidades concretas de investimento;
- Constitui-se como principal medida de intervenção a adoptar, a realocação de alguns equipamentos, sobretudo, dos que revelam uma localização tendencialmente afastada das principais aglomerações urbanas, designadamente, os localizados nas freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana. A realocação destes equipamentos tem uma finalidade triangular, pois permite o cumprimento das Normas de Programação de Equipamentos, estabelecidas pela DEGOTDU, mas também aumentar a sustentabilidade económica dos investimentos efectuados e subsequentemente elevar o universo de utentes servidos.

**2.2.3. Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência**

O Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais, Centro de Actividades Ocupacionais, Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens e Lar de Apoio/Lar Residencial, foram as Respostas Sociais analisadas no Tipo Morfológico da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, dado que constituem Respostas Sociais de nível concelhio, com localização central.

Foram assim excluídas de avaliação as Respostas Sociais Acessibilidade aos Banhos de Mar e Centro de Férias, porque têm um nível supra-concelhio regional e nacional, respectivamente, dirigindo-se a



públicos-alvo mais vastos, extravasando o âmbito de programação em curso. A avaliação não focou também a Resposta Social Transporte de Pessoas com Deficiência, dado que não se dispõe de informação suficiente.

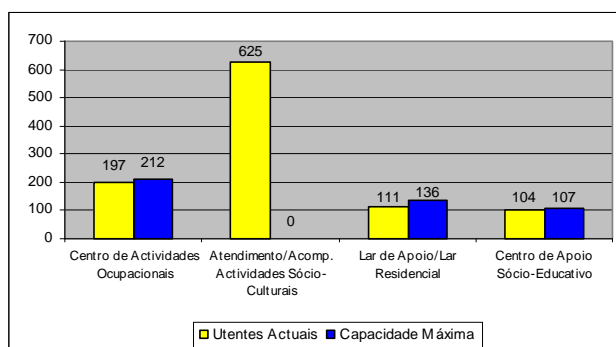
### **Avaliação Quantitativa**

Atendendo a que o público-alvo destas Respostas Sociais não tem correlação directa com nenhum grupo etário, a avaliação assentou numa análise da relação entre o número de utentes actuais e a capacidade máxima da totalidade destes equipamentos.

A conclusão primordial da avaliação da capacidade máxima consiste em notar que todas as Respostas Sociais em questão, ainda que com naturezas muito díspares, apresentam uma capacidade máxima que ultrapassa uma centena de lugares. Os Centros de Actividades Ocupacionais registam a capacidade máxima mais elevada (capacidade para 212 utentes).

Relativamente ao número de utentes de todas estas Respostas Sociais, no ano de 2005 verificou-se que, em geral, estes decaem os valores da capacidade máxima. A Resposta Social Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-Culturais, como seria de se esperar, regista um efectivo de utentes claramente elevado (625 utentes).

**Figura 19. Relação Capacidade Máxima/Utentes Actuais, por Resposta Social no Tipo Morfológico Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º)**



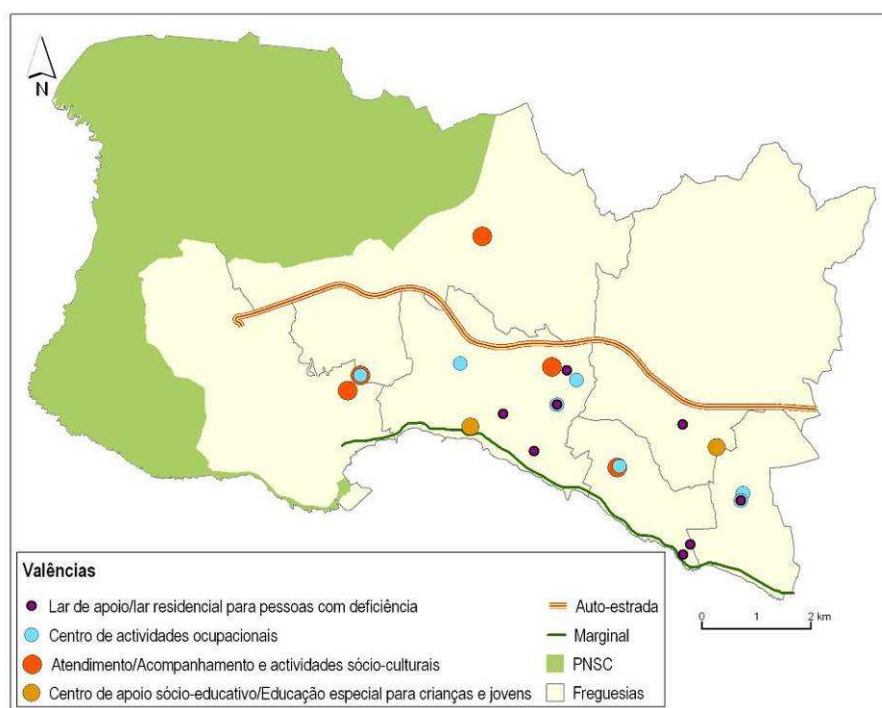
Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005

Ainda que uma análise comparativa destas duas dimensões de análise indique que a capacidade máxima se apresenta em todas as Respostas Sociais superior ao número de utentes, importará ter em conta que estas margens diferenciais positivas consistem usualmente em situações circunstanciais, que não espelham a realidade contínua destas Respostas Sociais. Efectivamente, a experiência de terreno tem validado a desadequação de algumas destas Respostas Sociais às reais necessidades, o que explica que paulatinamente potenciais utentes residentes no Concelho procurem estas Respostas em outros Concelhos.

### Avaliação Locativa

No seu conjunto, estas Respostas Sociais apresentam um padrão locativo territorialmente disperso, ainda que com maior incidência nas áreas de forte concentração populacional do Concelho, mais concretamente, ao longo da faixa litoral compreendida entre as duas principais acessibilidades rodoviárias. Esta localização manifesta-se positiva, na medida em que se tratando de Respostas Sociais de nível concelhio, com localização central, deverão encontrar-se inseridas nas áreas urbanas com maior concentração populacional, com uma posição central no contexto concelhio, por forma a serem acessíveis à população em geral.

Figura 20. Localização das Respostas Sociais enquadradas no Tipo Morfológico da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, no Concelho de Cascais, 2005



### Síntese Avaliativa

- A análise anterior sugere, em primeiro lugar, a necessidade central de uma monitorização da evolução destas Respostas Sociais, sobretudo, em termos de taxa de cobertura e de número de utentes, efectivo e potencial, condição essencial para que estas Respostas Sociais se mantenham adequadas e subsequentemente se evitem situações de sobrelotação e toda uma multiplicidade de efeitos negativos daí derivados, em Respostas Sociais com uma importância social e ao nível da saúde tão relevantes.
- Intrinsecamente associado com o factor anterior, importa frisar a necessidade de se realizarem estudos de diagnóstico específicos, norteados para as diferentes Respostas Sociais, a montante de qualquer opção estratégica.

## 2.2.4 Idosos

Relativamente ao apoio social aos Idosos importa analisar a realidade subjacente a todas as Respostas Sociais (Centro de Convívio/Academia, Lar de Idosos e Centro de Dia), uma vez que todas elas se enquadram no âmbito da presente avaliação, em conformidade com o modelo territorial pré-definido. Neste contexto, a Resposta Social Residência constitui excepção, na medida em que à data do recenseamento efectuado pela Equipa Técnica, não existia nenhum equipamento respectivo em funcionamento no Concelho, embora se encontrasse um em fase de construção.



### 2.2.4.1 Centro de Convívio/Academia

À semelhança das outras duas Respostas Sociais existentes no Concelho de Cascais orientadas para a população idosa, o Centro de Convívio/Academia tem um nível local, na medida em que atendendo à idade dos utentes é importante que estes se encontrem integrados no espaço quotidiano desta população. Contudo, comparativamente com as restantes Respostas Sociais deste Tipo Morfológico, o Centro de Convívio/Academia regista uma natureza mais abrangente, o que explica algumas das suas especificidades.

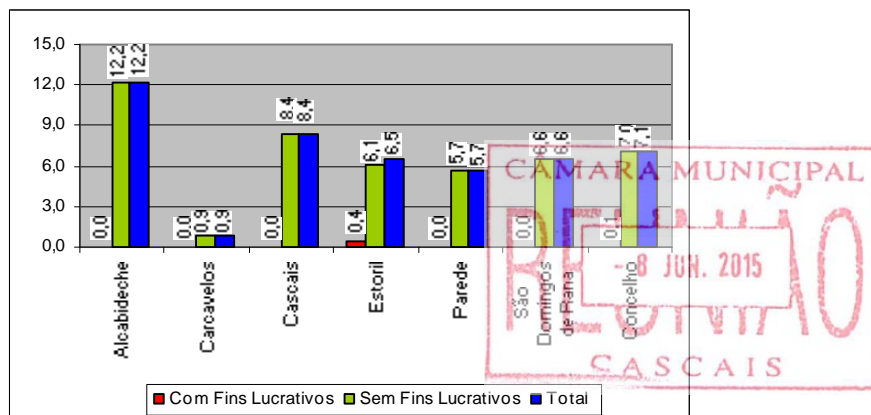
#### **Avaliação Quantitativa**

No contexto do respectivo Tipo Morfológico, trata-se da Resposta Social com a maior taxa de cobertura média concelhia (rácio capacidade máxima/população-alvo de 7,1%). Contudo, observam-se assimetrias assinaláveis entre as freguesias. As unidades territoriais melhor posicionadas são Cascais e Alcabideche (rácio capacidade máxima/população-alvo de 8,4% e 12,2% respectivamente), as únicas freguesias com valores situados acima da média concelhia. Entre as restantes freguesias, Carcavelos apresenta-se como a pior posicionada, pois regista uma taxa de cobertura quase irrelevante (rácio capacidade máxima/população-alvo de 0,9%).

Trata-se de uma Resposta Social assegurada em termos médios concelhios, sobretudo, por entidades sem fins lucrativos, na medida em que os equipamentos geridos por estas têm um rácio capacidade máxima/população-alvo de 7%, enquanto que os equipamentos cuja gestão compete às entidades com fins lucrativos apresentam uma taxa de cobertura muito residual (rácio capacidade máxima/população-alvo de 0,1%).

Apenas na freguesia do Estoril coexistem equipamentos geridos por entidades com e sem fins lucrativos. Contudo, mesmo nesta freguesia a taxa de cobertura dos equipamentos geridos por entidades com fins lucrativos é muito diminuta (rácio capacidade máxima/população-alvo de 0,4%), especialmente quando comparada com a assegurada pelos equipamentos de gestão afecta a entidades sem fins lucrativos (rácio capacidade máxima/população-alvo de 6,1%).

**Figura 21. Taxa de Cobertura na Resposta Social Centro de Convívio/Academia, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, por Freguesias, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º)**



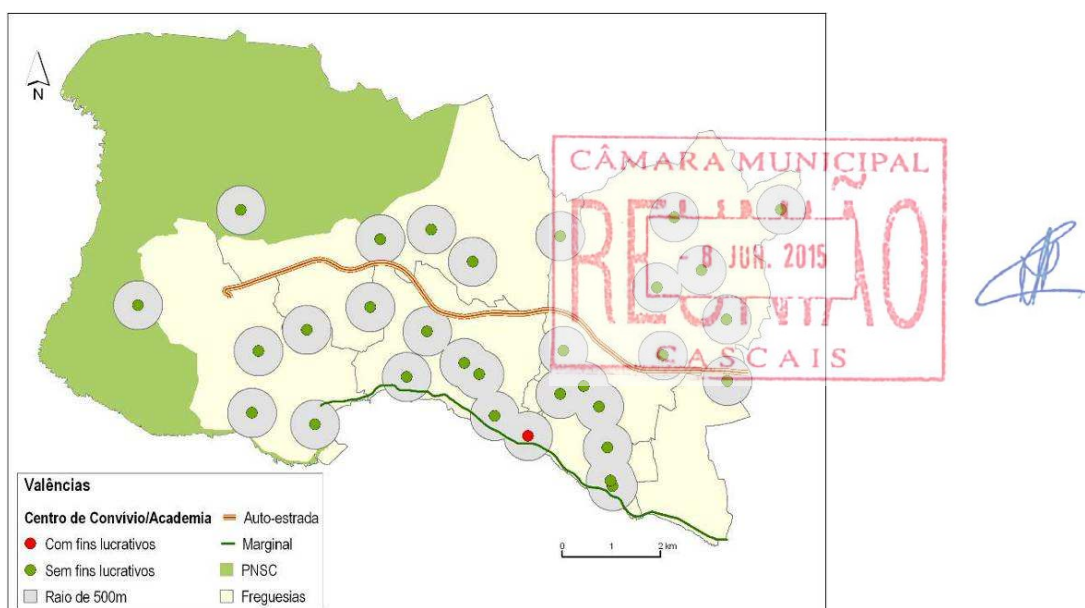
Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005 e Censos 2001.

### **Avaliação Locativa**

A análise da localização dos equipamentos com a Resposta Social Centro de Convívio/Academia e das suas áreas de influência indica um padrão locativo disperso. Não obstante, é ao longo da faixa litoral que se regista uma maior cobertura territorial, particularmente incisiva nas freguesias do Estoril e da Parede, enquanto que nas freguesias de Cascais e Carcavelos se registam níveis de cobertura inferiores.

A freguesia de Carcavelos apresenta inclusive a particularidade de ter a quase totalidade do seu território não coberto por esta Resposta Social. As freguesias do interior apresentam coberturas idênticas entre si, evidenciando-se uma tendência para a concentração dos equipamentos nos lugares mais densamente povoados. Uma vez mais, regista-se uma fraca e mesmo nula cobertura territorial a Oeste do Concelho, consequência directa da presença do Parque Natural Sintra-Cascais (PNSC). De salientar ainda que o único equipamento gerido por uma entidade com fins lucrativos se situa na freguesia do Estoril, precisamente na parcela territorial de maior concentração populacional do Concelho.

**Figura 22. Cobertura Territorial da Resposta Social Centro de Convívio/Academia, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, no Concelho de Cascais, 2005**



### Síntese Avaliativa

- A freguesia de Carcavelos constitui uma das áreas mais carenciadas, pois ainda que registando actualmente uma reduzida concentração de população com 65 ou mais anos de idade, apresenta um rácio de capacidade máxima/população-alvo e uma cobertura territorial muito diminutas, as mais baixas do Concelho;
- As freguesias do Estoril e da Parede, ainda que apresentando capacidades alojadas e coberturas territoriais claramente superiores à freguesia de Carcavelos, encontram-se entre as unidades territoriais mais prioritárias no que respeita ao investimento nesta Resposta Social. Este é o resultado da conjugação de diminutas capacidades de resposta (encontrando-se entre as mais reduzidas do Concelho) com uma estrutura etária actual marcada pela relevância da população com 65 ou mais anos, registando os índices de envelhecimento mais elevados;
- As freguesias de São Domingos de Rana e Cascais registam as menores carências, pois enquanto a primeira, embora se confrontando com uma capacidade máxima de resposta abaixo da média concelhia, apresenta um dos menores quantitativos de população idosa e índices de envelhecimento do Concelho, a segunda, combina um padrão demográfico marcado por um índice de envelhecimento significativo e forte concentração de população com 65 ou mais anos de idade com a segunda maior taxa de cobertura concelhia;
- A freguesia de Alcabideche apresenta a situação mais positiva, na medida em que tem a menor proporção de idosos e um dos índices de envelhecimento mais moderados do Concelho, e no que respeita à oferta de lugares desta Resposta Social, regista a maior taxa de cobertura (rácio capacidade máxima/população-alvo de 12,2%).

### 2.2.4.2 Lar

A Resposta Social Lar, de acordo com o modelo territorial preconizado é de nível local, embora tal não pressuponha que sirva exclusivamente a população residente no Concelho.

#### **Avaliação Quantitativa**

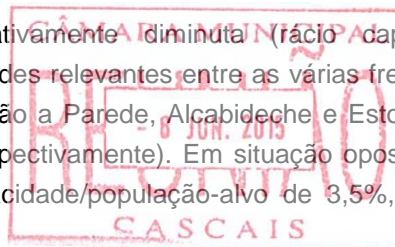
A taxa de cobertura da Resposta Social Lar é relativamente diminuta (rácio capacidade máxima/população-alvo de 4,6%), não se registando disparidades relevantes entre as várias freguesias. As freguesias que se encontram acima da média concelhia são a Parede, Alcabideche e Estoril (rácio capacidade máxima/população-alvo de 7,8%, 6,1% e 5,6, respectivamente). Em situação oposta estão Cascais, São Domingos de Rana e Carcavelos (rácio capacidade/população-alvo de 3,5%, 2,8% e 2,2%), denotando capacidades bastante diminutas.

No que concerne à análise desta Resposta Social segundo a natureza jurídica da entidade, importa antes de mais salientar que no processo de recenseamento, no qual esta análise se baseia, foram inquiridos todos os lares que de alguma forma constituem uma Resposta Social no Concelho, independentemente destes serem com ou sem fins lucrativos e de possuírem ou não alvará (note-se que dos 50 lares de idosos inquiridos, somente 11 apresentam alvará, de acordo com a informação obtida junto do serviço local da Segurança Social).

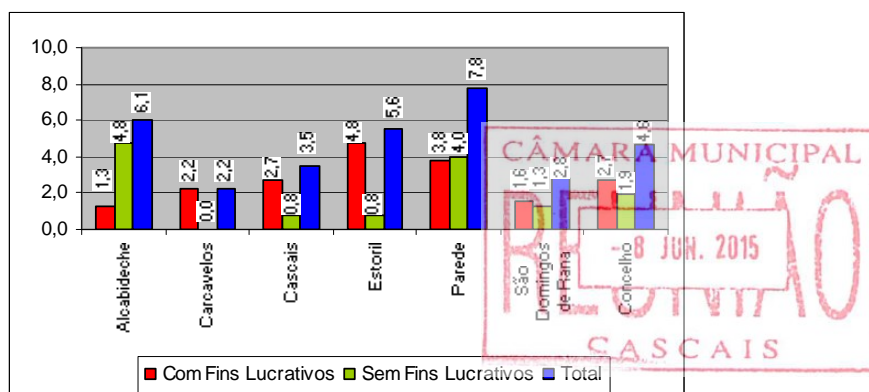
Posto isto, a análise da capacidade alojada no Concelho, segundo a natureza jurídica da entidade, indica uma primazia dos equipamentos geridos por entidades com fins lucrativos sobre os equipamentos cuja gestão é da competência das sem fins lucrativos, na medida em que as primeiras asseguram uma oferta de lugares claramente superior (rácio capacidade máxima/população-alvo de 2,7% e 1,9%, respectivamente).

Uma análise inter-freguesias esboça algumas diferenças relativamente ao padrão médio concelhio, designadamente, o facto de nas freguesias de Alcabideche e da Parede, a respectiva taxa de cobertura depender mais dos equipamentos geridos pelas entidades sem fins lucrativos do que das com fins lucrativos.

De notar ainda que a taxa de cobertura em lares na freguesia de Carcavelos é da total competência de entidades com fins lucrativos. Por último, importa salientar que as freguesias de São Domingos de Rana e da Parede têm a particularidade de registarem um certo equilíbrio no que trata à capacidade máxima de lugares existentes em equipamentos geridos por entidades com e sem fins lucrativos.



**Figura 23. Taxa de Cobertura na Resposta Social Lar de Idosos, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, por Freguesias, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º)**



Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005 e Censos 2001.

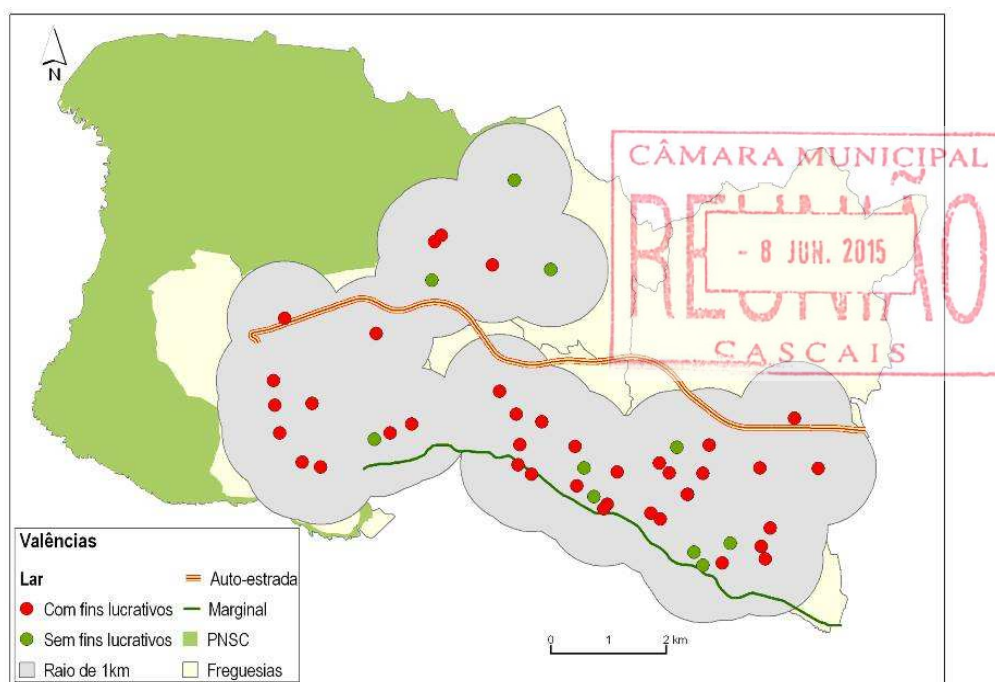
### **Avaliação Locativa**

A distribuição territorial e a área de influência dos Lares revelam uma cobertura satisfatória, pois uma vasta área do Concelho encontra-se servida.

As freguesias do litoral revelam, no entanto, uma cobertura superior, constatando-se que com exceção das áreas despovoadas da freguesia de Cascais, entre outras parcelas diminutas, o território encontra-se totalmente coberto.

Nas freguesias do interior, é nas de maior concentração populacional que se regista a maior intensidade destes equipamentos e subsequentemente uma cobertura mais significativa. Persistem, no entanto, vastas parcelas não servidas por esta resposta. Esta situação é particularmente evidente na freguesia de São Domingos de Rana, uma vez que em Alcabideche, esse território corresponde essencialmente ao Parque Natural Sintra-Cascais. Verifique-se ainda que espacialmente não é possível estabelecer padrões territoriais distintos dos equipamentos em função da natureza jurídica da entidade que os gere.

**Figura 24. Cobertura Territorial da Resposta Social Lar de Idosos, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, no Concelho de Cascais, 2005**



### Síntese Avaliativa

- As freguesias de Carcavelos, Cascais e São Domingos de Rana, ainda que não registando as proporções mais elevadas de idosos, os respectivos rácios de capacidade máxima alojada da resposta lar relativamente às suas populações-alvo têm os valores mais reduzidos, inferiores à média concelhia.
- A freguesia de Alcabideche apresenta uma das ofertas de lugares em lares mais elevadas, atendendo à proporção de residentes idosos, e a freguesia da Parede, ainda que apresentando a proporção mais elevada de indivíduos com 65 ou mais anos na sua estrutura etária, regista um rácio de capacidade máxima instalada/população-alvo igualmente mais elevado. Assim sendo, a oferta actual nestas freguesias revela-se bastante satisfatória;
- A freguesia do Estoril constitui uma realidade intermédia no panorama concelhio, uma vez que embora apresentando a segunda maior proporção de idosos na estrutura etária, regista um rácio capacidade máxima instalada/população-alvo acima da média concelhia;
- Atendendo a que a maioria dos Lares de Idosos existentes no Concelho de Cascais são de natureza lucrativa, importará avaliar em que medida o universo de lares existentes constituem uma Resposta Social efectiva para os idosos mais carenciados do ponto de vista económico e social.



### 2.2.4.3 Centro de Dia

Atendendo a que a Resposta Social Centro de Dia constitui uma Resposta Social a que a população idosa, na maioria dos casos, acede diariamente, pelos seus próprios meios, considera-se que à semelhança do observado para as restantes Respostas Sociais orientadas para esta população, esta deverá encontrar-se integrada nos territórios do quotidiano do seu público-alvo. Como tal, trata-se de uma Resposta Social de nível local.

#### **Avaliação Quantitativa**

A capacidade máxima instalada desta Resposta Social no Concelho apresenta-se diminuta, quando comparada com outras Respostas Sociais, mas tendo em conta a sua natureza e finalidade, não pode ser considerada insatisfatória (rácio capacidade máxima/população-alvo de 4,5%).



Uma análise desagregada por freguesias esboça duas grandes diferenças:

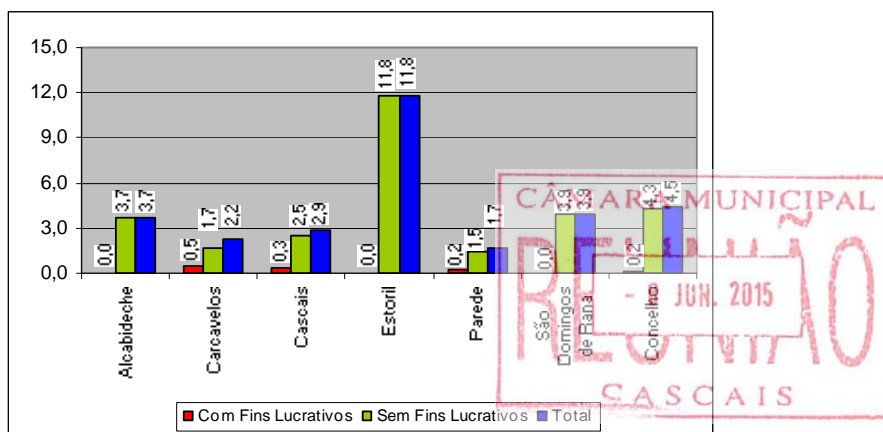
- Por um lado, a freguesia do Estoril assume um carácter singular, na medida em que constitui a única freguesia que tem uma taxa de cobertura superior à média concelhia (rácio capacidade máxima/população-alvo de 11,8%), sendo este muito superior ao registado nas suas congéneres;
- Por outro lado, as restantes freguesias compõem uma realidade relativamente homogénea entre si, pois todas elas têm rácios inferiores à média concelhia, apresentando-se estes reduzidos, oscilando entre 1,7% e 3,9%.

A desagregação, segundo a natureza jurídica da entidade, evidencia que a taxa de cobertura desta Resposta Social no Concelho de Cascais depende maioritariamente das entidades sem fins lucrativos (capacidade máxima/população-alvo de 4,3%), sendo o papel das entidades com fins lucrativos muito modesto (rácio capacidade máxima/população-alvo de 0,2%).

Embora esta seja uma realidade transversal a todas as freguesias, em Alcabideche, Estoril e São Domingos de Rana não existem equipamentos geridos por entidades com fins lucrativos, encontrando-se, portanto, esta Resposta apenas a cargo das entidades sem fins lucrativos. Nas restantes freguesias, existem equipamentos geridos por entidades com e sem fins lucrativos, no entanto, note-se que em todas elas há uma primazia das entidades sem fins lucrativos.

No que concerne à taxa de cobertura da competência de entidades com fins lucrativos nestas freguesias, verifica-se que o rácio capacidade máxima/população-alvo mais elevado ocorre em Carcavelos, seguido de Cascais e da Parede. De salientar, que neste caso os resultados se encontram nitidamente enviesados pela reduzida quantidade de respostas obtidas no recenseamento. De facto, dos sete equipamentos existentes no Concelho, geridos por entidades com fins lucrativos, cinco situam-se na freguesia da Parede, um na freguesia de Carcavelos e outro na de Cascais. Porém, entre os cinco equipamentos localizados na Parede, apenas dois responderam à questão da capacidade máxima. Ainda que relativamente a um dos equipamentos situados nesta freguesia se tenha considerado o número de utentes, face à não obtenção de respostas para a capacidade máxima, o reduzido número de respostas obtidas fundamenta a aparente diminuta taxa de cobertura da gestão das entidades com fins lucrativos nesta freguesia.

**Figura 25. Taxa de Cobertura na Resposta Social Centro de Dia, segundo a Natureza Jurídica da Entidade, por Freguesias, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º)**



Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005 e Censos 2001.

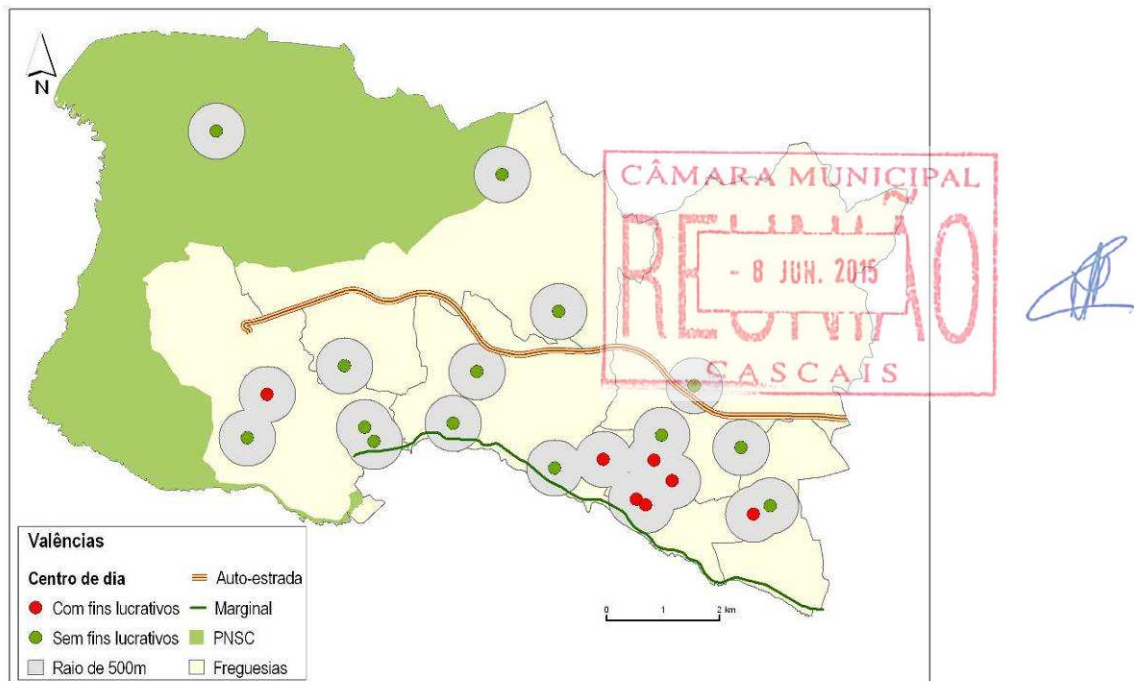
### **Avaliação Locativa**

Para uma Resposta Social de nível local, os Centros de Dia apresentam uma cobertura territorial bastante diminuta. Trata-se da mais reduzida de todas as Respostas Sociais do Tipo Morfológico Idosos, deixando uma vasta área do território concelhio sem serviço. Contudo, importa notar que, não obstante, a propensão para a concentração destes equipamentos na parcela do território compreendido entre as duas principais acessibilidades rodoviárias do Concelho, decaicando grosso modo a área mais urbanizada, o território concelhio não servido resume-se essencialmente à área do Parque Natural Sintra-Cascais e ao território da freguesia de São Domingos de Rana situado a montante da Auto-Estrada N.º 5.

Ao mesmo tempo verifica-se que todos estes equipamentos que são geridos por entidades com fins lucrativos se localizam nas freguesias do litoral, sobretudo, na área de maior densidade populacional do Concelho.

Finalmente, note-se as disparidades existentes entre as freguesias do interior do Concelho. Ainda que apresentando rácios de capacidade máxima instalada/população-alvo idênticos verifica-se que em Alcabideche estes equipamentos apresentam um padrão disperso, enquanto que em São Domingos de Rana estão nitidamente concentrados na área de maior concentração populacional.

Figura 26. Cobertura Territorial da Resposta Social Centro de Dia, no Concelho de Cascais, 2005



### Síntese Avaliativa

- A freguesia do Estoril, ainda que apresentando o segundo maior valor percentual de idosos na sua estrutura etária e um índice de envelhecimento elevado, não necessita de significativas intervenções de ampliação da capacidade máxima de resposta, em lugares, na Resposta Social Centro de Dia, em virtude de dispor de uma oferta bastante elevada comparativamente à média concelhia e às restantes freguesias do Concelho;
- Entre as freguesias que têm rácios de capacidade máxima/população-alvo abaixo da média concelhia, importará promover intervenções diferenciadas;
- Em Alcabideche, Carcavelos, Cascais e São Domingos de Rana, não obstante a incidência menos acentuada da população com 65 ou mais anos, esta é significativa e acompanhada de índices de envelhecimento não negligenciáveis, ao que acrescem capacidades de resposta muito diminutas. Com efeito, estas unidades territoriais constituem áreas de carência e, portanto, que deverão beneficiar de investimentos a curto e médio prazo;
- A freguesia da Parede é considerada como a área de maior prioridade ao nível da ampliação da taxa de cobertura desta Resposta Social, uma vez que constitui a freguesia que tem a maior proporção de idosos, um índice de envelhecimento muito significativo, e a mais baixa taxa de cobertura desta Resposta Social, não obstante a fragilidade que acompanha a sua análise.

## 2.2.5 Família e Comunidade

No âmbito do Tipo Morfológico para a Família e Comunidade importa proceder à análise de todas as Respostas Sociais, uma vez que nenhuma delas tem um nível territorial supra-concelhio. Contudo, a Resposta Social Apoio Social Genérico, de nível local, não será analisada, na medida em que a informação apurada no processo de recenseamento não permite desenvolver a análise pretendida.

No contexto do Tipo Morfológico Família e Comunidade, registam-se níveis locativos distintos que importa ter em conta: o Apoio Alimentar, Atendimento à População Imigrante e Atendimento a Vítimas de Violência são de nível concelhio com localização central; o Centro Comunitário/Centro de Recursos e o Refeitório/Cantina Social são de nível concelhio com localização de proximidade e, por fim, as Bolsas Alimentares são de nível local.

### **Avaliação Quantitativa**

Na avaliação quantitativa, não é possível seguir os mesmos parâmetros de análise para todas as Respostas Sociais, em virtude das fragilidades/discrepâncias decorrentes do recenseamento, designadamente:

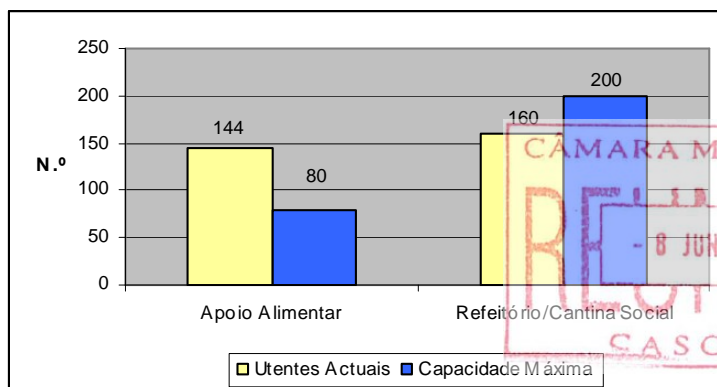
- Para o Centro Comunitário/Centro de Recursos não é possível proceder à sua avaliação quantitativa, porque por motivos relacionados com a sua natureza, não foi possível apurar (nem fazia sentido questionar) a sua capacidade máxima e número de utentes;
- Para o Atendimento à População Imigrante e Atendimento a Vítimas de Violência não é possível avaliar a capacidade máxima, uma vez que estas não têm limiares pré-estabelecidos, em virtude da natureza das suas respostas. Como tal, a avaliação quantitativa será sustentada na análise evolutiva dos utentes;
- No caso da Resposta Social Bolsas Alimentares, a avaliação quantitativa será igualmente baseada na análise da evolução dos utentes, uma vez que a capacidade máxima apurada é relativa às famílias, enquanto que os utentes se traduzem em indivíduos. Sendo a unidade de análise distinta, não é possível desenvolver uma comparação destas duas dimensões;

Com efeito, apenas para o Apoio Alimentar e Refeitório/Cantina Social é possível efectuar a análise da relação da capacidade máxima e do número de utentes. Estas Respostas Sociais servem um número de utentes considerável, especialmente, tendo em conta que cada uma delas dispõe de apenas dois equipamentos.

No Refeitório/Cantina Social regista-se uma relação positiva, uma vez que a capacidade máxima é superior ao número de utentes actual. No que trata ao Apoio Alimentar, devendo entender-se como tal o apoio que se destina maioritariamente a munícipes carenciados, no que respeita à confecção de alimentos, prevendo-se a distribuição diária de refeições no domicílio, embora o gráfico seguinte induza a existência de sobrelotação, uma vez que o número de utentes é superior à capacidade máxima, note-se que um dos dois equipamentos que prestam esta Resposta não indicou a sua capacidade máxima.



**Figura 27. Relação Capacidade Máxima/Utentes Actuais, por Resposta Social no Tipo Morfológico, para a Família e Comunidade, no Concelho de Cascais, em 2005 (N.º)**

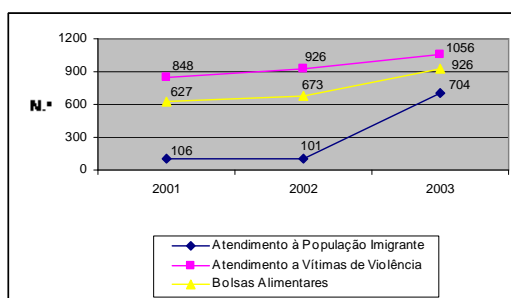


Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

Para as restantes Respostas Sociais em que é possível proceder à sua avaliação quantitativa (Atendimento a Vítimas de Violência, Atendimento à População Imigrante e Bolsas Alimentares), tal como explicado anteriormente, a análise circunscreve-se à evolução do número de utentes.

Uma primeira conclusão generalista revela que em todas as Respostas Sociais se registou um acréscimo do número de pessoas atendidas, entre 2001 e 2003. A Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência apresentou, neste período, elevados quantitativos de pessoas atendidas, tendo estes crescido de forma contínua. A Resposta Social Bolsas Alimentares apresenta um elevado número de pessoas atendidas, tendo registado um acréscimo no decurso destes três anos bastante significativo (47,7%). Por fim, a Resposta Social Atendimento à População Imigrante, teve um aumento do número de pessoas atendidas bastante significativo neste intervalo de tempo, tendo passado de 106 em 2001, para 704 em 2003 (acréscimo de pessoas atendidas de 564,2%), o que se explica pela ampliação da rede de equipamentos que asseguram esta Resposta Social no Concelho, pois em 2003 entrou em funcionamento um dos três equipamentos existentes, mas reflecte também o aumento generalizado do fenómeno imigratório no Concelho.

**Figura 28. Evolução do N.º de Pessoas Atendidas, por Resposta Social no Tipo Morfológico para a Família e Comunidade, no Concelho de Cascais, entre 2001 e 2003**

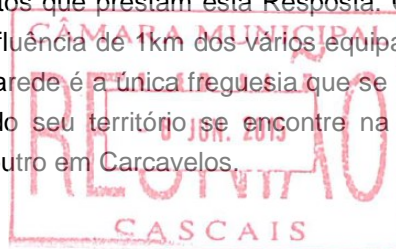


Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005. Informação relativa aos nos 2001, 2002 e 2003.

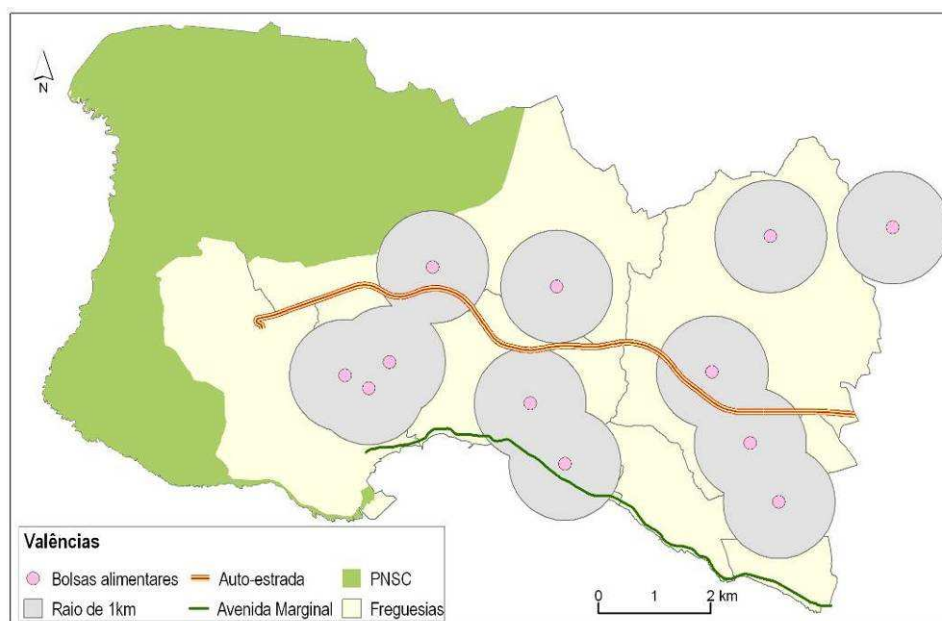
### Avaliação Locativa

A avaliação locativa das Respostas Sociais enquadradas no Tipo Morfológico para a Família e Comunidade foi desagregada em função do nível geográfico afectado a cada Resposta Social no Modelo Territorial.

No que trata às Respostas Sociais de nível local, as Bolsas Alimentares apresentam uma cobertura territorial significativa, resultante da dispersão dos equipamentos que prestam esta Resposta. Contudo, identificam-se vários espaços intersticiais entre as áreas de influência de 1km dos vários equipamentos, revelando portanto a existência de espaços não servidos. A Parede é a única freguesia que se encontra desprovida deste tipo de respostas, ainda que uma parte do seu território se encontre na área de influência de dois pontos de resposta, um situado no Estoril e outro em Carcavelos.



**Figura 29. Cobertura Territorial da Resposta Social Bolsas Alimentares, no Concelho de Cascais, 2005**

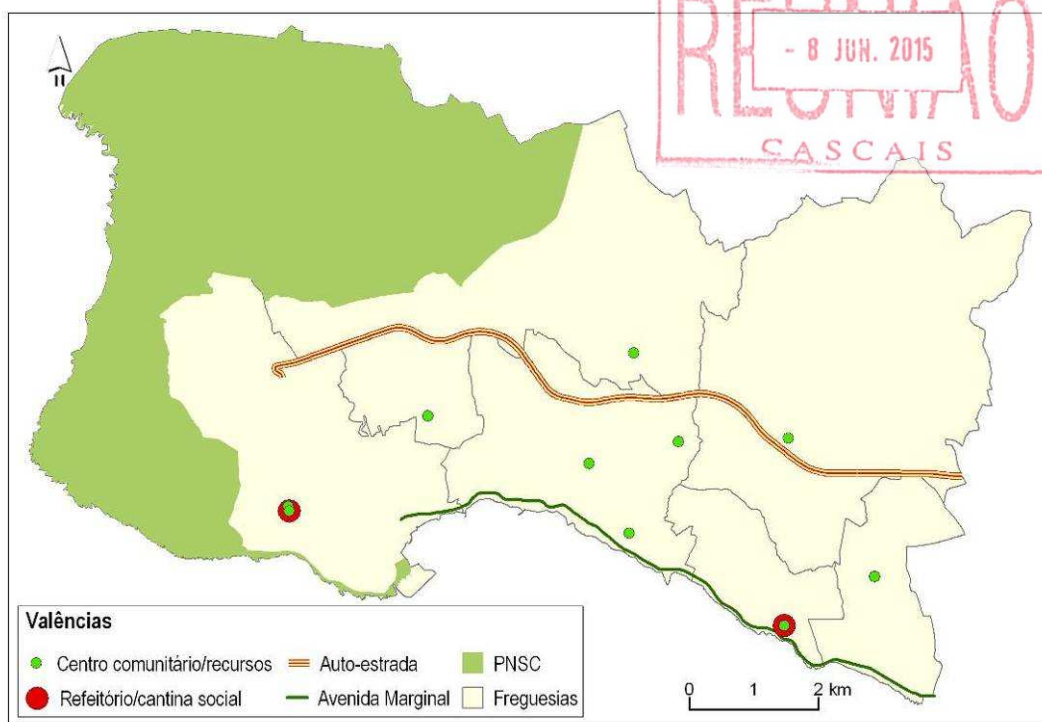


A Resposta Social Centro Comunitário/Centro de Recursos, Resposta Social de nível concelhio, com localização de proximidade, apresenta uma rede de equipamentos substancialmente ampla (dispondo de nove equipamentos). Intrinsecamente associado ao quantitativo de equipamentos existentes, verifica-se que há pelo menos um equipamento em cada freguesia, o que é um factor bastante positivo, sobretudo, tendo em conta que se tratam de espaços polyvalentes, que dentro desta mesma Resposta Social se realizam uma série de outras respostas e que, em muitos casos, os Centros Comunitários/Centro de Recursos são pólos dinamizadores da intervenção comunitária que se faz no Concelho de Cascais. Quanto ao padrão territorial dos equipamentos, note-se que este se apresenta disperso, pois distam consideravelmente uns dos outros, e encontram-se concentrados sensivelmente ao longo da faixa litoral.

A Resposta Social Refeitório/Cantina Social, também ela de nível concelhio, com localização de proximidade, dispõe de dois equipamentos no Concelho, os quais se localizam nas freguesias de Cascais e Parede e, portanto, trata-se de uma realidade conducente há existência de uma diminuta

cobertura territorial. Quanto ao padrão territorial dos equipamentos que asseguram esta Resposta Social, note-se que estes se encontram tendencialmente afastados entre si e esboça-se uma tendência de concentração territorial na faixa litoral.

**Figura 30. Localização das Respostas Sociais Centro Comunitário/Centro de Recursos e Refeitório/Cantina Social, no Concelho de Cascais, 2005**



No que trata às Respostas Sociais de nível concelhio, com localização central, identificam-se realidades locais muito díspares, o que articulado com a natureza distinta de cada Resposta Social, sobretudo, do Apoio Alimentar comparativamente ao Atendimento à População Imigrante e Atendimento a Vítimas de Violência, fundamenta uma análise desagregada de cada Resposta Social.

A Resposta Social Atendimento à População Imigrante conta com três equipamentos no Concelho, ainda que de natureza diversa, pois somente um deles corresponde efectivamente a um serviço de atendimento a imigrantes, pertencendo os outros dois a sedes de associações. De salientar, no entanto, que após o decorrer dos trabalhos de recenseamento efectuados, este serviço foi desactivado. Por outro lado, embora se considerem três equipamentos, esta situação deverá ser abordada com alguma cautela, na medida em que na sua maioria se tratam de cedências de espaços noutros equipamentos, não existindo nenhum equipamento especificamente orientado para esta finalidade.

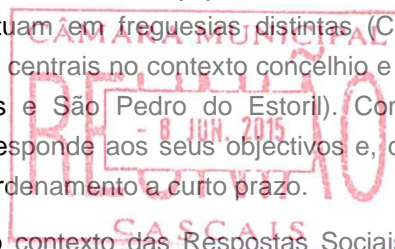
No que concerne ao padrão territorial identificam-se alguns condicionalismos, nomeadamente, o facto dos três espaços onde se presta resposta à população imigrante se concentrarem na freguesia de São Domingos de Rana e de um deles se situar numa área em que a envolvente regista uma das menores densidades populacionais concelhias.

De forma a suprimir tais fragilidades seria importante relocalizar um destes equipamentos para outra freguesia e assegurar que todos os equipamentos se situem em áreas urbanas centrais. O facto dos utentes desta Resposta Social serem populações imigrantes faz com que a questão da centralidade territorial da Resposta Social assuma maior importância, pois trata-se de uma população que, sobretudo, numa fase inicial do processo de integração, regista grandes dificuldades de mobilidade.

A Resposta Social Atendimento a Vítimas de Violência conta com dois equipamentos no Concelho, dotados de uma boa localização, na medida em que se situam em freguesias distintas (Cascais e Estoril), em áreas urbanas de forte concentração populacional, centrais no contexto concelhio e servidas por boas acessibilidades rodoviárias (localidade de Cascais e São Pedro do Estoril). Com efeito, considera-se que o padrão territorial desta Resposta Social responde aos seus objectivos e, como tal, não se regista a necessidade de introdução de medidas de reordenamento a curto prazo.

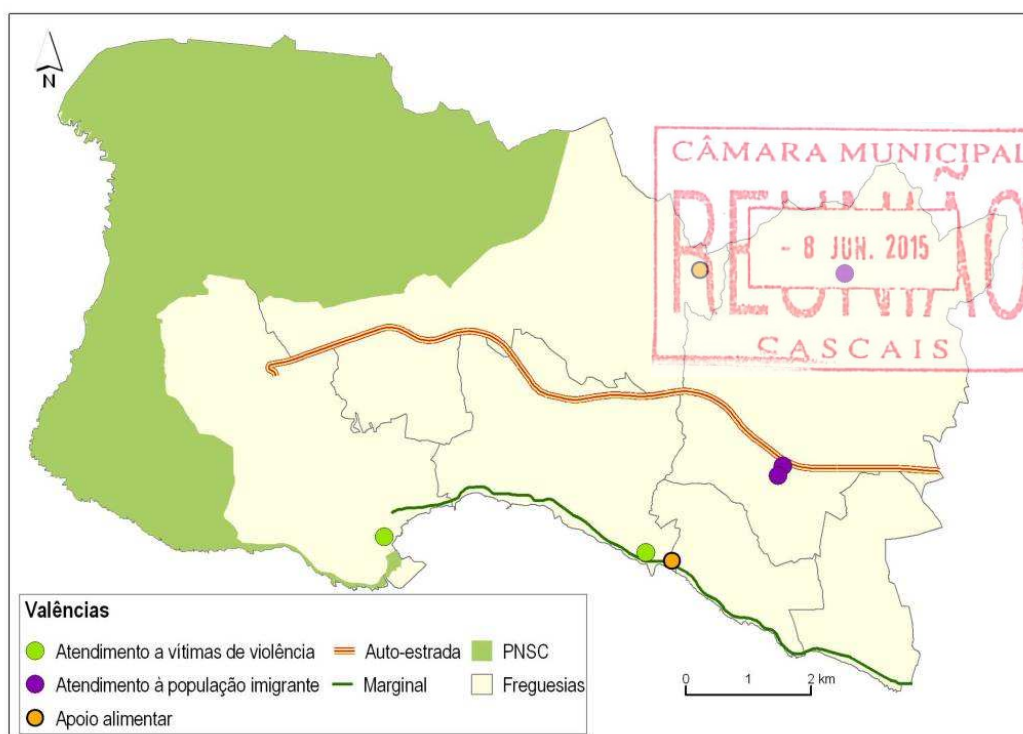
O Apoio Alimentar reveste-se de uma certa singularidade no contexto das Respostas Sociais para a Família e Comunidade, na medida em que constitui um serviço ambulatorio, pois tal como o Programa de Apoio Alimentar se processa em Cascais, é efectuada uma distribuição diária de refeições no domicílio dos utentes. Por constituir um serviço ambulatorio de distribuição de refeições, não existe a necessidade dos seus equipamentos se situarem em áreas urbanas centrais e de fácil acesso à população, como se observa nas restantes Respostas Sociais com este nível territorial, dado que os utentes não têm de se deslocar ao equipamento. Como tal, o que importa validar é se a actual localização dos equipamentos permite efectuar uma resposta eficaz em todo o concelho.

Assim sendo, aos equipamentos existentes, situados nas freguesias de Alcabideche e Estoril, afectou-se um raio de influência de 15km, de modo a que a prestação do apoio social se possa efectuar num período de 30 minutos, a partir do próprio equipamento, segundo uma localização óptima. A partir desta análise, constatou-se então que os equipamentos existentes proporcionam uma resposta que cobre todo o território concelhio, segundo os critérios definidos para a sua localização óptima e, como tal, não se esboçam fragilidades no seu padrão locativo.





**Figura 31. Localização das Respostas Sociais Atendimento a Vítimas de Violência, Atendimento à População Imigrante e Apoio Alimentar, no Concelho de Cascais, 2005**



### Síntese Avaliativa

- Na Resposta Social Bolsas Alimentares, importará a curto prazo, proceder à respectiva ampliação da rede de equipamentos, de forma a assegurar-se uma total cobertura do território concelhio. Neste processo de reestruturação, a Parede constitui um território prioritário ao nível dos investimentos a realizar, uma vez que é a única freguesia que se encontra desprovida de equipamentos que prestem esta Resposta Social.
- Na Resposta Social Atendimento à População Imigrante identificam-se necessidades importantes de reestruturação da respectiva rede de equipamentos. Estas consistem, sobretudo, na criação de um equipamento preparado para o efeito, acompanhado de um planeamento locativo dos equipamentos já existentes.
- Nas restantes Respostas Sociais, tendo por base a avaliação quantitativa efectuada, ainda que não se identifiquem carências relevantes, a monitorização assume-se imprescindível, de forma a não se gerarem situações de sobrecaptação, especialmente, nas Respostas Sociais em que o número de utentes tem registado um acentuado ritmo de crescimento, nos anos mais recentes.

### 2.2.6 Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias

No Tipo Morfológico Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias, as Respostas Sociais a analisar são o Apartamento de Reinserção Social, o Centro de Atendimento e Acompanhamento

Psicossocial, o Grupo de Auto-Ajuda e a Unidade de Dia, de nível concelhio com localização central, e a Resposta Social Equipa de Apoio Social Directo, de nível concelhio, com localização de proximidade. Por conseguinte, fica apenas excluída desta avaliação a Resposta Social Comunidade Terapêutica, por ser de nível supra-concelhio regional e as Respostas Sociais Grupo de Auto-Ajuda e Equipas de Apoio Social Directo, por razões de gestão inerentes às próprias Respostas Sociais, o que impossibilitou o desenvolvimento das respectivas avaliações quantitativas.

### **Avaliação Quantitativa**

A avaliação quantitativa das Respostas Sociais de nível concelhio com localização central (com excepção do Grupo de Auto-Ajuda, em que não foi possível desenvolver este tipo de análise) revela capacidades máximas e número de utentes actuais, relativos ao ano de 2005, muito diversificados.

No que concerne ao número de utentes actuais, o Apartamento de Reinserção Social regista os valores mais diminutos, o Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial os valores mais elevados e a Unidade de Dia valores intermédios.

As discrepâncias observadas estão relacionadas com a natureza de cada Resposta Social, pois enquanto que o Apartamento de Reinserção Social e a Unidade de Dia constituem Respostas Sociais em momentos intercalares entre o tratamento e a reinserção, os Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, pelo facto de terem como finalidade informar, apoiar e orientar social e psicologicamente indivíduos e respectivas famílias afectadas pelos comportamentos aditivos é natural que registem uma procura superior.

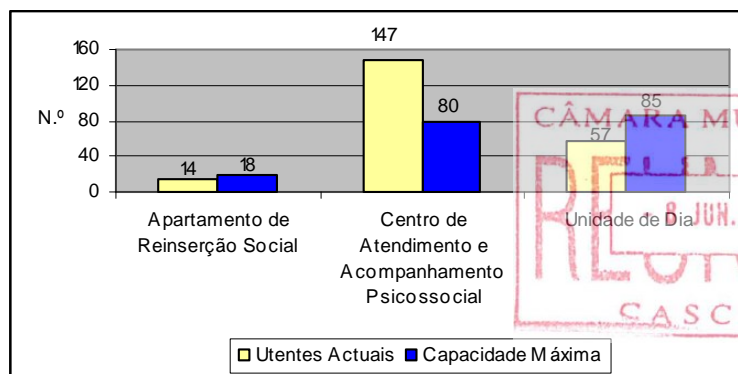
Uma análise da relação entre a capacidade máxima e o número de utentes actuais por Resposta Social, permite identificar dois tipos de situações:

- As Respostas Sociais Apartamento de Reinserção Social e Unidade de Dia apresentam uma relação positiva destas duas dimensões de análise, uma vez que a capacidade de alojamento é superior aos utentes servidos, ainda que na primeira Respostas Sociais a margem de diferença seja pouco significativa. Como tal, nestas duas Respostas Sociais é possível aumentar o número de pessoas atendidas, sem se entrar em situação de sobrelotação.
- Pelo contrário, o Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial regista uma relação negativa destas duas dimensões de análise, uma vez que se observa uma sobrelotação, pois o número de pessoas atendidas supera a capacidade máxima da Resposta Social.

Contudo, embora se tratem de resultados globais da Resposta Social, esta não é uma situação transversal a todos os equipamentos que asseguram esta Resposta Social, pois de facto a situação de sobrelotação circunscreve-se ao Apartamento de Reinserção do Murtal, onde a capacidade máxima é de 40 utentes, mas no ano de 2005 eram contabilizados 120 utentes.



**Figura 32. Relação Capacidade Máxima/Utentes Actuais, por Resposta Social, no Tipo Morfológico Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º)**



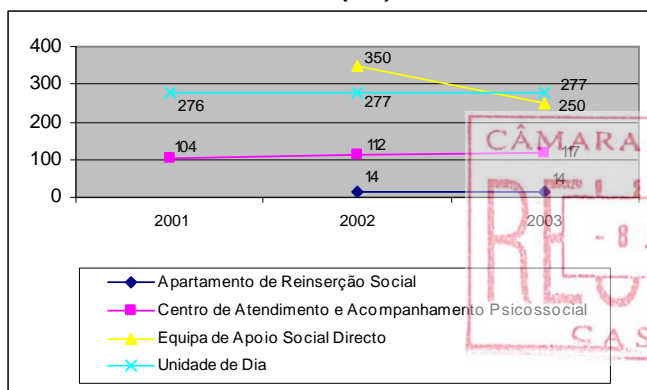
Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

No período compreendido entre 2001 e 2003, as Respostas Sociais orientadas para as Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias registaram variações assinaláveis no número de utentes. O Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial foi a Resposta Social que registou maior acréscimo do número de pessoas atendidas (variação de 12,5%), associado a uma maior sensibilidade, informação e abertura para com a realidade subjacente aos comportamentos aditivos.

Pelo contrário, a Equipa de Apoio Social Directo foi a única Resposta Social que registou um decréscimo do número de pessoas atendidas (variação negativa de 28,6%), reflexo da existência de menos uma equipa, factor este a ter em conta. Apesar da variação negativa assinalada, importa relevar que o intervalo de tempo considerado para esta Resposta Social é mais diminuto, pois apenas entrou em funcionamento em 2002.

As Respostas Sociais Apartamento de Reinserção Social, igualmente criada em 2002, e Unidade de Dia apresentam oscilações do número de utentes nulas ou pouco significativas (variação de 0,0% ou 0,4%, respectivamente).

**Figura 33. Evolução do N.º de Pessoas Atendidas, entre 2001 e 2003, por Resposta Social no Tipo Morfológico Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º)**

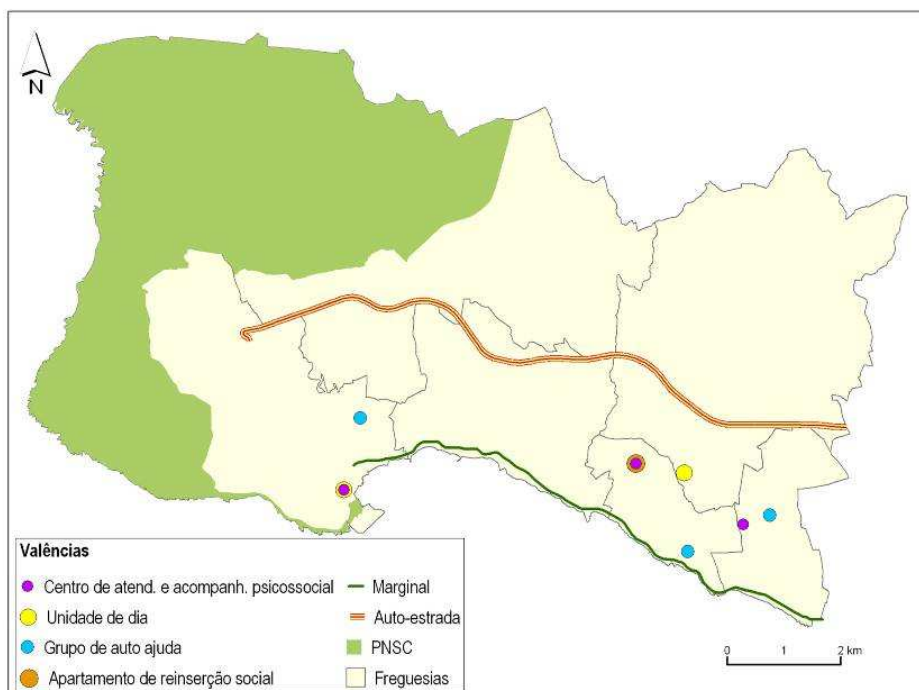


Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005. Informação relativa aos nos 2001, 2002 e 2003.

### Avaliação Locativa

No que concerne à avaliação locativa, relativamente às Respostas Sociais de âmbito concelhio, com localização central, mais do que a necessidade de se encontrarem em todas as freguesias, importa que registem uma localização central, reunindo boas condições de acesso, que se encontrem servidas por uma boa rede de transportes públicos e que tenham uma boa capacidade de polarização da sua população-alvo.

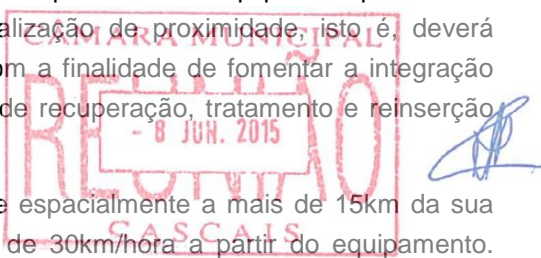
**Figura 34. Localização das Respostas Sociais CAAP, Grupo de Auto-Ajuda, Unidade de Dia e Apartamento de Reinserção Social, no Concelho de Cascais, 2005**



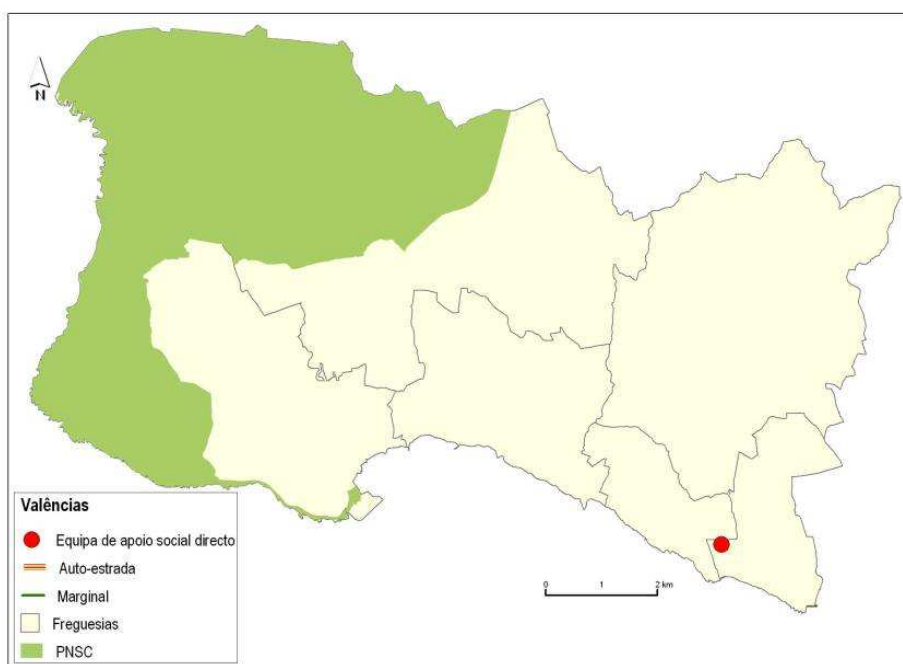
Com efeito, verifica-se que as Respostas Sociais orientadas para Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias, com este nível territorial, respondem a estes critérios locativos, na medida em que se localizam na sua generalidade de forma dispersa ao longo das freguesias da faixa litoral do Concelho, decalcando assim a principal mancha urbana do Concelho, em locais caracterizados por um boa acessibilidade e dotados de maior centralidade.

No conjunto destas Respostas Sociais de âmbito concelhio, a Resposta Social Equipa de Apoio Social Directo assume uma singularidade resultante de ser de localização de proximidade, isto é, deverá localizar-se preferencialmente próximo do seu público-alvo, com a finalidade de fomentar a integração das populações com comportamentos aditivos em processos de recuperação, tratamento e reinserção social.

Tratando-se de um serviço móvel, esta não deve encontrar-se espacialmente a mais de 15km da sua população-alvo, considerando uma velocidade média urbana de 30km/hora a partir do equipamento. Segundo estes parâmetros e tendo em conta a localização do respectivo equipamento na freguesia de Carcavelos, constata-se que todo o território concelhio se encontra coberto, podendo a Equipa de Apoio Social Directo actuar, num período inferior a 30 minutos, em qualquer parte do Concelho, onde sejam identificados territórios com incidência do fenómeno da toxicod dependência. Deste modo, o equipamento em causa revela uma localização considerada óptima.

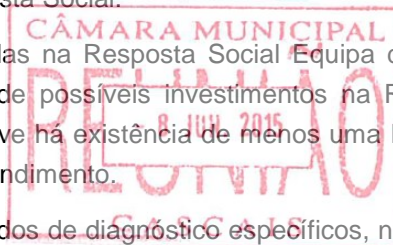


**Figura 35. Localização da Resposta Social Equipa de Apoio Social Directo, no Concelho de Cascais, 2005**



**Síntese Conclusiva**

- O Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial é a única Resposta Social no contexto do presente Tipo Morfológico que apresenta um número de pessoas atendidas superior à capacidade máxima de resposta, o que articulado com o significativo acréscimo do número de pessoas atendidas da Resposta Social, observado no decurso dos últimos anos, indica a necessidade de investir nesta Resposta Social.
- O decréscimo do quantitativo de pessoas atendidas na Resposta Social Equipa de Apoio Social Directo não deverá induzir uma redução de possíveis investimentos na Resposta Social, uma vez que esta evolução negativa se deve à existência de menos uma Equipa e não há existência de menores necessidades de atendimento.
- Importa frisar a necessidade de se realizarem estudos de diagnóstico específicos, norteados para as diferentes Respostas Sociais, que permitam um conhecimento mais profundo das dinâmicas do público-alvo e das próprias Respostas Sociais a montante de qualquer opção estratégica.

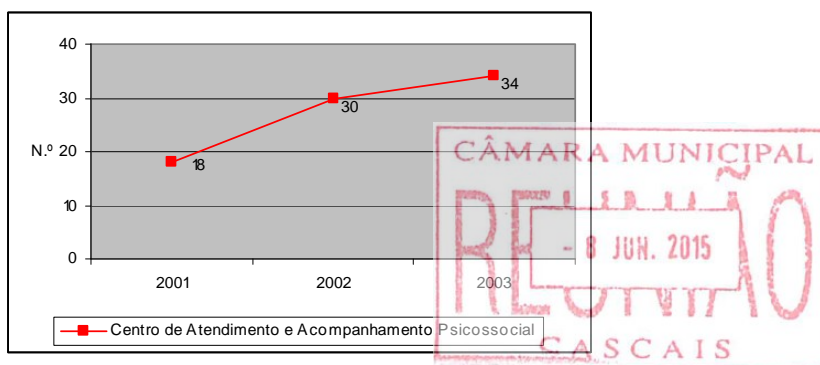
**2.2.7 Para Pessoas Infectadas/Afectadas pelo VIH/SIDA**

No Tipo Morfológico Pessoas Infectadas/Afectadas pelo VIH/SIDA, a abordagem a desenvolver circunscreve-se à Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, de nível concelhio com localização central, uma vez que a Resposta Social Residência tem um âmbito de actuação supra-concelhio regional.

**Avaliação Quantitativa**

No que trata à avaliação quantitativa da Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, importa desde logo verificar que no período compreendido entre 2001 e 2003 registou-se um acréscimo positivo muito significativo do número de utentes (88,9%), pois de 18 utentes contabilizados em 2001, passou para 30 em 2002 e para 34 em 2003. Todavia, é necessário ter em conta que os dois equipamentos que prestam esta Resposta Social no Concelho, abriram muito recentemente, em 2001 e 2003, o que poderá explicar este acréscimo tão relevante, não sendo indicativo de que futuramente se continue a registar um crescimento tão elevado do número de utentes.

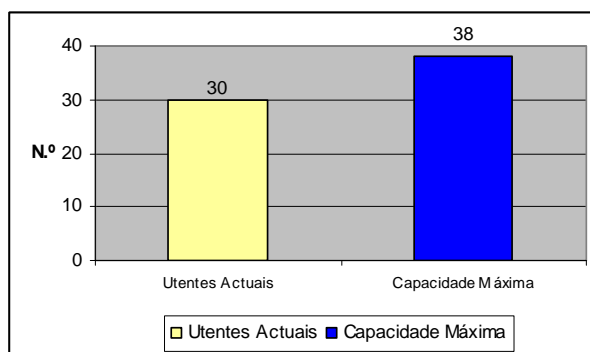
**Figura 36. Evolução do N.º de Pessoas Atendidas, entre 2001 e 2003, na Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, no Concelho de Cascais (N.º)**



Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005. Informação relativa aos nos 2001, 2002 e 2003.

Não obstante o aumento contínuo do número de utentes na Resposta Social, verifica-se que à data do recenseamento, em 2005, esta apresentava uma relação capacidade máxima instalada e utentes actuais positiva, visto que os dois equipamentos que asseguram esta Resposta Social no seu conjunto tinham capacidade para 38 utentes e o número efectivo de pessoas atendidas era inferior (30 utentes).

**Figura 37. Relação Capacidade Máxima/Utentes Actuais, na Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º)**



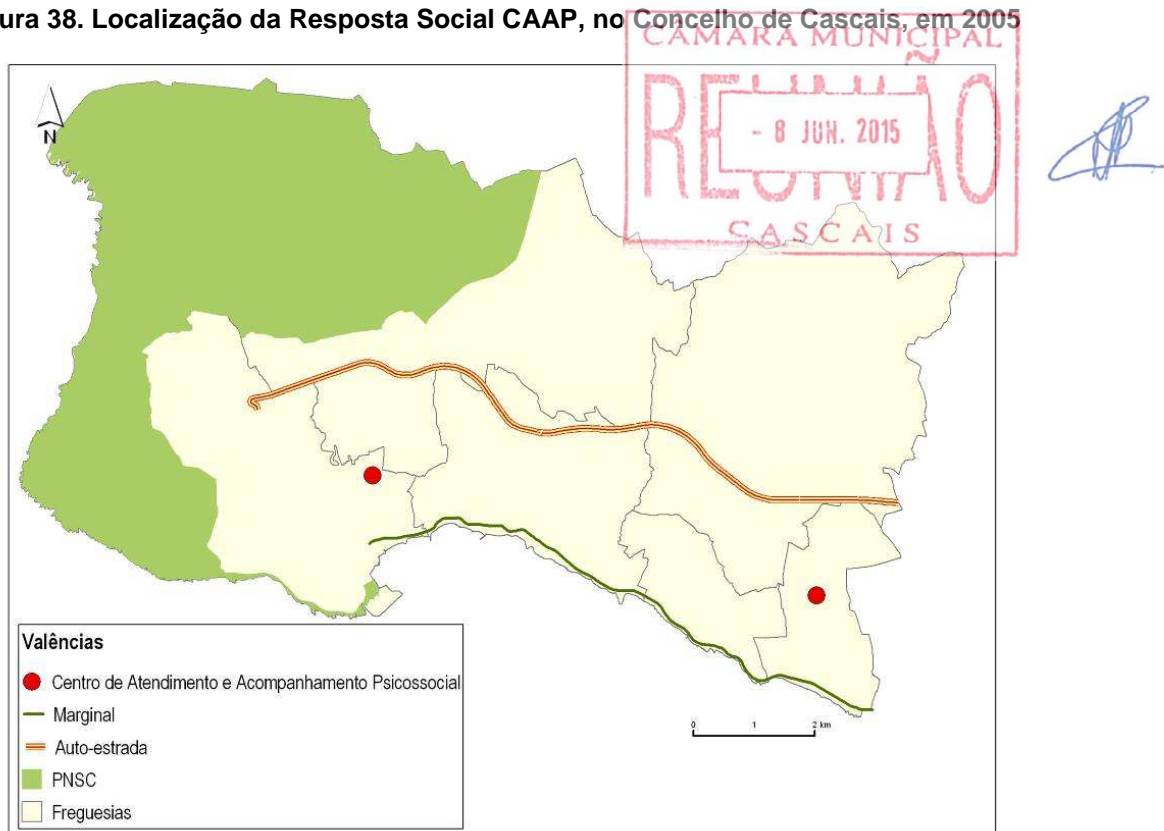
Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

### **Avaliação Locativa**

Atendendo a que a Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial se destina a informar, orientar e apoiar social e psicologicamente indivíduos, uma vez que todo o tratamento médico necessário e as frequentes situações de ruptura social e perdas de suporte de inserção social e familiar subjacentes a esta patologia têm importantes implicações psicológicas nos indivíduos infectados pelo VIH, mas também na família e amigos que acabam por ser afectados psicologicamente por esta situação, é fundamental assegurar que a sua localização à escala concelhia seja central. De facto, a localização central dos equipamentos que asseguram esta Resposta Social facilita a sua efectiva polarização e subsequente minimização dos efeitos negativos que a doença possa gerar no foro psicológico das pessoas infectadas/afectadas pelo VIH/SIDA.

No Concelho de Cascais existem dois equipamentos que asseguram a Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, cuja localização se revela não só central como apresenta uma distribuição espacial de carácter disperso possibilitando uma taxa de cobertura efectiva.

Figura 38. Localização da Resposta Social CAAP, no Concelho de Cascais, em 2005



### Síntese Conclusiva

- A avaliação quantitativa e locativa da Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial indicam sobretudo a necessidade de se conhecer de forma mais profunda as dinâmicas de crescimento deste público-alvo, registadas no decurso dos últimos anos. Com efeito, presentemente mais do que se determinarem as necessidades de investimento na Resposta Social, importa salientar a necessidade de se efectuarem estudos concelhios especificamente norteados para esta população-alvo, acompanhados de uma monitorização de sustentação de qualquer tipo de orientações estratégicas.

### 2.2.8. Pessoas em Situação de Dependência

O Tipo Morfológico Pessoas em Situação de Dependência abrange as Respostas Sociais que, se encontram orientadas para um conjunto de pessoas, tal como o nome indica, em situação de dependência, devendo-se entender *dependência*, tal como esta é definida na Rede Nacional de Cuidados Continuados: “situação em que se encontra a pessoa que, por falta ou perda de autonomia física, psíquica ou intelectual, resultante ou agravada por doença crónica, demência orgânica, sequelas pós-traumáticas, deficiência, doença severa e ou incurável em fase avançada, ausência ou escassez de



apoio familiar ou de outra natureza, não consegue, por si só, realizar as actividades de vida diária” (Decreto-Lei nº 101/2006 de 6 de Junho). Contudo, este é o único Tipo Morfológico da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais de Cascais composto por apenas uma Resposta Social, o Apoio Domiciliário, à qual se afectou um nível concelhio, com localização de proximidade.

### **Avaliação Quantitativa**

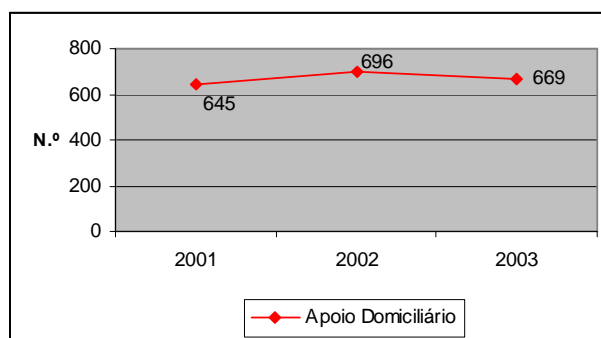
Relativamente à avaliação quantitativa do Apoio Domiciliário, importa analisar a evolução dos seus respectivos quantitativos de utentes, no decurso dos últimos anos, assim como efectuar uma análise da relação entre o número de utentes e a sua respectiva capacidade máxima.

A análise da evolução do número de utentes nesta Resposta Social, entre 2001 e 2003, indica um acréscimo de 3,7% das pessoas atendidas. Todavia, não se tratou de um crescimento contínuo, pois tal como se pode constatar pela figura seguinte, de 2001 para 2002 esta Resposta Social manifestou um aumento do número de utentes (variação positiva de 7,9%), enquanto que entre 2002 e 2003 registou-se uma quebra no número de pessoas atendidas (variação negativa de 3,9%).

Este comportamento evolutivo dos quantitativos de pessoas atendidas marcado por ligeiras variações, ilustra a oscilação que marca a Resposta Social, porque se há um conjunto de situações que exigem Apoio Domiciliário permanente, como sendo as situações de isolamento associadas a doenças crónicas ou degenerativas, há outro tipo de ocorrências que faz com que as populações se encontrem em situação de dependência temporariamente.

Naturalmente, estas oscilações do número de utentes associadas à própria natureza da Resposta Social constituem um factor muito relevante, que embora dificultando a identificação de necessidades de investimento, tem de ser tomado em consideração na Programação de Equipamentos.

**Figura 39. Evolução do N.º de Utentes, entre 2001 e 2003, na Resposta Social Apoio Domiciliário, no Concelho de Cascais (N.º)**

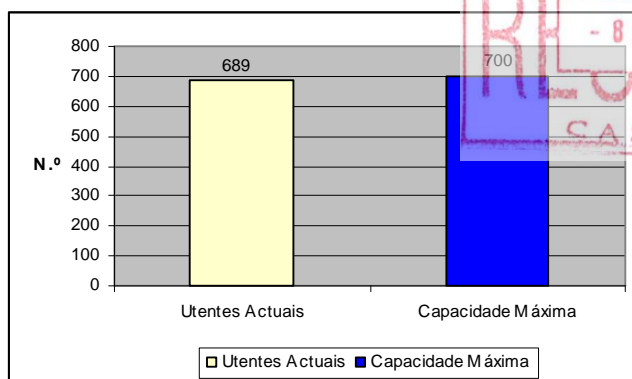


Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005. Informação relativa aos nos 2001, 2002 e 2003.

No que concerne à análise da relação entre a capacidade máxima de resposta alojada no Concelho e o número de utentes em 2005, atendendo a que em quatro dos quinze equipamentos que prestam esta Resposta Social, no processo de recenseamento, foi disponibilizado apenas o número de utentes, não se apresentando o valor das suas respectivas capacidades máximas, de forma a não se minimizar a real taxa de cobertura da Resposta Social, considerou-se, exclusivamente nestas quatro situações, que a capacidade máxima era igual ao número de utentes.

Posto isto, verifica-se que em 2005, a capacidade máxima do Apoio Domiciliário superava ligeiramente o número de pessoas atendidas, uma vez que tinha capacidade para servir 700 utentes e dava resposta a 689 utentes, reflectindo assim uma relação positiva e uma capacidade do aumento do número de pessoas atendidas sem entrar em situação de sobrelotação.

**Figura 40. Relação Capacidade Máxima/Utentes Actuais na Resposta Social Apoio Domiciliário, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º)**



Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

### **Avaliação Locativa**

Considerando que o Apoio Domiciliário tem por finalidade a prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivos diversificados, estes não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou actividades da vida diária, importa que esta Resposta Social tenha uma localização de proximidade, ainda que de nível concelhio.

Assim, a localização da base logística do Apoio Domiciliário não deverá distar mais de 7km a 8km dos domicílios servidos, considerando uma velocidade média urbana de 30km/hora e que os circuitos de apoio demorem mais de 15 minutos entre a base e o domicílio mais distante. Naturalmente que este referencial deve ser ajustado às realidades locais, às facilidades de mobilidade, ao tipo de apoio e à densidade de domicílios apoiados.

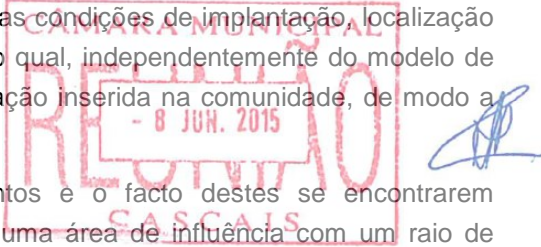
Partindo destes pressupostos de base, a primeira constatação a retirar da análise do padrão locativo do Apoio Domiciliário, consiste na existência de uma ampla rede de equipamentos, especialmente tendo em conta tratar-se de uma Resposta Social de nível concelhio com localização de proximidade. Verifica-se mesmo que entre as Respostas Sociais com este nível territorial existentes no Concelho, o Apoio Domiciliário detém inequivocamente a rede com maior número de equipamentos. Este aspecto reflecte o próprio facto de se tratar de uma Resposta Social com um público-alvo substancialmente amplo (crianças, jovens, adultos, idosos, famílias), o que associado aos modos de vida que caracterizam a sociedade contemporânea e, em particular os contextos urbanos, explica que este tipo de Respostas Sociais assumam um papel cada vez mais preponderante, o que se traduz num aumento da procura. Importa, no entanto, salientar que embora se tratando de uma Resposta Social que responde, em geral, a indivíduos de todas as idades, são as pessoas com idade mais avançada que assumem maior

preponderância entre o público-alvo desta Resposta Social, por exemplo, em 2005, 91% dos seus utentes tinha 60 ou mais anos.

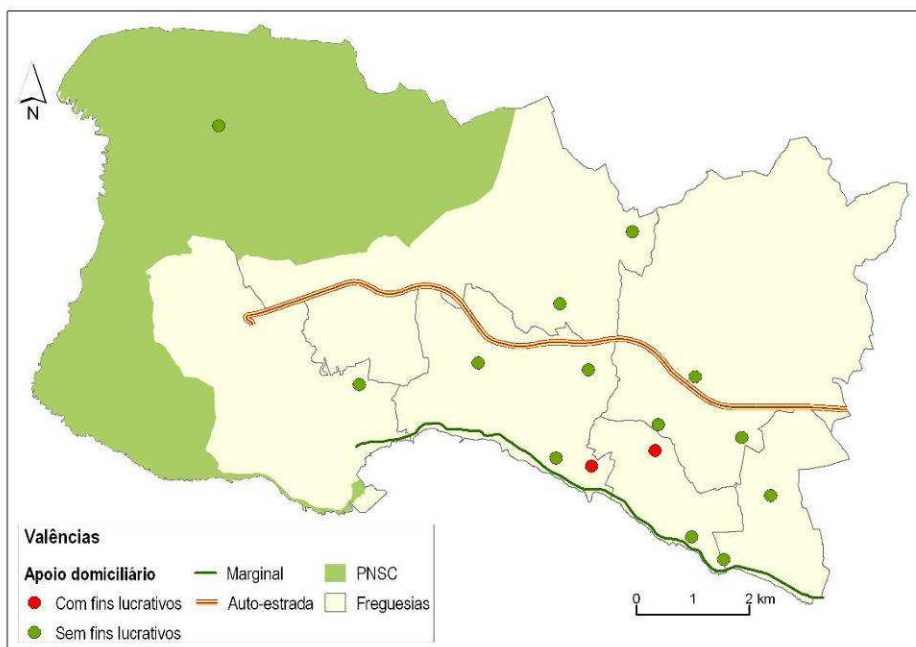
A segunda constatação a extrair da disposição territorial dos equipamentos de Apoio Domiciliário consiste em notar que estes apresentam um padrão locativo disperso, embora tendencialmente concentrado nas áreas urbanas de maior concentração populacional. Como tal, a localização destes equipamentos encontra-se em conformidade com o estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 62/99 de 12 de Novembro de 1999 que aprova as normas que regulam as condições de implantação, localização e funcionamento dos serviços de apoio domiciliário, segundo o qual, independentemente do modelo de instalação (prédio, vivenda, etc...) este deverá ter uma localização inserida na comunidade, de modo a garantir a acessibilidade dos serviços junto da população.

A concertação destes factores (ampla rede de equipamentos e o facto destes se encontrarem espacialmente afastados entre si) com o facto de se aplicar uma área de influência com um raio de 7,5km a cada equipamento, (área de influência considerada óptima para a tipologia de Resposta Social em causa), é conducente a uma total cobertura do Concelho, deste tipo de apoio social. Atendendo às características locativas descritas, considera-se que esta Resposta Social possibilita uma efectiva taxa de cobertura em qualquer parte do Concelho.

Esta Resposta Social é indelevelmente assegurada na sua maioria por entidades sem fins lucrativos, uma vez que dos quinze equipamentos existentes no Concelho, apenas dois são geridos por entidades com fins lucrativos, encontrando-se estes últimos situados nas freguesias do Estoril e da Parede.

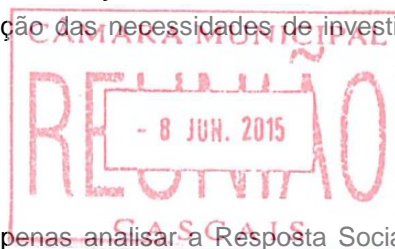


**Figura 41. Localização da Resposta Social Apoio Domiciliário, no Concelho de Cascais, 2005**



**Síntese Conclusiva**

- Atendendo à diminuta superioridade da capacidade máxima de resposta face ao número de utentes actuais, a ampliação da Resposta Social Apoio Domiciliário deverá encontrar-se entre os investimentos a realizar a curto e médio prazo, de forma a não se entrar em situação de sobrelotação.
- Considerando as significativas flutuações do número de utentes que marcam a Resposta Social Apoio Domiciliário, o acompanhamento e monitorização da mesma deverão constituir instrumentos essenciais para a progressiva avaliação das necessidades de investimento a realizar.



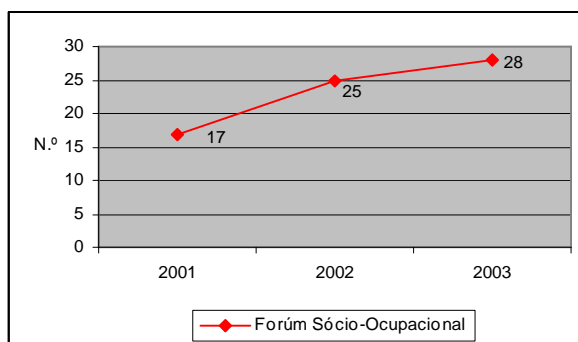
### 2.2.9 Pessoas com Doença Mental

No Tipo Morfológico Pessoas com Doença Mental, importa apenas analisar a Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional, na medida em que lhe foi afecto um nível concelhio, com localização central. A Resposta Social Centro Residencial, por registar um nível supra-concelhio nacional, de acordo com os parâmetros inicialmente estabelecidos, não será alvo de avaliação quantitativa e locativa.

#### **Avaliação Quantitativa**

No âmbito da avaliação quantitativa da Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional, a análise da evolução do número de pessoas atendidas entre 2001 e 2003, revela que a Resposta Social registou um aumento contínuo e paulatino, pois teve um acréscimo de 11 utentes, tendo passado de 17 utentes em 2001, para 25 em 2002 e para 28 em 2003. Contudo, este aumento encontra-se associado ao facto da Resposta Social ser no Concelho relativamente recente, uma vez que entrou em funcionamento em 2000, e portanto, ainda não tem o número dos seus utentes estabilizado, mas deve-se, sobretudo, à sua própria natureza.

**Figura 42. Evolução do N.º de Utentes, entre 2001 e 2003, na Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional, no Concelho de Cascais (N.º)**

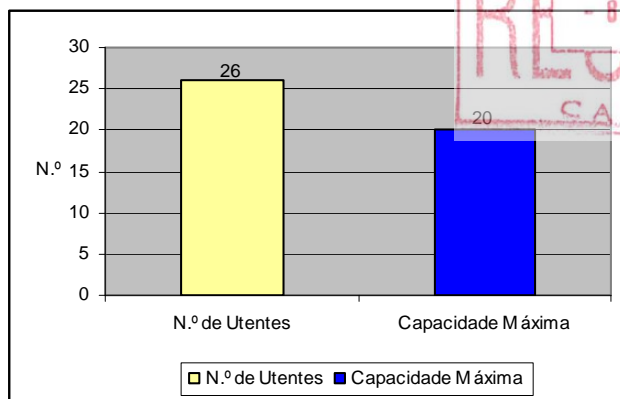


Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005. Informação relativa aos anos 2001, 2002 e 2003.

Quanto à análise comparativa da capacidade máxima instalada no Concelho e do número de utentes da Resposta Social, identifica-se uma situação de sobrelotação, uma vez que o número de pessoas atendidas (26 utentes) é superior à capacidade máxima de resposta da Resposta Social (20 utentes). De notar que, tendo em conta os quantitativos de utentes apresentados para os anos 2002 e 2003, a

manter-se estável a capacidade máxima da Resposta Social nesses anos, conclui-se que, desde 2002, que a Resposta Social se encontra numa situação de sobrelotação. Como tal, trata-se de uma Resposta Social onde importa intervir, de forma a elevar a taxa de cobertura, como forma de a ajustar às necessidades sentidas.

**Figura 43. Relação Capacidade Máxima/Utentes Actuais na Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional, no Concelho de Cascais, 2005 (N.º)**

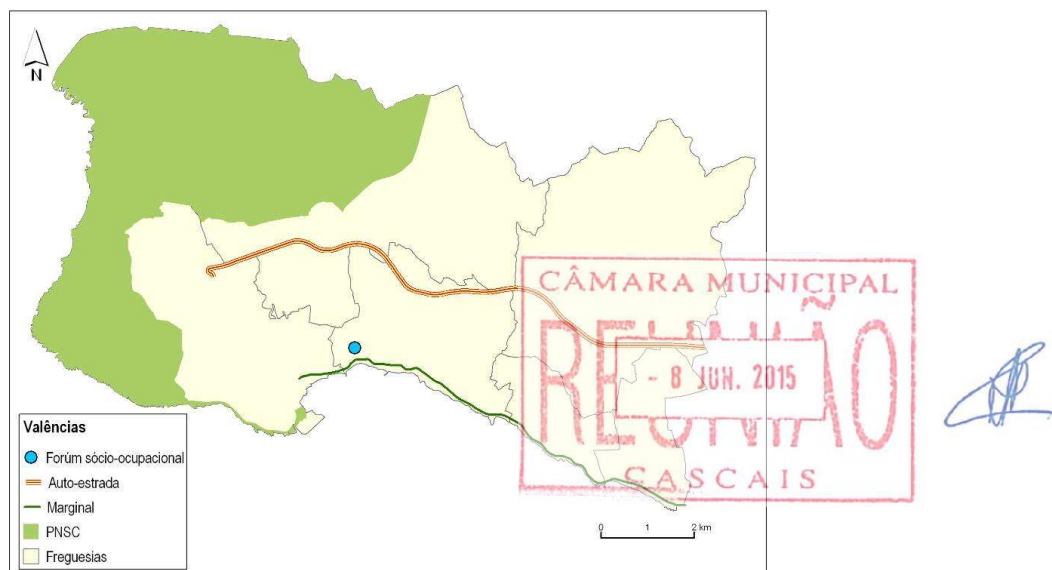


Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

### **Avaliação Locativa**

No que respeita à avaliação locativa desta Resposta Social, considera-se que a localização do equipamento existente se encontra em consonância com os requisitos estabelecidos para as Respostas Sociais com um nível concelhio de localização central. O equipamento que oferece este tipo de apoio social situa-se na freguesia do Estoril, portanto, na área urbana de maior densidade populacional do concelho, dotada de boas acessibilidades, o que lhe confere a centralidade desejável e necessária.

**Figura 44. Localização da Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional, no Concelho de Cascais, 2005**



De notar, a existência de apenas um equipamento no concelho, o que articulado com a relação negativa capacidade máxima/número de pessoas atendidas no decurso dos últimos anos, é indicativo de necessidades de investimento, com vista à ampliação da taxa de cobertura desta Resposta Social.

### **Síntese Conclusiva**

- Face ao aumento paulatino do número de utentes e à existência de uma situação de sobrelotação na actualidade, considera-se que a Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional deverá ser alvo de investimentos a curto prazo, com o objectivo de ampliação da sua respectiva taxa de cobertura.
- Não obstante a indicação anterior, importa frisar a necessidade de se realizarem estudos de diagnóstico específicos, norteados para a Resposta Social, que permitam um conhecimento mais profundo das dinâmicas inerentes a este público-alvo assim como da própria Resposta Social, a montante da adopção de qualquer opção estratégica.

## 2.3 Análise qualitativa da oferta

### 2.3.1. Avaliação global

A avaliação das funcionalidades e dos recursos humanos afectos aos Equipamentos e Serviços Sociais localizados no concelho de Cascais tem como objectivo analisar as condições de operacionalidade dos mesmos, identificando e sistematizando as fragilidades que deverão ser mitigadas da modo a qualificar o serviço prestado. A identificação e valoração das carências existentes é um exercício fundamental para a formulação um programa de intervenção que contemple as adequadas medidas e acções que corrijam as deficiências existentes.

Os problemas de natureza qualitativa apresentados pelos Equipamentos Sociais estão directamente relacionados com as suas condições físicas e estruturais que, na maioria das vezes, resultam da sua tipologia, da idade das instalações e da sua desadequação às funções que actualmente desempenham, tanto mais evidentes quanto muitos dos equipamentos funcionam em espaços adaptados que foram criados para outros fins. Consequentemente, estas problemáticas e desajustes entravam a funcionalidade pretendida e interferem na qualidade do serviço prestado.

Noutro plano, o grau de qualificação e a adequada disponibilidade/quantidade dos recursos humanos afectos aos Equipamentos Sociais interfere na qualidade dos serviços prestados. Importa relevar que relativamente à questão das competências, o processo de recenseamento revelou um paradoxo. Por um lado, as entidades inquiridas não identificaram qualquer deficiência e, por outro, manifestaram evidentes dificuldades em responder ao inquérito, o que revela défices evidentes de competências e de conhecimentos.

Em termos de operacionalidade, das cerca de três centenas de equipamentos que constituem a rede de Equipamentos Sociais do concelho de Cascais, sete dezenas revelaram problemas, identificados pelas entidades gestoras. Registe-se que a triagem dos equipamentos com problemas foi realizada com base na informação obtida no recenseamento e para o qual foram utilizados os seguintes critérios:

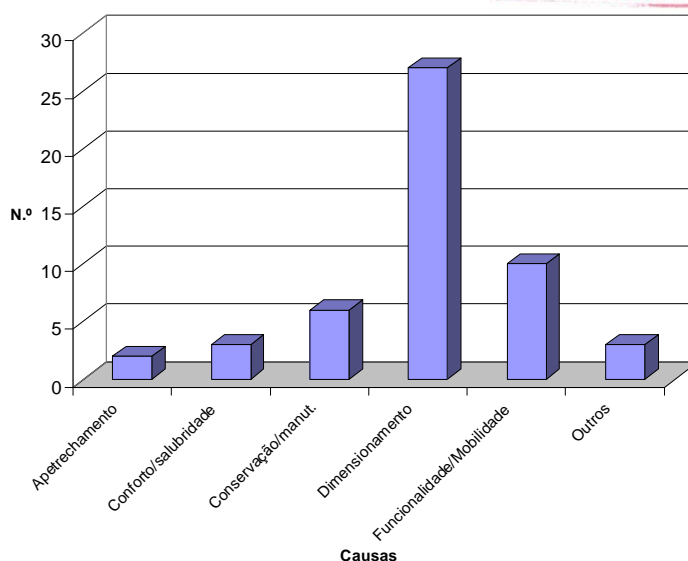
- Foi considerada a necessidade de realizar obras de conservação, segundo a premência das mesmas;
- A tipologia das instalações influencia a necessidade de requalificação dos equipamentos (pré-fabricados, caves, salas exíguas);
- Foi dada particular atenção aos equipamentos que afirmaram não reunir condições operacionais para os serviços prestados.

## 2.3.2 Avaliação global da funcionalidade

### 2.3.2.1. Problemas operacionais

Entre as sete dezenas de Equipamentos Sociais em que foram identificados algum tipo de problemas de operacionalidade, destacam-se aqueles que possuem fortes limitações de funcionamento devido às instalações precárias onde funcionam. Nesta situação, relevam-se os que funcionam em instalações pré-fabricadas, ou que dispõe de espaços exíguos e inúmeras vezes com escassas ou inexistentes condições de climatização e conforto.

Figura 45. Equipamentos com Problemas Operacionais, segundo a Causa (n.º)

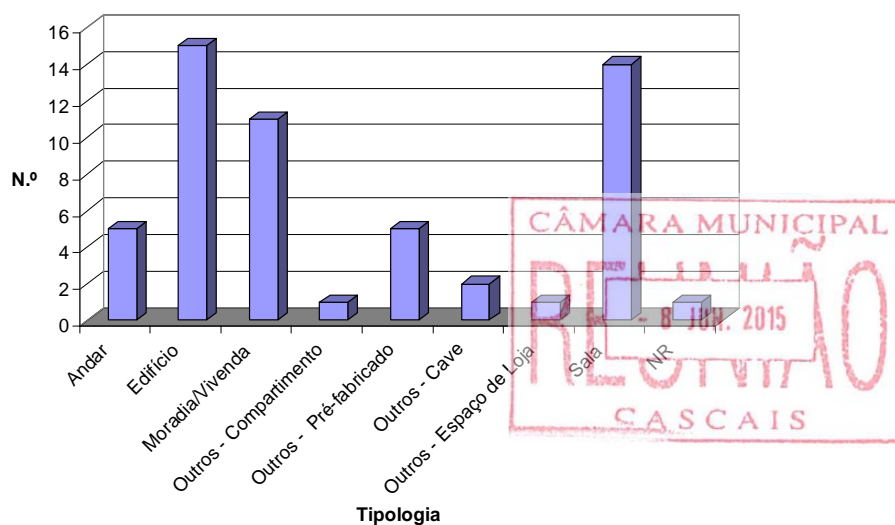


Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

Observando as diferentes tipologias de Equipamentos existentes, afigura-se prioritário a realização de obras de reabilitação nos equipamentos que funcionam em pré-fabricados, tanto mais quanto as instalações em causa servem de base à prestação de serviços dirigidos maioritariamente a crianças e jovens, em que as instalações à partida não apresentam as melhores condições de conforto (Espaço C, ATL da Torre, Jardim de Infância de Alcabideche, Ludoteca do Monte; ATL Monte do Estoril). Paralelamente, foi identificado um outro conjunto de situações, que justificam intervenções prioritárias, designadamente em que a tipologia do espaço não é adequada às funções existentes:

- Equipamentos que funcionam em caves, (Associação Juvenil Gaivotas da Torre e o ATL da Abóboda);
- Equipamentos que funcionam num só compartimento, (Centro de Convívio do Clube Desportivo do Arneiro);
- Equipamentos que funcionam no espaço concebido como uma loja (Espaço Lúdico de Cabeço de Mouro).



**Figura 46. Equipamentos com Problemas Operacionais, segundo a Tipologia de Edifício (n.º)**

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

Por outro lado, verificaram-se existir Equipamentos Sociais a funcionar em instalações precárias e que por esse facto necessitam de ver resolvido esse défice, pese embora as entidades proprietárias afirmem reunir condições operacionais para a prestação de serviços, designadamente:

- O Centro Social Nossa Senhora de Fátima que possui como complemento ao edifício um pré-fabricado;
- O ATL - O Nosso Sonho que funciona num pré-fabricado;
- O Espaço Lúdico do Murtal que funciona numa casa de madeira, que se encontra num estado de conservação deficiente;
- O Centro de Dia de Cascais que funciona num anexo;
- O Jardim-de-infância da Malveira da Serra que funciona num antigo refeitório/cozinha da EB1.

### 2.3.2.2 Necessidade de obras de conservação

- A avaliação do estado de conservação dos Equipamentos Sociais localizados no Concelho de Cascais permitiu concluir que cerca de 7% destes necessitam de obras de reparação urgente. De facto, no entender das entidades responsáveis, existem 20 Equipamentos Sociais com instalações em mau estado de conservação. Em termos territoriais estes maioritariamente nas freguesias de Alcabideche, Cascais e Estoril (cinco em cada uma), seguindo-se São Domingos de Rana com 3 e Carcavelos e a Parede com apenas 1 Equipamento Social nestas condições.

**Quadro 5. Grau de Urgência das Obras de Conservação (%)**

	Grau	%
Mais urgente	1	7
↓	2	27
Menos urgente	3	63
	Desconhecido	3
	Total Geral	100

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.



**Quadro 6. Equipamentos Sociais no Concelho de Cascais com Grau de Urgência de Obras de Conservação**

Localização	Designação do Equipamento
Alcabideche	Centro de Apoio Social do Pisão
	Espaço C
	Espaço Lúdico Pica-Pau
	Jardim-de-infância de Alcabideche
	Jardim-de-infância Malveira da Serra
Carcavelos	Lar da Boa Vontade – Lares <i>Chesire</i> em Portugal
Cascais	Associação de Surdos da Linha de Cascais
	Associação Juvenil Clube das Gaivotas da Torre
	ATL Torre
	Casa da Criança do Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais
Estoril	Grupo de Apoio e Desafio à SIDA (GADS)
	ATL da Galiza
	ATL da Galiza 2
	CERCICA - Apoio Domiciliário
	Espaço Jovem da Galiza
Parede	Ludoteca do Monte
	Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo da Costa do Estoril
S. Domingos de Rana	ATL da Abóboda
	Estabelecimento Infantil da Abóboda
	Jardim-de-infância n.º 1 de Tires – Sala A

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

### 2.3.2.3 Investimentos programados

O recenseamento realizado permitiu verificar que inúmeras entidades gestoras têm prevista a realização de investimentos nas suas instalações no curto-prazo Estes destinam-se a ampliar os espaços existentes ou a renovar e remodelar as instalações. Em algumas situações foi também referido o objectivo de proceder à construção de raiz de novas instalações. Os processos de renovação e remodelação incluem igualmente melhorias nas condições de iluminação, ventilação, climatização, electrificação, etc.

**Quadro 7. Investimentos Programados a Curto Prazo**

	N.º	%
<b>Ampliação de instalações</b>	<b>49</b>	<b>20</b>
<b>Aquisição de equipamento</b>	<b>81</b>	<b>33</b>
<b>Renovação e remodelação</b>	<b>97</b>	<b>40</b>
<b>Construção de novas instalações/aquisição de novos espaços</b>	<b>15</b>	<b>6</b>

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.



A construção de raiz de novas instalações foi referida por 12 entidades gestoras, designadamente:

- O Centro de Repouso das Avencas;
- A Associação de Emigrantes do Tame;
- A Associação Jerónimo Usera;
- A Associação Nacional de Espondilite Anquilosante (ANEA);
- O ATL Animação de Rua;
- O Centro de Convívio "Os Vinhais";
- A CERCICA, com três equipamentos (Educação Especial, a Residência 1 e a Residência 3);
- O Espaço C;
- O Espaço Lúdico Pica-Pau;
- O Jardim-de-infância "O Cavalinho Pimpão";
- The International Preparatory School – IPS;
- O Amigos – Jardim Infantil, Lda.

#### 2.3.2.4 Condições de conforto e funcionalidade

Os requisitos de conforto e funcionalidade de cada Equipamento Social variam consoante as Respostas Sociais que funcionam em cada caso. Consequentemente, observando as diversas Respostas Sociais existentes e as várias funcionalidades e condições de conforto oferecidas pelos Equipamentos conclui-se que estas podem ser divididas estes em três grupos distintos, designadamente:

- As importantes, sem as quais as Respostas Sociais não podem funcionar de forma adequada;
- As pouco importantes, que têm relevância mas não interferem significativamente no regular funcionamento da Resposta Social;
- As indiferentes, que são acessórias ao funcionamento normal da Resposta Social.

Considerando esta metodologia e a partir das respostas obtidas no decurso do processo de recenseamento, junto das próprias entidades, foi valorado, para cada uma Respostas Sociais existentes

no Concelho de Cascais, o grau de importância das condições de conforto e funcionalidade existentes em cada uma das Respostas Sociais, atendendo aos seus objectivos, às características do público-alvo, etc.

**Quadro 8. Avaliação da Importância das Condições de Conforto e Funcionalidade, segundo a Resposta Social**

		Condições de conforto					Funcionalidades									
		Iluminação natural	Ventilação natural	Climatização artificial	Águas quentes	Gás de rede	Telefone	Acesso a internet	Cozinha	Lavandaria	Biblioteca	Bar	Salaio polivalente	Parque infantil	Sala de computadores	Logradouro/Jardim
Acolhimento Familiar	I.1															
Ama	I.2															
Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas	I.3															
Centro de Acolhimento Temporário	I.4															
Centro de Férias	I.5															
Clube de Jovens	I.6															
Creche	I.7															
Creche Familiar	I.8															
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	I.9															
Lar de Crianças e Jovens	I.10															
Acessibilidades ao banho de mar	II.1															
Atendimento/acompanhamento e actividades sócio-culturais	II.2															
Centro de Actividades Ocupacionais	II.3															
Centro de Apoio Sócio-educativo/ educação especial crianças e jovens	II.4															
Centro de férias	II.5															
Lar de apoio /Lar residencial	II.6															
Transporte de pessoas com deficiência	II.7															
Centro de Convívio/academia	III.1															
Centro de dia	III.2															
Lar	III.3															
Residência	III.4															
Apoio Alimentar	IV.1															
Atendimento a população imigrante	IV.2															
Atendimento a vítimas de violência	IV.3															
Bolsas alimentares	IV.4															
Centro Comunitário/Centro de recursos	IV.5															
Refeitório/Cantina Social	IV.6															
Apoio Social Genérico	IV.7															
Apartamento de Reinserção Social	V.1															
Centro de atendimento e acompanhamento psicossocial	V.2															
Comunidade terapêutica	V.3															
Equipa de apoio social directo	V.4															
Grupo de auto-ajuda	V.5															
Unidade de dia	V.6															
Centro de atendimento e acompanhamento psicossocial	VI.1															
Residência	VI.2															
Apoio Domiciliário	VII															
Centro Residencial	VIII.1															
Fórum Sócio-ocupacional	VIII.2															
Outros	IX															

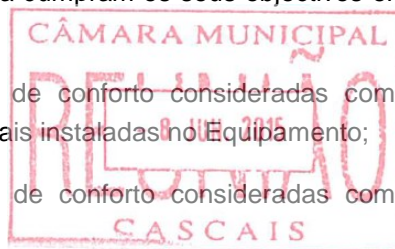
**Legenda:**

Muito importante	■
Pouco importante	■
Indiferente	■
Não se justifica	■

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

Tendo como referencial o grau de importância atribuído a cada uma das condições de conforto e funcionalidade consoante a Resposta Social, procedeu-se à avaliação sistemática de todos os Equipamentos Sociais localizados no concelho de Cascais. O Quadro seguinte sintetiza essa informação apresentando para cada Equipamento:

- Com cor vermelha, as funcionalidades/condições de conforto essenciais para o que o Equipamento e as Respostas Sociais nele instalada cumpram os seus objectivos em termos de prestação de serviço;
- Com cor amarela, as funcionalidades/condições de conforto consideradas como pouco importantes para os objectivos das Respostas Sociais instaladas no Equipamento;
- Com cor cinzenta, as funcionalidades/condições de conforto consideradas como pouco relevantes.



Posteriormente, com recurso à informação obtida no recenseamento foi verificado se cada um dos Equipamentos possuía as condições de conforto e funcionalidade entendidas como exigíveis, assinalando-se com “Não” todas as deficiências verificadas.

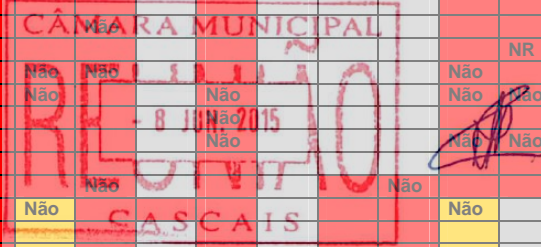
**Quadro 9. Condições de Conforto e Funcionalidades dos Equipamentos**

Equipamento	Conforto						Funcionalidades								
	Illuminação Natural	Ventilação Natural	Climatização Artificial	Águas Quentes	Gás de Rede	Telefone	Internet	Cozinha	Lavandaria	Biblioteca	Bar	Sala Polivalente	Parque Infantil	Sala Computadores	Logradouro/Jardim
"A Cegonha" - Infantário da Parede			Não		Não				Não	Não				Não	
"O Bicharoco" (Lydia & Lydia, Lda)				Não	Não										
A Escolinha			NR		NR				NR	NR				NR	
A Escolinha da Aldeia – Creche e Jardim de Infância Lda.									Não						
A Escolinha Mágica					Não		Não		Não			Não	Não	Não	
A Torre Guia – Cooperativa de Solidariedade Social (Creche)							Não			Não		Não	Não	Não	
A Torre Guia – Cooperativa de Solidariedade Social (ATL)							Não			Não				Não	Não
Aldeia de Crianças SOS de Bicesse															
AMERA - Residência Assistida para Seniores								Não	Não						Não
Amigos-Jardim Infantil, Lda.															Não
Amor de Santo António - Residencial para Idosos, Lda.															Não
APPDA - Unidade Residencial do Zambujal															
Associação Cristã da Mocidade – Centro Psicopedagógico															
Associação Cristã da Reinserção e Apoio Social - ACRAS			Não		Não		Não								Não
Associação da Escola 31 de Janeiro															
Associação de Apoio Social "Os Amigos da Paz"									Não						
Associação de Apoio Social Nossa Senhora da Assunção da Malveira da Serra (AISA) - Centro Dia			Não		Não					Não					Não
Associação de Apoio Social Nossa Senhora das Neves de Manique de Baixo															
Associação de Beneficência Luso-Alemã (ABLA)										Não		Não			
Associação de Educação Popular do Zambujal			Não				Não		Não	Não			Não	Não	
Associação de Emigrantes do Tame						Não	Não								Não
Associação de Idosos de Santa Iria - AISI			Não				Não				Não				Não
Associação de Idosos e Deficientes do Penedo			Não		Não										Não
Associação de Reformados e Idosos do Murtal (ARIM)							Não								
Associação de Surdos da Linha de Cascais			Não							Não					Não
Associação dos Idosos da Amoreira			Não								Não				Não
Associação Jerónimo Usera			Não									NR			NR
Associação Juvenil Clube das Gaivotas da Torre															
Associação Nacional de Espondilite Anquilosante (ANEA)			Não												Não
Associação para a Reabilitação e Integração AJUDA/Fórum Sócio-Ocupacional de Cascais (ARIA)			Não							Não	Não				Não
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima															Não
Associação Portuguesa de Deficientes - Delegação de Cascais		Não	Não												NR
Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger								Não		Não					Não
Associação REMAR									Não						
ATL Animação de Rua			Não	Não	Não		Não	Não	Não						Não
ATL Chesol					Não			Não							
ATL da Abóboda	Não	Não	Não				Não			Não					Não

Equipamento	Conforto							Funcionalidades							
	Iluminação Natural	Ventilação Natural	Climatização Artificial	Águas Quentes	Gás de Rede	Telefone	Internet	Cozinha	Lavandaria	Biblioteca	Bar	Sala Polivalente	Parque Infantil	Sala Computadores	Logradouro/Jardim
ATL da Amoreira			Não				Não								
ATL da Galiza			Não			Não	Não				Não			Não	Não
ATL da Galiza 2			Não	Não			Não							Não	
ATL da Galiza 3			Não	Não										Não	
ATL das Fontainhas			Não	Não	Não				Não		Não				Não
ATL de Carcavelos														NR	NR
ATL de Trajouce			Não												
ATL dos Lombos			Não	Não										Não	Não
ATL Monte do Estoril			Não	Não			Não	Não						Não	
ATL São João do Estoril			Não	Não			Não							Não	
ATL São Pedro do Estoril			Não	Não			Não							Não	
ATL Sassoeiros Nº 1							Não							Não	
ATL Sassoeiros Nº 2			Não	Não			Não	Não		Não				Não	
ATL Tires 3			Não			Não	Não								Não
ATL Torre			Não				Não								Não
Berçário e Creche "A Chupeta"			Não		Não									Não	
Boa Ventura Montessori Nursery School			Não					Não				Não		Não	
Cantinho do Amor - Casa de Repouso			Não		Não									Não	
Cantinho dos Avós Felizes - Lar de Terceira Idade, Lda.							Não					Não			Não
Casa d' Egas Moniz - Centro Geriátrico de Repouso e Reabilitação, Lda.							Não							NR	
Casa da Criança de Tires							Não			Não		Não			
Casa da Criança do Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais		Não	Não	Não			Não	Não		Não				Não	
Casa de Repouso Alapraia			Não				Não							Não	
Casa de Repouso Britânica														Não	
Casa de Repouso de Alcabideche					Não		Não							Não	
Casa de Repouso de Birre			Não				NR							Não	
Casa de Repouso de Cascais			Não				Não							Não	
Casa de Repouso do Carmo, Unipessoal, Lda.					Não		Não							Não	
Casa de Repouso e Centro Dia - O Refúgio das Avózinhas							NR							Não	
Casa de Repouso Geriátrica Quinta da Alagoa			Não		Não		Não							Não	
Casa de Repouso Janelas Douradas	Não	Não	Não				Não				Não			Não	
Casa de Repouso Mirante de Cascais, Lda.			Não		Não		Não	Não						Não	
Casa de Repouso Nossa Senhora das Neves			Não		Não					NR				Não	
Casa de Repouso Novas Amizades			Não		Não		Não							Não	
Casa de Repouso Rosa Branca			Não		Não		Não							Não	
Casa de Repouso Santo António			Não				Não							Não	
Casa de Repouso São Ciro			Não		Não		Não							Não	
Casa de Repouso São José de Cascais							Não							Não	
Casa de Repouso São Tomé - Carinho dos Avós					Não		Não							Não	
Casa de Repouso Terceira Idade			Não											Não	
Casa do Estoril - Associação Novo Futuro			Não												Não
Casa do Penedo	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR					NR	NR
Casa do Sagrado Coração de Jesus			Não				Não								
Casa dos Nossos Pais - Lar de Idosos Unipessoal, Lda.					Não									Não	
Casa Grande da Galiza			Não												
Casal do Pinheiro, Casa de Repouso, Lda.			Não		Não		Não							Não	
Cascais Jardim - Casa de Repouso					Não				Não					Não	
Centro Alfredo Pinheiro			Não								Não				
Centro Comunitário da Parede														Não	
Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos - Sede			NR							Não					
Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos - Unidade Integrada de Carcavelos - Casa Jubileu 2000			Não				Não			NR					
Centro Comunitário de Tires - Sede			Não		NR									Não	
Centro Cultural Moldavo - Antiga Escola Primária						Não	Não							Não	
Centro de Acolhimento Casa da Encosta											Não	Não		Não	
Centro de Actividades Educativas da Areia/Centro de Convívio da Areia					Não			Não	Não					Não	
Centro de Actividades Lúdicas e Extra Escolares, Lda. - Brinca XXI			Não						Não						
Centro de Apoio ao Deficiente				Não	Não				Não						
Centro de Apoio Social do Pisão		NR	NR							Não				Não	
Centro de Bem-Estar Social Juventude e Terceira Idade de Alcabideche			Não				Não				Não			Não	
Centro de Convívio "Crescer e Viver" - Sociedade Recreativa Outeirense			Não											Não	
Centro de Convívio "Natael Rianço"			Não				Não				Não			Não	
Centro de Convívio "Os Vinhais"			Não			Não	Não				Não	Não		Não	
Centro de Convívio da Associação de Beneficência de Socorros - "Amadeu Duarte"			Não				Não				Não			Não	
Centro de Convívio da Galiza - Associação Desportiva Costa do Sol			NR											Não	
Centro de Convívio de Alcoitão	NR	NR	NR			NR	NR				NR	NR		NR	
Centro de Convívio de Alvide	NR	NR	NR			NR	NR				NR	NR		NR	
Centro de Convívio de Mato-Cheirinhos						Não	Não				Não			Não	

Equipamento	Conforto							Funcionalidades							
	Iluminação Natural	Ventilação Natural	Climatização Artificial	Águas Quentes	Gás de Rede	Telefone	Internet	Cozinha	Lavandaria	Biblioteca	Bar	Sala Polivalente	Parque Infantil	Sala Computadores	Logradouro/Jardim
Centro de Convívio do Bairro do Rosário											NR	NR			
Centro de Convívio do Clube Desportivo do Arneiro			Não											Não	
Centro de Convívio do Poço Novo			Não								Não	Não			
Centro de Cooperação Familiar "O Botãozinho"			Não												
Centro de Dia da Torre							Não							Não	
Centro de Dia de Cascais			Não		Não		Não							Não	
Centro de Dia de São Miguel (ou de Alvide)					Não		Não							Não	
Centro de Educação Especial "Flauta Mágica"															
Centro de Educação Infantil da Parede			Não				Não							Não	
Centro de Repouso das Avencas														Não	
Centro Engenheiro Álvaro de Sousa			Não		Não		Não							Não	
Centro Infantil das Físgas			Não		Não		Não					Não	Não	Não	
Centro Paroquial do Estoril			Não												
Centro Porta Amiga de Cascais (AMI)			Não		Não		Não								
Centro Psico geriátrico Nossa Senhora de Fátima															
Centro Social Arco Iris (Creche)					Não										Não
Centro Social Arco Iris (Lar)															Não
Centro Social de São José de Caparide			Não		Não	Não	Não		NR	NR				NR	NR
Centro Social Dom Bosco - Associação dos Antigos Alunos Salesianos do Estoril		Não	Não		Não										
Centro Social Nossa Senhora de Fátima			Não												
Centro Social Paroquial de São Pedro e São João do Estoril															
CERCICA – Apoio Domiciliário			Não		Não		Não	Não			Não				
CERCICA – Centro de Recursos									Não						
CERCICA – Educação Especial					Não				Não						
CERCICA – Residência			Não				Não				Não				Não
CERCICA – Residência 2			Não		Não		Não				Não	Não			
CERCICA – Residência 3															
Challert dos Avós/ASMS Lar de 3ª Idade, Lda.			Não				Não	NR	NR		NR	NR		NR	NR
Clube de Jovens					Não				Não				Não		
Colégio "O Mundo do Era Uma Vez"			Não		Não				Não						
Colégio Académico de Cascais			Não												
Colégio Amor de Deus - Congregação das Religiosas do Amor de Deus															Não
Colégio Cachabiú, Lda.					Não				Não						
Colégio de Bafureira												Não			
Colégio do Rosário, Lda.															
Colégio Dona Luísa Sigea															
Colégio Marista de Carcavelos			Não							Não					Não
Colégio Portugal												Não			
Colégio Quinta do Lago			Não		Não										
Colónia Infantil de Educação Popular "A Poça"			Não				Não			Não					
Complexo Social da Pampilheira											Não				
Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes - Delegação da Linha do Estoril							Não	Não		Não					Não
Creche do Arneiro					Não		Não							NR	NR
Creche e Jardim-de-infância "Chinelinho"					Não				Não						
Creche e Jardim-de-infância de Bicesse					Não		Não								Não
Creche Familiar (Tíres)			Não					Não							
Creche Familiar 2 (Matoscheirinhos)			Não				Não	Não							Não
Creche Familiar 3 (Mata da Torre)			Não				Não								Não
Creche José Luís					Não		Não					Não	Não	Não	
Creche Marcelina Teodoro dos Santos					Não		Não						Não	Não	
Creche O Pinhal			Não												
Creche Pipoca Azul, Lda.			Não		Não		Não		Não	Não					Não
Creche Tutu Tata									NR						
CRESTE - Creche e Jardim de Infância de Lisboa e Estoril					Não								NR		
CRETA - Comunidade Terapêutica da Parede					Não										
Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo da Costa do Estoril					Não										
CSP S. Vicente de Alcabideche - Ext. Alvide			Não		Não		Não			NR					NR
CSP S. Vicente de Alcabideche - Ext. Bairro da Cruz Vermelha			Não		Não		Não			NR					NR
CSP S. Vicente de Alcabideche - Sede			Não		Não		Não								Não
CSP São Domingos de Rana - Casa Madorna			Não		Não			Não	Não						Não
CSP São Domingos de Rana - Casa Talaíde			Não		Não				Não						
CSP São Domingos de Rana - Casa Trajouce			NR		NR			Não	Não				Não		
CSP São Domingos de Rana - Casa Zambujal			Não						Não						Não
CSP São Domingos de Rana - Sede					NR										Não
Departamento de 3ª Idade					Não										
Edifício - IDEIA - Instituto para o Desenvolvimento Integrado na Acção											Não				
Éramos um - Cooperativa de Ensino			Não												
Escola Nova Apostólica										Não					
Escola Técnica Liceal Salesiana de Santo António			NR												
Escolinha da Ana - Creche e infantário			Não				Não		Não						Não

Equipamento	Conforto							Funcionalidades							
	Iluminação Natural	Ventilação Natural	Climatização Artificial	Águas Quentes	Gás de Rede	Telefone	Internet	Cozinha	Lavandaria	Biblioteca	Bar	Sala Polivalente	Parque Infantil	Sala Computadores	Logradouro/Jardim
Escolinha do Largo, Lda.									Não						
Escolinha dos Anjos									Não						
Escolinha Tia Ló															
Espaço C				Não					Não					Não	
Espaço Jovem da Galiza		Não	Não			Não	Não		Não				Não	Não	
Espaço Lúdico de Bicesse			Não												
Espaço Lúdico de Cabeço de Mouro			Não	Não											
Espaço Lúdico de Carcavelos															
Espaço Lúdico de Manique			Não	Não											
Espaço Lúdico de Outeiro de Polima			Não												
Espaço Lúdico do Murtal			Não	Não											
Espaço Lúdico do Pai do Vento			Não												
Espaço Lúdico do Pai do Vento II															
Espaço Lúdico Pica-Pau			Não	Não											
Estabelecimento Infantil da Abóboda					Não		Não								
Externato "A nova toca"			Não												
Externato "O Cantinho"															
Externato "O Nicho"			Não												
Externato "O Papião"										NR		NR			
Externato Eduarda Maia - Atividades Escolares, Lda.									Não						
Externato Europa															
Externato Florinda Leal												NR			
Externato Jardim dos Lombos					Não								NR	NR	
Externato Miguel Ângelo					Não										
Externato Nossa Senhora da Assunção - Semi-Internato N. Sra. Assunção			Não												Não
Externato Nossa Senhora do Rosário			NR												
Externato Olias/Estabelecimento de Ensino Olias, Lda.			Não					Não				Não		Não	
Externato Príncipes de Aviz			Não					Não							
Externato Senhora do Monte									NR					NR	
Famílias Anónimas - Grupo da Parede							NR								
Famílias Anónimas - Grupo de Carcavelos							NR								
Famílias Anónimas - Grupo de Cascais/Alvide							NR								
Formiga - Creche e Infantilário, Lda			Não						NR			NR			
FPEPTT - Apartamento de Reinserção do Murtal			Não						Não						
FPEPTT - Centro de Atendimento			Não							Não					
FPEPTT - Comunidade Terapêutica da Casa da Barragem			Não		Não										
Fundação "O Século"															
Grupo de Apoio e Desafio à SIDA (GADS)					Não							Não			
Grupo de Solidariedade, Justiça e Paz												Não			
Home Instead - CasCare, Lda.				Não	Não			NR							
Horizonte Cooperativa de Solidariedade Social e de Ensino, C.R.L.			Não									Não			
Horizonte Cooperativa de Solidariedade Social e de Ensino, C.R.L. - ATL do Murtal				Não				Não							
Infantário - "A Estrelinha Bibi"			Não		Não				Não				Não		
Infantário "Bébé Sol"			Não				Não					Não		Não	
Infantário "Cor dos Sonhos"					Não				Não	Não					
Infantário "O Berço"			Não		Não			Não		Não		Não		Não	
Infantário "O Tigrinho"			Não		Não			Não		Não				Não	
Infantário da CP					Não										
Infantário de Alcoitão			Não		Não			Não		Não				Não	
Infantário e Creche "As abobrinhas"			Não		Não				Não	Não				Não	
Instituto da Sagrada Família/Centro de Acolhimento Francisca Lindoso					Não										
Instituto Geriático de Cascais, Sanusger - Geriatria e Saúde, Lda.					Não				Não						
International Christian School of Cascais			Não									Não			
Isabel Bandeira Pereira			Não				Não							Não	
Jardim-de-infância da Areia		Não	Não				Não	Não		Não		Não		Não	
Jardim-de-infância "O Cavalinho Pimpão"					Não				Não						
Jardim-de-infância da Galiza							Não			Não				Não	
Jardim-de-infância da Parede			Não				Não		Não		Não	Não	Não		
Jardim-de-infância de Alcabideche			Não				Não		Não		Não	Não	Não		
Jardim-de-infância de Alvide	Não		Não				Não		Não					Não	
Jardim-de-infância de Carcavelos							Não		Não					Não	
Jardim-de-infância de Cobre							Não		Não				Não	Não	
Jardim-de-infância de Manique			Não				Não			Não		Não		Não	
Jardim-de-infância de Murches							Não	Não		Não		Não		Não	
Jardim-de-infância de Outeiro de Polima							Não			Não			NR	Não	
Jardim-de-infância de São José							Não						Não	Não	
Jardim-de-infância de Sassoeiros n.º							Não	Não		Não		Não	Não	Não	
Jardim-de-infância do Murtal			Não				Não	Não		Não		Não		Não	
Jardim-de-infância Malveira da Serra			Não				Não	Não		NR		Não	Não	Não	
Jardim-de-infância n.º de Tires			Não				Não							Não	
Jardim de Infância n.º de Tires - Sala A							Não	Não		Não		Não	Não	Não	





Equipamento	Conforto							Funcionalidades							
	Iluminação Natural	Ventilação Natural	Climatização Artificial	Águas Quentes	Gás de Rede	Telefone	Internet	Cozinha	Lavandaria	Biblioteca	Bar	Sala Polivalente	Parque Infantil	Sala Computadores	Logradouro/Jardim
Jardim-de-infância n.º 2 de Tires			Não				Não						Não	Não	
Jardim-de-Infância n.º 2 de Cascais							NR	NR				NR	NR	NR	
Jardim-de-infância Pai do Vento							Não			Não			Não	Não	
Jardim-escola do Pessoal do Município de Cascais							Não							Não	
Jardim Infantil Branca de Neve das Irmãs da Misericórdia										Não					
Kiga - Sociedade de Actividades Luso-Alemã, Lda.			Não							Não				Não	
Lar - Centro de Dia Oásis			Não		Não		Não							Não	
Lar Branco Rodrigues		NR	NR												Não
Lar Casa da Alapraia – APPACDM			Não							Não				Não	
Lar da Boa Vontade - Lares Chesire em Portugal			Não							Não				Não	
Lar das Fisgas de Alcoitão					Não									NR	
Lar de Idosos da Bafureira														NR	
Lar de Nossa Senhora da Visitação														NR	
Lar de Santa Rita			Não		Não									Não	
Lar de São Francisco de Assis			Não		Não		Não			Não				Não	
Lar Dom Avô, Lda.			Não				Não			Não				Não	
Lar Repouso Sorriso dos Avós			Não		Não									Não	
Lar Universal															
LPDM - Centro de Recursos Sociais - Unidade Local do Estoril			Não		NR		Não			NR					
Ludoteca do Monte			Não	Não											
Malta - Espaço Jovem					Não				Não	Não			Não		
Mamie Residencial de Idosos, Lda.							Não							Não	
Maurineto Exploração de Lares. Lda. (Casa de Repouso S. Domingos de Rana)					Não		Não							Não	
Novos Rostos... Novos Desafios															
O Catavento - Jardim de Infância			Não		Não				Não						
O Fraldinhas de Pampilheira			Não		Não				Não						
O Mimo da Joanelinha - Creche e Serviço de Baby-Sitter			Não		Não				Não						
O Narizinho - Creche e Jardim de Infância, Lda.					Não					Não	Não			Não	
O Nosso Sonho - Cooperativa de Ensino - ATL			Não	Não			NR	Não		Não					
O Nosso Sonho - Cooperativa de Ensino - CEI2	NR	NR	NR			NR	NR	Não		Não					
O Outro Lado da Escola							Não								
O Peluche, Creche de Cascais					Não				Não	Não			Não		
O Xurruca-Creche Infantil e Primário, S. U. L.															
Obra de Santa Ana- Associação de Apoio a Jovens e Idosos Deficientes Motores			NR		NR				NR						
Paradisiaco - Casa de Repouso Unipessoal, Lda.					Não									Não	
Paraíso das Oliveiras - Repouso de Qualidade, Lda.			Não											Não	
Pirilampo - Creche e Jardim Infantil, Lda			Não						Não	Não				NR	
Pirilampo - Creche e Jardim Infantil, Lda			Não							NR					
Residência Geriática Santa Inês, Lda.														Não	
Saint John's School					Não								Não		
Solar do Ancião - Lar de Terceira Idade Lda.			Não		Não		Não							Não	
St. Dominics International School - Fund. Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas															
St. Julian's School/Colégio Inglês de São Julião			Não												
Teixeira Vilhalva, Lda.					Não									Não	
The International Preparatory School - IPS			Não										Não		
The International Preparatory School - IPS			Não										Não		
Três Anjos - Lar de Terceira Idade, Lda.					Não								Não		
Troupe Traparidense – ATL de Caparide			Não	Não			Não	Não		Não					
UMAR - Serviço de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência - Cascais							Não							NR	

**Legenda:**

Muito importante	■
Pouco importante	■
Indiferente	■
Não se dispõe de informação	nr

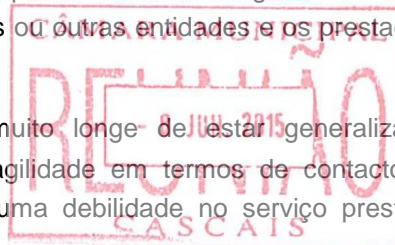
Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

Da análise feita aos diversos Equipamentos Sociais instalados no Concelho de Cascais resultam, em síntese, as seguintes conclusões:

- Oito Equipamentos não dispõe de iluminação e/ou ventilação natural, o que é totalmente desaconselhado face aos objectivos e aos públicos-alvo das Respostas Sociais aí instaladas;
- A ausência de climatização artificial é uma lacuna fortemente sentida na esmagadora maioria dos Equipamentos Sociais do concelho, o que interfere com a qualidade do serviço prestado,

designadamente nos períodos do ano de maior desconforto térmico (Verão e Inverno). Esta falta de qualidade em termos de conforto térmico, resulta em grande medida das limitações construtivas desses equipamentos que raramente contemplam soluções térmicas e ambientais adequadas, seja ao nível dos equipamentos de climatização, seja em termos da utilização de janelas e portadas promotoras de maior eficiência energética;

- Seis Equipamentos não dispõem de telefone, o que condiciona obrigatoriamente o seu funcionamento, sejam no contacto entre os utentes ou outras entidades e os prestadores do serviço, seja em situações de emergência;
- A disponibilidade de acesso à *internet* está muito longe de estar generalizada nos Equipamentos Sociais, o que se revela uma fragilidade em termos de contacto com a entidade e, nos casos em que tal se justifica, uma debilidade no serviço prestado por algumas Respostas Sociais;
- Inúmeros jardins-de-infância não possuem cozinha/lavandaria, sendo obrigados a recorrer a serviços externos e a utilizar espaços que deveriam estar destinados a outros fins (por exemplo o uso da sala de aula como refeitório, ...);
- Poucos Equipamentos dispõem de biblioteca, o que em determinadas Respostas Sociais é limitador da qualidade do serviço prestado;
- Parte significativa dos Equipamentos Sociais destinados à infância não possui parque infantil. Esta ausência de espaços contíguos de recreio, incluindo equipamentos lúdicos, poderá ser um entrave à criação de melhores condições de sociabilidade entre as crianças, pelo que deverá ser merecedora de atenção especial.



### 2.3.2.5 Recursos humanos

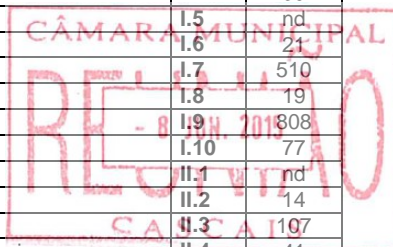
O recenseamento realizado permitiu concluir que na óptica das entidades gestoras, em cerca de 14% dos Equipamentos Sociais do Concelho de Cascais os recursos humanos afectos aos Equipamentos não se adequam ao serviço prestado. Essencialmente, esta situação resulta da escassez de recursos afectos face ao elevado número de utentes servidos o que é consequência da existência de carências financeiras das entidades gestoras.

Embora pouco referenciado pelas entidades gestoras como uma fragilidade, a capacitação técnica e profissional dos recursos humanos é um vector igualmente relevante para a qualidade do serviço prestado. Da leitura dos resultados do recenseamento efectuado resulta evidente a existência de debilidades ao nível da reduzida habilitação e formação dos funcionários. Um dos aspectos mais sintomáticos desta situação foi revelado no decorrer do processo de inquirição, por um lado, na verificação de que existem enormes carências de informação caracterizadora dos utentes e, por outro, nas dificuldades sentidas no preenchimento dos questionários e no conhecimento de conceitos técnicos utilizados.

As carências quantitativas de recursos humanos fazem-se sentir em todos os domínios de actuação, enquanto que as debilidades ao nível da qualificação dos recursos foram apenas identificadas no domínio Idosos e Doença Mental, onde a grau de competência técnica assume maior relevância.

**Quadro 10. Recursos Humanos e Equipamentos, segundo a Resposta Social (n.º)**

Resposta Social		N.º
Acolhimento Familiar	I.1	nd
Ama	I.2	41
Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas	I.3	334
Centro de Acolhimento Temporário	I.4	35
Centro de Férias	I.5	nd
Clube de Jovens	I.6	21
Creche	I.7	510
Creche Familiar	I.8	19
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	I.9	808
Lar de Crianças e Jovens	I.10	77
Acessibilidades ao banho de mar	II.1	nd
Atendimento/acompanhamento e actividades sócio-culturais	II.2	14
Centro de Actividades Ocupacionais	II.3	107
Centro de Apoio Sócio-educativo/educação especial crianças e jovens	II.4	41
Centro de férias	II.5	nd
Lar de apoio /Lar residencial	II.6	77
Transporte de pessoas com deficiência	II.7	nd
Centro de Convívio/academia	III.1	143
Centro de dia	III.2	205
Lar	III.3	511
Residência	III.4	nd
Apoio Alimentar	IV.1	15
Atendimento a população imigrante	IV.2	16
Atendimento a vítimas de violência	IV.3	17
Bolsas alimentares	IV.4	25
Centro Comunitário/Centro de recursos	IV.5	72
Refeitório/Cantina Social	IV.6	10
Apoio Social Genérico	IV.7	nd
Apartamento de Reinserção Social	V.1	4
Centro de atendimento e acompanhamento psicossocial	V.2	37
Comunidade terapêutica	V.3	24
Equipa de apoio social directo	V.4	6
Grupo de auto-ajuda	V.5	nd
Unidade de dia	V.6	25
Centro de atendimento e acompanhamento psicossocial	VI.1	12
Residência	VI.2	9
Apoio Domiciliário	VII	145
Centro Residencial	VIII.1	139
Fórum Sócio-ocupacional	VIII.2	7
Outros	IX	7
<b>Total</b>		<b>3513</b>



Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

### 2.3.3 Equipamentos de intervenção prioritária

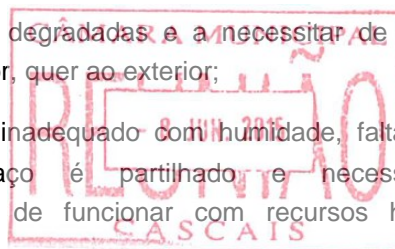
Do conjunto de Equipamentos Sociais em que foram identificadas fragilidades operacionais, verifica-se que alguns destes necessitam de intervenções de maior relevância e urgência. Desses, dez actuam nas Respostas Sociais de “Educação Pré-Escolar” e “Centros de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas”, distribuindo-se os restantes por outras Respostas Sociais. As carências apresentadas por estes Equipamentos são extremamente importantes para a prestação de um serviço qualificado.

A Santa Casa da Misericórdia de Cascais é a entidade gestora de três desses Equipamentos, nomeadamente:

- O Centro Residencial do Pisão, cuja entidade gestora é a Santa Casa da Misericórdia de Cascais, mas é da propriedade da Segurança Social, que se debate, sobretudo, com problemas de funcionalidade do espaço. A operar num edifício construído nos anos 40, desadaptado à resposta Centro Residencial para Pessoas com Doença Mental, necessita de

obras de manutenção sistemáticas, o que dada a sua grande dimensão é muito oneroso. Com esta função há cerca de 20 anos, está prevista a sua renovação e remodelação a curto-prazo. Outra problemática associada ao equipamento relaciona-se com a desadequação dos funcionários afectos ao equipamento, que segundo a entidade gestora não têm uma formação sistemática (com estágios nesta área de funcionamento), necessária para trabalhadores da área da psiquiatria;

- O ATL da Galiza, que funciona em instalações degradadas e a necessitar de arranjos urgentes quer no que diz respeito ao espaço interior, quer ao exterior;
- O ATL da Abóboda, que funciona num espaço inadequado com humidade, falta de luz natural, pequena dimensão, etc. O espaço é partilhado e necessita de remodelação/requalificação urgente, para além de funcionar com recursos humanos escassos em função das suas necessidades;
- O Espaço Jovem da Galiza apresenta carências em termos de electrificação e de arranjo do espaço exterior.



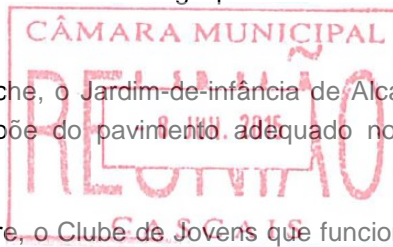
A ADEC – Associação para o Desenvolvimento Sócio-educativo do Concelho de Cascais, é a entidade gestora de um outro conjunto de Equipamentos que justificam intervenção imediata, designadamente:

- O Espaço C que opera actualmente num pré-fabricado, sem condições para uma correcta e eficaz funcionalidade, dado que se apresentam em mau estado de conservação e registando constantes de infiltrações de água, estando já prevista a construção de novas instalações;
- O Espaço Lúdico Pica-Pau que necessita de obras de remodelação e requalificação urgentes, dado que as instalações apresentam um leque amplo de problemas (sanitários num avançado estado de degradação, escasso isolamento para fazer face a condições climáticas adversas, falta de um espaço que possa servir de cozinha, a partilha de espaços com outra entidade e a inexistência de um espaço exterior amplo e com zonas verdes).
- A Ludoteca do Monte funciona num pré-fabricado em mau estado de conservação e com uma recorrente incapacidade de responder à procura verificada. Acresce que as canalizações são deficientes, as casas de banho apresentam elevado grau de degradação e constata-se a falta de espaço para proceder à arrumação do material.

Os restantes Equipamentos Sociais que necessitam de intervenção prioritária são da responsabilidade de um leque amplo de entidades gestoras, nomeadamente:

- Da Câmara Municipal de Cascais, a Casa da Criança do Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais que carece de intervenção urgente dada exiguidade do espaço em que funciona;
- Da Associação de Surdos da Linha de Cascais o espaço no qual funciona e que revela, igualmente, falta de espaço dado que opera em 3 salas, todas elas destinadas a fins administrativos, não dispondo de sala para o convívio e ocupação dos tempos livres dos associados, nomeadamente dos idosos;
- Do Grupo de Apoio e Desafio à SIDA o espaço onde prestam apoio e que regista condicionamentos importantes dado que não está capacitado para dar resposta ao volume de procura nem tão pouco o número de recursos humanos é ajustado;

- Da Associação de Antigos Alunos/as de Maria Auxiliadora, o ATL da Torre, que opera numa estrutura pré-fabricada, pouco funcional, sendo necessário um salão polivalente, uma sala para computadores e a remodelação do parque para recreio;
- Do Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo releva-se o Jardim-de-infância N.º.1 de Tires – Sala A, que funciona numa única sala, exígua e em elevado estado de degradação, sendo necessário entre outras intervenções, dotá-lo de um abrigo para a chuva e de um parque infantil;
- Do Agrupamento Vertical de Escolas de Alcabideche, o Jardim-de-infância de Alcabideche que opera num espaço pré-fabricado e não dispõe do pavimento adequado no espaço envolvente;
- Da Associação Juvenil Clube das Gaivotas da Torre, o Clube de Jovens que funciona numa cave exígua e desadequada das actividades que deveriam ser desenvolvidas.



Refira-se que a capacidade de irradiação dos serviços e dos equipamentos em causa é maioritariamente de nível local, ou seja, os equipamentos que têm uma capacidade atractiva que se restringe à esfera de actuação local. Os equipamentos de nível supra-concelhio estão representados em menor número, de que é exemplo, o Centro de Apoio Social do Pisão.



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

### 3. PLANO DE INTERVENÇÃO NA REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO DE CASCAIS

### 3. PLANO DE INTERVENÇÃO NA REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO DE CASCAIS

#### 3.1. Estratégia de Intervenção

Considerando a situação actual da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais, bem como os objectivos definidos para a Carta Social em Caderno de Encargos, nomeadamente a ambição de que esta oriente a acção dos parceiros públicos e privados nos próximos 10 anos no sentido de melhorar a infra-estrutura social do concelho, foi desenvolvida uma Estratégia de Intervenção. Esta visa o cumprimento de objectivos de desenvolvimento social concordantes com o estabelecido noutros instrumentos de planeamento e desenvolvimento municipal, oferecendo, no que respeita à dotação de equipamentos e serviços sociais, um caminho lógico para a sua concretização.

A Estratégia definida, considera desde logo os critérios e os princípios que estão na base deste documento e visa simultaneamente:

- Orientar a acção municipal em termos de planeamento e ordenamento do território;
- Orientar a acção dos diversos actores sociais sinalizando as necessidades e prioridades de investimento, tanto na óptica da criação de novos Equipamentos e Respostas Sociais, como em termos de qualificação das condições físicas e humanas da oferta existente.

Assim, a Estratégia de Intervenção desenhada pretende contribuir para a materialização de uma **ambição** para o concelho de Cascais, sintetizada na mensagem:

**Fazer de Cascais um concelho social e territorialmente coeso, dispondo de uma rede de equipamentos e serviços sociais de excelência, que responda às necessidades dos cidadãos com elevados níveis de eficácia e eficiência.**

Para que esta ambição de qualidade social seja alcançada a curto e médio prazo é necessária uma acção concertada dos diferentes actores sociais, com vista ao cumprimento de três **objectivos estratégicos** fundamentais:

- **Melhorar a oferta da rede de equipamentos e serviços** – Elevar os níveis de resposta nos domínios e Respostas Sociais que denotem fragilidades actuais ou que se estimem vir a ocorrer no futuro em resultado das projecções de evolução dos públicos-alvo, assegurando-se que a oferta de Equipamentos e Serviços Sociais no concelho de Cascais responda às necessidades presentes e de curto e médio prazo. Concomitantemente, consistirá em criar Respostas Sociais inexistentes e necessárias no contexto da Rede de Equipamentos de Cascais, e ampliar Respostas Sociais deficitárias.

- **Melhorar a territorialidade da rede de equipamentos e serviços** – Dotar simultaneamente o Concelho de Cascais de uma rede de Equipamentos e Serviços Sociais correctamente estruturada, em que as Respostas Sociais se organizem espacialmente conforme os critérios/níveis definidos, em termos de área de influência e de localização, e que exista uma correcta cobertura territorial de cada Resposta Social, de modo a optimizar a qualidade dos serviços prestados e a garantir elevados padrões de eficácia e eficiência, numa lógica de equidade no acesso;
- **Qualificar a oferta de equipamentos e serviços** – Melhorar as condições humanas, operacionais e de funcionamento dos Equipamentos e Respostas Sociais, respondendo às fragilidades identificadas no processo de recenseamento, incrementando os níveis de qualidade do serviço prestado ao cidadão.

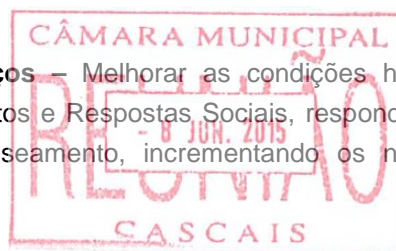


Figura 47. Estratégia da Carta de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais





## 3.2. Linhas Estratégicas

### 3.2.1. Linha Estratégica 1 – Melhorar a Taxa de Cobertura da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais

A primeira linha de intervenção definida para o cumprimento dos três objectivos estratégicos da Carta Social visa responder às deficiências quantitativas que foram identificadas, ou que se estimam que venham a ocorrer no futuro próximo na oferta de Equipamentos e Serviços Sociais, em função da evolução da procura.

Todavia, a formulação de propostas neste âmbito enfrenta o duplo obstáculo da existência de défices de informação e da grande heterogeneidade que caracteriza as diversas Respostas Sociais. De facto, o diagnóstico de base não permitiu conhecer com idêntico grau de precisão as necessidades e as prioridades de investimento de cada uma das Respostas Sociais de modo a sustentar propostas concretas e temporalmente programadas para melhoria da sua taxa de cobertura. Esta desigualdade resultou, fundamentalmente, de dois aspectos essenciais:

- Da existência de lacunas na informação caracterizadora dos Equipamentos e Serviços (dificuldades de cada equipamento, o número de lugares disponibilizados e a dimensão das listas de espera) resultantes do não fornecimento desses dados pelos responsáveis;
- Da impossibilidade de dimensionar com rigor, para diversas Respostas Sociais, tanto o mercado potencial actual, como a procura expectável em 2016.

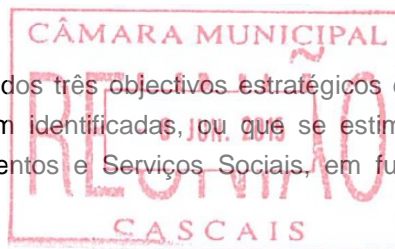
Considerando estas limitações, foi desenhada uma abordagem estruturada em quatro níveis de resposta, que regista diferentes níveis de detalhe consoante o grau de disponibilidade de informação de base.

Assim, num primeiro nível, para um conjunto de Respostas Sociais que cobre a esmagadora maioria dos Equipamentos e Serviços instalados no concelho, nomeadamente as relacionadas com o apoio aos Idosos e à Infância e Juventude, foram definidas metas quantitativas precisas. Tratam-se das Respostas Sociais em se **identificou com precisão tanto a procura actual, como se estimou a procura futura.**

Num segundo nível de abordagem encontram-se as Respostas Sociais em que se desconhece a dimensão do mercado potencial actual e futuro, mas em que foram extraídos dos levantamentos realizados informação qualitativa relevante que permite identificar a existência de défices, o que torna possível a **formulação de propostas de investimento pontuais.**

Para as restantes Respostas Sociais instaladas no concelho, em que não se obteve qualquer tipo de informação sobre a existência de desajustamentos entre a oferta e a procura, ou em que pela sua especificidade esse o conhecimento do mercado potencial e da sua evolução se revela difícil, foi proposto a **realização de avaliações específicas** que permitam monitorizar a qualidade da resposta no concelho.

Finalmente, num quarto nível de abordagem, foram formuladas propostas para a criação de Respostas Sociais actualmente inexistentes no concelho, mas que atendendo à conformidade entre os seus objectivos e a tipologia de problemas sociais que aqui se verificam, têm toda a utilidade de existirem.



As propostas formuladas estão suportadas num conjunto diverso de critérios, de indicadores e de fontes de informação de base, designadamente:

- As problemáticas sociais específicas identificadas no concelho de Cascais;
- As listas de espera dos Equipamentos e Serviços Sociais instalados no Concelho;
- Os critérios de programação definidos pela DGOTDU;
- Os rácios (oferta/procura) de referência ao nível nacional e europeu;
- Os referenciais demográficos de 2001 e as projecções demográficas para 2016 por grupos etários e por freguesia;
- A opinião dos responsáveis dos Equipamentos.



Em consequência esta linha de intervenção foi estruturada nas seguintes Medidas:

- **Medida 1.1** Ampliar a Taxa de Cobertura das Respostas Sociais de Apoio aos Idosos;
- **Medida 1.2** Ampliar a Taxa de Cobertura das Respostas Sociais de Apoio à Infância e Juventude;
- **Medida 1.3** Ampliar a Taxa de Cobertura das Respostas Sociais de Outros Domínios;
- **Medida 1.4** Criar Respostas Inexistentes.

### 3.2.2. Linha Estratégica 2 – Melhorar a Territorialidade da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais

A segunda linha estratégica da Carta Social visa responder às deficiências locativas dos Equipamentos e Serviços Sociais, tendo como referência os princípios de modelação territorial definidos propostos e a consequente hierarquia de Equipamentos e Serviços Sociais apresentada para o Concelho de Cascais.

Recorde-se que as diversas Respostas Sociais foram organizadas segundo três níveis, consoante o grau de necessidade de proximidade à população alvo estruturando-se em: (i) local; (ii) concelhio de proximidade e concelhio central; (iii) supra-concelhio regional e supra-concelhio nacional. Consequentemente, foram identificadas em cada uma das freguesias as necessidades de investimento das Respostas Sociais de nível local, nomeadamente de apoio aos Idosos e de Apoio à Infância e Juventude, com vista a fechar a malha de resposta de nível local. Desta forma, a segunda Linha de Estratégia foi sub-organizada nas seguintes Medidas:

- **Medida 2.1** Melhorar a Territorialidade das Respostas Sociais de Apoio aos Idosos;
- **Medida 2.2** Melhorar a Territorialidade das Respostas Sociais de Apoio à Infância e Juventude.

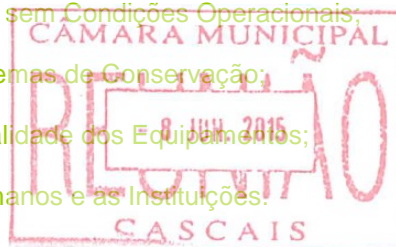
### 3.2.3. Linha Estratégica 3 – Qualificar as Capacidades e Competências da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais

Finalmente, foi definida uma terceira Linha Estratégica destinada a orientar a acção dos actores públicos e privados relativamente à melhoria do desempenho dos Equipamentos e Serviços instalados no concelho.

A partir da informação recolhida no recenseamento dos Equipamentos e Serviços Sociais instalados em Cascais, nomeadamente da elencação das várias falhas observadas em termos de operacionalidade, funcionalidade, e necessidade de conservação do edificado e de dotação de recursos humanos foi produzida uma listagem de propostas de intervenção segundo níveis de prioridade.

Consequentemente, esta Linha de Intervenção foi estruturada nas seguintes Medidas:

- **Medida 3.1** Substituir ou Ampliar os Equipamentos sem Condições Operacionais;
- **Medida 3.2** Reabilitar os Equipamentos com Problemas de Conservação;
- **Medida 3.3** Qualificar as Condições de Operacionalidade dos Equipamentos;
- **Medida 3.4** Qualificar e Valorizar os Recursos Humanos e as Instituições.



### 3.3. Plano de Acção

#### 3.3.1. Linha Estratégica 1 – Melhorar a Taxa de Cobertura da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais.

A primeira Linha Estratégica de intervenção resulta da identificação das necessidades quantitativas imediatas e a curto-médio prazo da rede de equipamentos e respostas sociais. A partir da análise da situação actual procurou-se estimar as necessidades de equipamentos e de lugares, para cada Resposta Social, para os horizontes temporais assumidos (2016), de modo a que a oferta social concelhia consiga proporcionar uma efectiva resposta à procura registada.

Este exercício deparou-se, no entanto, com algumas limitações, designadamente:

- Nas Respostas Sociais em que os públicos-alvo não correspondem a grupos etários a sua evolução resulta da conjugação de múltiplos factores o que não permite proceder a estimativas seguras das necessidades a curto e médio prazo;
- A inexistência de metas de referência na dotação de equipamentos e serviços ao nível nacional que sirvam de referência para a programação de Equipamentos Sociais ao nível municipal;
- Embora as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos da DGOTDU, sejam o instrumento de referência da programação de Equipamentos Sociais, denotam lacunas, nomeadamente: (i) a vocação dos critérios e parâmetros para processos de urbanização e de qualificação de territórios desprovidos de qualquer oferta; (ii) a inexistência de critérios de programação para muitas tipologias de Equipamentos Sociais; (iii) a não adaptabilidade dos critérios propostos a contextos fortemente urbanos, como se verifica no concelho de Cascais.
- A impossibilidade de referenciais comunitários ou internacionais, atendendo à utilização de critérios e de pressupostos distintos e à singularidade de algumas das respostas e Respostas Sociais instaladas no Concelho de Cascais.

Considerando-se estas limitações, verificou-se ser extremamente difícil proceder à estimativa precisa das necessidades futuras para todas as Respostas Sociais, pelo que essa programação futura foi circunscrita às Respostas Sociais de nível local, e, dentro destas, apenas aquelas em que a população-alvo da Respostas Social varia em função das projecções demográficas.

Em consequência, a programação da ampliação da oferta incide essencialmente sobre as Respostas Sociais de nível local orientadas para a Infância e Juventude e para a população Idosa, o que cobre uma parte substancial dos Equipamentos Sociais existentes.

No entanto, foram excluídos do âmbito desta Linha Estratégica de Intervenção as Respostas relativas ao Apoio aos Tempos Livres (ATL) e as Ludotecas e Espaços Lúdicos, atendendo à que realização de investimentos nestes equipamentos perdeu pertinência a partir do momento em que o Ministério da Educação alargou o período de funcionamento dos estabelecimentos de Ensino Básico, garantindo a permanência das crianças nas escolas durante o período em que anteriormente estes Equipamentos se revelavam de evidente utilidade social e educativa. Deste modo, enquanto não estejam estudados e definidas novas formas de actuação destas Respostas, de modo desempenhem actividades de evidente utilidade às comunidades, não se justifica formular qualquer tipo de proposta de intervenção.

O exercício de programação das necessidades de ampliação da oferta de Equipamentos e Serviços Sociais no Concelho de Cascais até 2016, relativamente às Respostas Sociais no domínio do apoio à Infância e Juventude seguiu um conjunto de referenciais que foram vertidos numa estratégia e, em consequência, num quadro de objectivos.

A abordagem seguida atendeu em traços gerais a três grandes aspectos, designadamente:

- Às estimativas de evolução dos grupos alvo até 2016;
- À necessidade de dispor de uma rede de equipamentos adequadamente dimensionada com uma cobertura territorial ajustada às necessidades de cada freguesia;
- Às orientações e às políticas nacionais relativas à educação, à dotação de equipamentos sociais e ao ordenamento do território.

Adicionalmente são formuladas recomendações para as Respostas Sociais em que não é possível conhecer a procura actual, nem estimar a procura futura. Estas recomendações incidem sobre a melhoria da dotação dos equipamentos, quando se pode extrair informação relevante e objectiva que aponta para défices quantitativos actuais, ou para a realização de estudos de avaliação/monitorização quando existe um total desconhecimento sobre a qualidade da relação oferta/procura.

Finalmente, esta Linha de Intervenção propõe a criação de Equipamentos afectos a Respostas Sociais que actualmente não existem no Concelho de Cascais, mas que atendendo ao facto de incidirem sobre problemáticas sociais identificadas no concelho justificam a sua criação.

## **Medida 1.1 Ampliar a Taxa de Cobertura das Respostas Sociais de Apoio a Idosos**

### **Ação nº1. Ampliar a Taxa de Cobertura da Resposta Social Centros de Convívio e Academias**

**Referencial de abordagem:**

- A população-alvo (residentes com 65 ou mais anos de idade) deverá encontrar resposta numa área de influência de 500m da sua área de residência, considerando que os Centros de Convívio e Academias são equipamentos a que os idosos acedem diariamente pelos seus próprios meios devendo, por isso, localizar-se na proximidade do local de residência dos utentes;
- A evolução demográfica estimada para o Concelho de Cascais prevê que entre 2001 e 2016 o número de idosos aumente de 25.757 para 42.254 com expressão em todas as freguesias;
- Segundo as Normas de Programação de Equipamentos da DGOTDU os Centros de Convívio/Academias deverão ter um número máximo de 50 idosos por equipamento;
- A existência de progresso social no Concelho de Cascais obriga a que a rede de equipamentos sociais aumente a sua taxa de cobertura de forma a responder adequadamente às necessidades da população residente;
- O concelho de Cascais apresenta uma taxa de cobertura de Centros de Convívio e Academias (7%) muito superior à média nacional (2%).

**Estratégia:**

- Reduzir as assimetrias de oferta de Centros de Convívio e Academias existentes entre as diversas freguesias privilegiando o investimento na criação de novas unidades nas que apresentam uma taxa de cobertura mais débil, em particular a freguesia de Carcavelos (1%);
- Reduzir ligeiramente as taxas de cobertura dos Centros de Convívio e Academias existentes na freguesia de Alcabideche (12%), atendendo ao gigantesco esforço financeiro que implicaria manter estes níveis de resposta devido ao acréscimo expectável de 95% de idosos residentes;
- Manter a actual taxa de cobertura de Centros de Convívio e Academias na freguesia de Cascais (8%) o que se trata de um desafio ambicioso atendendo ao aumento expectável de idosos residentes que deverão passar de 5.534, em 2001, para 9.578, em 2016;
- Dimensionar adequadamente o número de utilizadores por cada equipamento dimensionando os novos Centros de Convívio e Academias para uma carga máxima de 50 idosos/equipamento.

**Intervenções:**

- Manter até 2016 uma taxa de cobertura dos Centros de Convívio e Academias de 7% dos idosos do concelho;
- Aumentar a taxa de cobertura dos Centros de Convívio e Academias da freguesia pior servida, Carcavelos, para 5%;
- Aumentar a taxa de cobertura das freguesias com uma taxa de cobertura intermédia, designadamente a Parede e São Domingos de Rana e Estoril, para 7%;

- Criar 11 novos Centros de Convívio e Academias nas freguesias melhor servidas, designadamente 5 em Alcabideche e 6 em Cascais, mas baixando a taxa de cobertura para 9% no primeiro caso e mantendo em 8% o segundo;
- Criar até 2016, 26 novos Centros de Convívio e Academias;
- Criar até 2016, 1.300 novos lugares em Centros de Convívio e Academias.

### Acção nº 2. Ampliar a Taxa de Cobertura da Resposta Social Lares de Idosos



#### Referencial de abordagem:

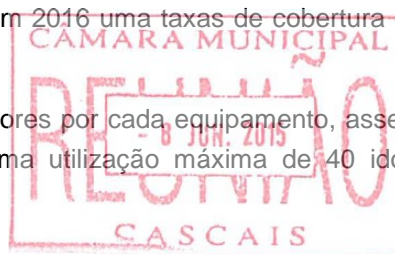
- A população-alvo (residentes com 65 ou mais anos de idade) deverá encontrar resposta na proximidade da área de residência, considerando que:
  - Deve-se ambicionar que a população idosa possa manter-se no seu contexto de residência, não perdendo as relações de sociabilidade;
  - O elevado número de idosos residentes nas freguesias do concelho de Cascais sustenta um número de lares elevado o que permite obter uma densidade territorial suficientemente elevada para se constituir como uma rede de nível local, em particular no corredor mais povoado.
- A evolução demográfica estimada para o Concelho de Cascais prevê que entre 2001 e 2016 o número de idosos aumente de 25.757 para 42.254 com expressão em todas as freguesias;
- Segundo as Normas de Programação de Equipamentos da DGOTDU os Lares de Idosos deverão ter um número máximo de 40 idosos por equipamento;
- A existência de progresso social no Concelho de Cascais obriga a que a rede de equipamentos sociais aumente a sua taxa de cobertura de forma a responder adequadamente às necessidades da população residente;
- O Concelho de Cascais apresenta uma taxa de cobertura de Lares de Idosos (2%) inferior à média nacional (4%);
- O PARES estabelece como objectivo aumentar em 10% o número de lugares em Lares de Idosos até 2009;
- O PARES estabelece como objectivo estratégico aumentar o apoio domiciliário e a permanência da população idosa no seu contexto residencial em desfavor do acolhimento em Lares de idosos.

#### Estratégia:

- Criar um número de lugares em Lares de Idosos acima do ritmo proposto pelo Programa Pares (2,41% /ano até 2009), atendendo ao rápido e elevado aumento de população idosa

no Concelho de Cascais e ao número elevado de equipamentos que não cumprem o disposto no diploma que regulamenta esta actividade;

- Reduzir as assimetrias existentes entre as diversas freguesias privilegiando o investimento na criação de Lares de Idosos naquelas que apresentam uma taxa de cobertura mais débil, designadamente Carcavelos (0%), São Domingos de Rana (1%) e Estoril (1,3%);
- Garantir que as todas as freguesias apresentam em 2016 uma taxa de cobertura de Lares de Idosos, maior ou igual a 4,3%;
- Dimensionar adequadamente o número de utilizadores por cada equipamento, assegurando que todos os novos Lares de Idosos tenham uma utilização máxima de 40 idosos por equipamento.



#### Intervenções:

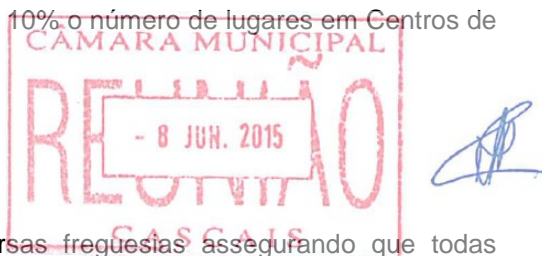
- Alcançar até 2016 uma taxa de cobertura dos Lares de Idosos de 4,5% dos idosos residentes no concelho de Cascais;
- Aumentar as taxas de cobertura dos Lares de Idosos nas freguesias pior servidas para uma taxa maior ou igual a 4,3%, designadamente em Carcavelos (4,7%), São Domingos (4,3%) de Rana e Cascais;
- Aumentar as taxas de cobertura dos Lares de Idosos nas restantes freguesias para uma taxa de cobertura superior ou igual a 4,5%, nomeadamente em Alcabideche (4,7%), Parede (4,6%) e Cascais (4,5%);
- Criar até 2016, 36 novos Lares de Idosos;
- Criar até 2016, 1.440 novos lugares em Lares de Idosos.

### Acção nº 3. Ampliar a Taxa de Cobertura da Resposta Social Centros de Dia

#### Referencial de abordagem:

- A população-alvo (residentes com 65 ou mais anos de idade) deverá encontrar resposta numa área de influência de 500m da sua área de residência, considerando que os Centros de Dia são equipamentos a que os idosos, com algum grau de autonomia, poderão aceder diariamente pelos seus próprios meios devendo, por isso, localizar-se na proximidade do local de residência dos utentes;
- A evolução demográfica estimada para o Concelho de Cascais prevê que entre 2001 e 2016 o número de idosos aumente de 25.757 para 42.254 com expressão em todas as freguesias;
- Segundo as Normas de Programação de Equipamentos da DGOTDU os Centros de Dia deverão ter um número máximo de 50 idosos por equipamento;

- A existência de progresso social no Concelho de Cascais obriga a que a rede de equipamentos sociais aumente a sua taxa de cobertura de forma a responder adequadamente às necessidades da população residente;
- O Concelho de Cascais apresenta uma taxa de cobertura (4,1%) de Centros de Dia superior à média nacional (3,5%);
- O PARES estabelece como objectivo aumentar em 10% o número de lugares em Centros de Dia até 2009.



#### Estratégia:

- Reduzir as assimetrias existentes entre as diversas freguesias assegurando que todas apresentem a mesma taxa de cobertura de Centros de Dia superior a 5% até 2016;
- Garantir que a freguesia do Estoril que apresenta uma situação destacadamente positiva na oferta de lugares de Centro de Dia mantém até 2016 a actual taxa de cobertura de 12%;
- Dimensionar adequadamente o número de utilizadores por cada equipamento assegurando que todos os novos equipamentos terão uma utilização máxima de 50 idosos/equipamento.

#### Intervenções:

- Assegurar que a taxa de cobertura dos Centros de Dia evolua de 4,1% para 6,8% até 2016;
- Aumentar as taxas de cobertura das freguesias pior servidas (Alcabideche, Carcavelos, Cascais, Parede e São Domingos de Rana) para valores próximos dos 6%, reduzindo as actuais assimetrias e investindo prioritariamente nas que actualmente se apresentam pior servidas;
- Garantir que a freguesia do Estoril mantém a actual taxa de cobertura de Centros de Dia criando 3 novos equipamentos que responderão adequadamente à expectável evolução demográfica do número de idosos neste território;
- Criar até 2016, 36 novos Centros de Dia;
- Criar até 2016, 1.800 novos lugares em Centros de Dia.

### Medida 1.2. Ampliar a Taxa de Cobertura dos Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude

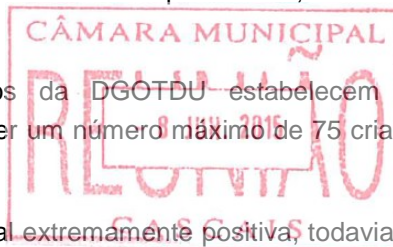
#### Acção nº1. Ampliar a Taxa de Cobertura dos Equipamentos de Ensino Pré-Escolar

##### Referencial de abordagem:

- É um objectivo nacional alcançar a universalização do ensino Pré-Escolar;



- A população-alvo (crianças entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico) deverá encontrar resposta o mais próximo possível da sua área de residência, considerando que os equipamentos de ensino Pré-Escolar se devem localizar nas proximidades do local de residência das crianças;
- A evolução demográfica estimada para o Concelho de Cascais prevê que entre 2001 e 2016 o número de crianças em idade Pré-Escolar aumente de 6.631 para 7.375, com expressão em todas as freguesias;
- As Normas de Programação de Equipamentos da DGOTDU estabelecem que os estabelecimentos de ensino Pré-Escolar deverão ter um número máximo de 75 crianças por equipamento;
- O concelho de Cascais apresenta uma oferta global extremamente positiva, todavia verifica-se a existência de uma distribuição territorial desigual da oferta de lugares em ensino Pré-Escolar com taxas de cobertura acima de 100% nas freguesias de Carcavelos, Cascais, Estoril e Parede e taxas de cobertura muito inferiores nas freguesias de Alcabideche (60%) e São Domingos de Rana (53%).



#### Estratégia:

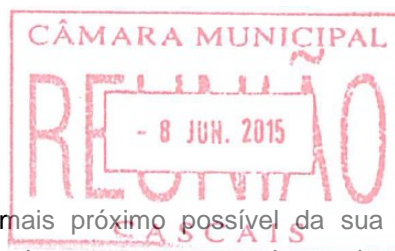
- O Concelho de Cascais deverá dispor de uma oferta de equipamentos de ensino Pré-Escolar que cubra a totalidade das suas necessidades até 2016;
- Deverá ser racionalizada a oferta de equipamentos de ensino Pré-Escolar, dimensionando-a em cada freguesia de modo a responder com eficácia à evolução da procura;
- Considerando que a actual oferta de equipamentos de ensino Pré-Escolar instalados nas freguesias de Carcavelos e Parede para além de cobrir as suas necessidades serve ainda a área mais densamente povoada da freguesia de São Domingos de Rana, não se justifica que esta freguesia disponha de uma oferta que cubra a totalidade da procura potencial em 2016, mas sim que melhore os níveis de resposta na área a Norte da Auto Estrada nº5;
- Os novos equipamentos de ensino Pré-Escolar deverão ser adequadamente dimensionados atendendo aos valores de referência propostos pela DGOTDU, designadamente 75 crianças por equipamento.

#### Intervenções:

- Alcançar até 2016 uma taxa de cobertura de equipamentos de ensino Pré-Escolar de 100% no concelho de Cascais;
- Alcançar até 2016 uma taxa de cobertura de equipamentos de ensino Pré-Escolar de 100% na freguesia de Alcabideche;
- Assegurar que até 2016 as freguesias de Carcavelos, Cascais, Estoril e Parede mantêm taxas de cobertura de equipamentos de ensino Pré-Escolar de 100%;

- Alcançar até 20016 uma taxa de cobertura de equipamentos de ensino Pré-Escolar de 70% na freguesia de São Domingos de Rana;
- Criar até 2016, 17 novos equipamentos de ensino Pré-Escolar;
- Criar até 2016, 1.275 novos lugares em estabelecimentos de ensino Pré-Escolar.

### Acção nº2. Ampliar a Taxa de Cobertura das Creches



#### Referencial de abordagem:

- A população-alvo deverá encontrar resposta o mais próximo possível da sua área de residência, considerando que as Creches são equipamentos que se devem localizar na proximidade da área de residência das crianças;
- Deverá ser assegurado que haja equidade territorial ao nível da oferta de Creches investindo-se preferencialmente onde se verificam as maiores carências;
- A evolução demográfica estimada para o concelho de Cascais prevê que entre 2001 e 2016 o número de crianças que utilizam Creches aumente de 6.872 para 7.643 com expressão em todas as freguesias;
- As Normas de Programação de Equipamentos da DGOTDU estabelecem que as Creches deverão ter um número máximo de 35 crianças por equipamento, embora no âmbito do Programa PARES e considerando os desafios exigentes que se colocam ao país relativamente ao reforço da oferta instalada se considere a possibilidade que a capacidade máxima dos equipamentos atinja as 66 crianças;
- Para que haja progresso social no Concelho de Cascais será necessário que a rede de equipamentos aumente a sua taxa de cobertura.

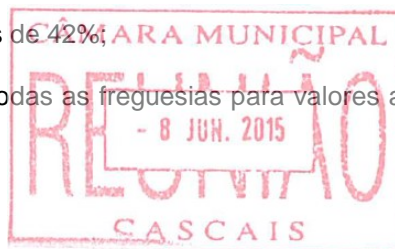
#### Estratégia:

- Garantir que o concelho de Cascais continuará a apresentar uma taxa de cobertura (29%) superior à média nacional (24%);
- Reduzir as assimetrias inter-freguesias na oferta da resposta social creches investindo prioritariamente naquelas em que os défices são maiores;
- Dimensionar adequadamente o número de utilizadores por cada equipamento adoptando um dimensionamento máximo de 35 crianças por equipamento nos futuros investimentos;
- Definir um esforço de investimento que seja simultaneamente ambicioso e realista;
- Acompanhar o ritmo de crescimento proposto para os próximos 4 anos pelo PARES (+2,4% de lugares /ano);

- Assumir que a oferta da resposta social Amas, que tem uma expressão residual, desempenhará um papel complementar às Creches respondendo apenas a situações específicas.

#### Intervenções:

- Alcançar até 2016 a taxa de cobertura das Creches de 42%;
- Aumentar as taxas de cobertura das Creches de todas as freguesias para valores acima de 40%;
- Criar até 2016, 35 novas Creches;
- Criar até 2016, 1.225 novos lugares em Creches;
- Garantir o cumprimento da média de 35 crianças por equipamento nos futuros investimentos em Creches;
- Concentrar o investimento nas freguesias pior servidas, designadamente Alcabideche (22%), São Domingos de Rana (26%) e Cascais (27%), que deverão alcançar em 2016 uma taxa de cobertura superior a 40%.



### Medida 1.3. Ampliar a Taxa de Cobertura de Respostas Sociais de Outros Domínios

#### Acção nº1. Ampliar a Taxa de Cobertura de Respostas Sociais de Outros Domínios

##### Referencial de abordagem:

- A Resposta Social Bolsas Alimentares tem vindo a registar um crescimento significativo do número de pessoas atendidas na série cronológica de referência e apresenta uma fraca cobertura territorial para uma Resposta Social de nível local;
- A Resposta Social Atendimento à População Imigrante tem vindo a registar um crescimento muito acentuado do número de pessoas atendidas, não dispondo de nenhum equipamento especificamente adaptado para essa função;
- A Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, do Tipo Morfológico Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias, regista uma situação de sobrelotação;
- Na Resposta Social Apoio Domiciliário, embora o número de pessoas atendidas oscile consideravelmente, o aumento contínuo da procura e o reduzido diferencial entre a taxa de cobertura e os utentes actuais, sugerem uma significativa vulnerabilidade;
- A Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional apresenta uma situação de sobrelotação, ao que acresce um aumento contínuo do número de utentes no período temporal de referência.

**Estratégia:**

- Na Resposta Social Bolsas Alimentares, urge a curto prazo proceder à ampliação do número de equipamentos, priorizando os investimentos nas freguesias em que esta é inexistente, de modo a assegurar uma equidade territorial da resposta;
- Na Resposta Social Atendimento à População Imigrante importa, a curto e médio prazo, promover uma melhor cobertura do território concelhio, o que compreende a criação de um equipamento especificamente preparado para o efeito, no quadrante poente do concelho;
- Na Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, do Tipo Morfológico Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias é necessário, a curto prazo, ampliar a taxa de cobertura da Resposta Social, assegurando a sustentabilidade da relação entre a sua respectiva capacidade máxima e o número de utentes;
- Na Resposta Social Apoio Domiciliário deverão ser efectuados investimentos com vista à ampliação da taxa de cobertura, a curto e médio prazo;
- Necessidade de ampliar a taxa de cobertura da Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional a curto prazo.

**Intervenções:**

- Criar a curto prazo a Resposta Social Bolsas Alimentares na Freguesia da Parede e ampliar a taxa de cobertura nas restantes freguesias, de modo a assegurar uma total cobertura territorial;
- Criar a curto e médio prazo um Centro Local de Apoio ao Imigrante (CLAI) de segunda geração, localizando-se na freguesia de Cascais ou do Estoril;
- Ampliar a curto prazo a taxa de cobertura da Resposta Social Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, concertando com outros serviços sociais instalados no concelho a possibilidade de dispor de espaços para este efeito;
- Dotar um Centro de Dia por Freguesia a criar nos próximos 10 anos de condições para servirem de base à Resposta Social Apoio Domiciliário;
- Ampliar a taxa de cobertura da Resposta Social Fórum Sócio-Ocupacional a curto prazo, criando um novo equipamento no Estoril.

**Acção nº2. Monitorizar e Avaliar as Necessidades de Ampliação da Oferta de Respostas Sociais de Outros Domínios****Referencial de Abordagem:**

- Determinadas Respostas Sociais, atendendo à sua especificidade é difícil determinar a dimensão do seu grupo alvo no concelho dado que não têm representação estatística;

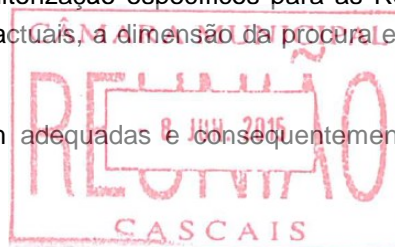
- Em diversas Respostas Sociais não foi possível obter informação sobre a existência de desajustamentos entre a oferta e a procura a partir dos inquéritos;
- O conhecimento preciso do grau de adequação da oferta de Respostas Sociais à procura é condição fundamental para prestação de serviços sociais de qualidade com elevados níveis de eficácia e eficiência.



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a horizontal stroke at the end.

**Estratégia:**

- Conhecer com precisão a situação em termos de ajustamento oferta/procura das diversas Medidas, de modo a empreender as acções necessárias em tempo útil respondendo com eficácia e eficiência aos problemas sociais do concelho;
- Realizar estudos de diagnóstico, avaliação e monitorização específicos para as Respostas Sociais em que se desconheça as necessidades actuais, a dimensão da procura e as suas tendências de evolução;
- Assegurar que as Respostas Sociais se mantêm adequadas e conseqüentemente evitar situações de sobrelotação.

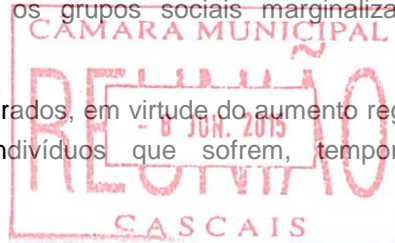
**Intervenções:**

- Realização de estudos de diagnóstico, avaliação e monitorização individuais ou por Domínio de Intervenção Social das seguintes Respostas Sociais:
  - Atendimento/Acompanhamento e Actividades Sócio-culturais;
  - Centro de Actividades Ocupacionais;
  - Centro de Apoio Sócio-Educativo/Educação Especial para Crianças e Jovens;
  - Apoio Alimentar;
  - Atendimento a Vitimas de Violência;
  - Centro Comunitário/Centro de Recursos;
  - Refeitório/Cantina Social;
  - Apartamento de Reinserção Social;
  - Unidade de Dia para Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias;
  - Equipa de Apoio Social Directo.

**Medida 1.4 Criar Respostas Sociais Inexistentes****Referencial de abordagem:**

- Suprimir fragilidades da oferta existente, conducentes a um movimento centrífugo da procura, por parte das populações residentes. Porém, não obstante a identificação seguinte das principais Respostas Sociais inexistentes consideradas necessárias, importará que a montante da sua efectiva criação, sejam realizados diagnósticos específicos para identificação das reais necessidades do Concelho;
- Oferta limitada de Respostas Sociais no Domínio para Idosos;
- Inexistência de equipamentos e serviços norteados para pessoas sem-abrigo ou com domicílio instável;

- Carência de Respostas Sociais destinadas a acolher temporariamente determinados grupos sociais em situações de vulnerabilidade;
- Carência de uma Resposta Social específica no Domínio para a Infância e Juventude que desempenhe um papel de charneira entre a família, a criança e os serviços quando esta se encontre em situação de risco social ou risco de saúde;
- Melhorar a oferta de Respostas Sociais para os grupos sociais marginalizados por problemas de saúde.
- Carências ao nível dos cuidados continuados integrados, em virtude do aumento registado e expectável, a curto e médio prazo, dos indivíduos que sofrem, temporária ou indefinidamente, de algum grau de dependência.



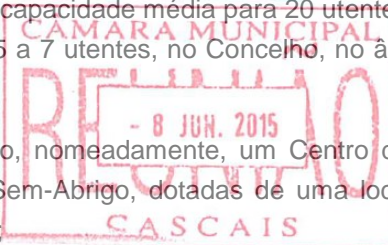
### Estratégia:

- Promover o reordenamento e qualificação da rede de equipamentos sociais;
- Suprimir as lacunas na oferta de Respostas Sociais para a população idosa, designadamente, ao nível das residências, do apoio nocturno, na prestação de apoio e informação diversa e em situações de urgência;
- Criar Respostas Sociais no Concelho orientadas para pessoas sem-abrigo ou com domicílio instável;
- Encontrar soluções de Respostas Sociais orientadas para populações em situação de grande vulnerabilidade e concomitantemente trabalhar no sentido destes encontrarem alternativas habitacionais;
- Desenvolver Respostas Sociais de função essencial, actualmente inexistentes, no Domínio Infância e Juventude;
- Ampliar e diversificar a oferta de respostas para os grupos sociais marginalizados por problemáticas de saúde, com vista à melhoria do acesso aos serviços de saúde destas populações.
- Convergência com os objectivos do projecto nacional da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;

### Intervenções:

- Criar até 2016, um Centro de Noite para Idosos no Concelho, com uma localização tendencialmente central;
- Avaliar a taxa de cobertura da Resposta Social Residência para Idosos, monitorizando a sua oferta em função das necessidades;
- Criar até 2016 um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, Equipas de Rua a Famílias com Crianças e Jovens em Risco e uma Unidade de Emergência no Concelho;

- Criar até 2016 Respostas Sociais fundamentais para o Domínio da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, nomeadamente, um Apoio em Regime de Ambulatório e um Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira;
- Criar até 2016 um Centro de Apoio à Vida, dotado de uma localização central e acessível no Concelho;
- Criar até 2016, uma Unidade de Vida Apoiada com capacidade média para 20 utentes e uma Unidade de Vida Protegida, com capacidade para 5 a 7 utentes, no Concelho, no âmbito do Domínio das Pessoas com Doença Mental;
- Criar até 2016 Respostas Sociais para sem-abrigo, nomeadamente, um Centro de Apoio Social para Sem-Abrigo e Equipas de Rua para Sem-Abrigo, dotadas de uma localização central e pautadas pela acessibilidade no Concelho;
- Criar até 2016 Respostas Sociais, no âmbito dos Cuidados Continuados Integrados, consideradas primordiais para o desenvolvimento social, em articulação com a restante Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;
- Desenvolver até 2011, estudos específicos para as Respostas Sociais a criar, que sirvam de suporte à definição das suas características;
- Desenvolver após 2011 um processo de monitorização para as Respostas Sociais a criar, de forma a assegurar a sua progressiva adequabilidade às necessidades concelhias.



### 3.3.2. Linha Estratégica de Intervenção nº 2 – Melhorar a Cobertura Territorial da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais

A segunda linha estratégia para a programação dos Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais consiste em **melhorar a territorialidade da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais** a partir de um modelo territorial de modo a assegurar uma melhor cobertura do território. Deste modo pretendem-se cumprir quatro objectivos fundamentais:

- Promover o acesso e a utilização dos Equipamentos e Serviços Sociais, alicerçado em princípios de universalidade e equidade;
- Contribuir para um combate às assimetrias sociais com base nas desiguais oportunidades de acesso aos Equipamentos;
- Reordenar a rede de Equipamentos de nível local de modo a colmatar espaços não cobertos por determinadas Respostas Sociais;
- Promover a racionalização da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais, ou seja, efectuar uma gestão locativa dos recursos que vise a sustentabilidade e a maximização dos investimentos realizados.



## Medida 2.1 Melhorar a Cobertura Territorial das Respostas Sociais de Apoio aos Idosos

### Acção nº1. Melhorar a Cobertura Territorial da Resposta Social Centro de Convívio/Academias

#### Referencial de abordagem:

- A Resposta Social Centros de Convívio/Academias é de nível local devendo por esse facto localizar-se o mais próximo possível da população-alvo;
- Em contexto urbano a área de influência dos equipamentos de Centros de Convívio/Academia não deverá ser superior a 500 metros;
- A Resposta Social Centros de Convívio/Academias está orientada para um público-alvo idoso, com poucas dificuldades de mobilidade e na maioria das vezes pouco dependente de terceiros nas suas deslocações.



#### Estratégia:

- Como reflexo das preocupações geronto-sociais, centradas num envelhecimento com qualidade de vida, a distribuição territorial dos Centros de Convívio/Academias deverão contribuir para que a população idosa possa aceder aos equipamentos pelos seus próprios meios, mantendo-se inserida nos seus territórios do quotidiano;
- Garantir que a globalidade das zonas habitacionais esteja coberta pela área de influência de pelo menos um Centros de Convívio/Academias até 2016;
- Localizar os novos Centros de Convívio/Academias a criar até 2016 que visam responder aos objectivos de ampliação, de forma a melhorar a cobertura territorial da Resposta Social.

#### Intervenções:

- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Centros de Convívio/Academias na freguesia de Alcabideche até 2016 criando um equipamento na área da Malveira, um equipamento na área de Murches, um equipamentos na área da Abuxarda, um equipamento na área de Adroana-Alcoitão e um equipamento na área de Manique-Bicesse;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Centros de Convívio/Academias na freguesia de Carcavelos até 2016 criando cinco equipamentos que permitam assegurar uma total cobertura do território;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Centros de Convívio/Academias na freguesia de Cascais até 2016 criando três equipamentos na área Birre-Torre, dois equipamentos na área central consolidada e um equipamento na área da Aldeia do Juso;

- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Centros de Convívio/Academias na freguesia do Estoril até 2016 criando um equipamento na área litoral consolidada e um equipamento na área Alapraia-Alto dos Gaios;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Centros de Convívio/Academias na freguesia da Parede até 2016 criando um equipamento na área central da freguesia;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Centros de Convívio/Academias na freguesia de São Domingos de Rana até 2016 criando quatro equipamentos na área Torre da Marinha-Tires, dois equipamentos na área da Rebelva-Madorna e um equipamento na área da Conceição da Abóboda.

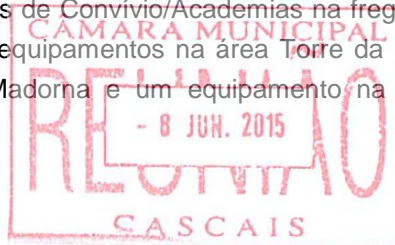
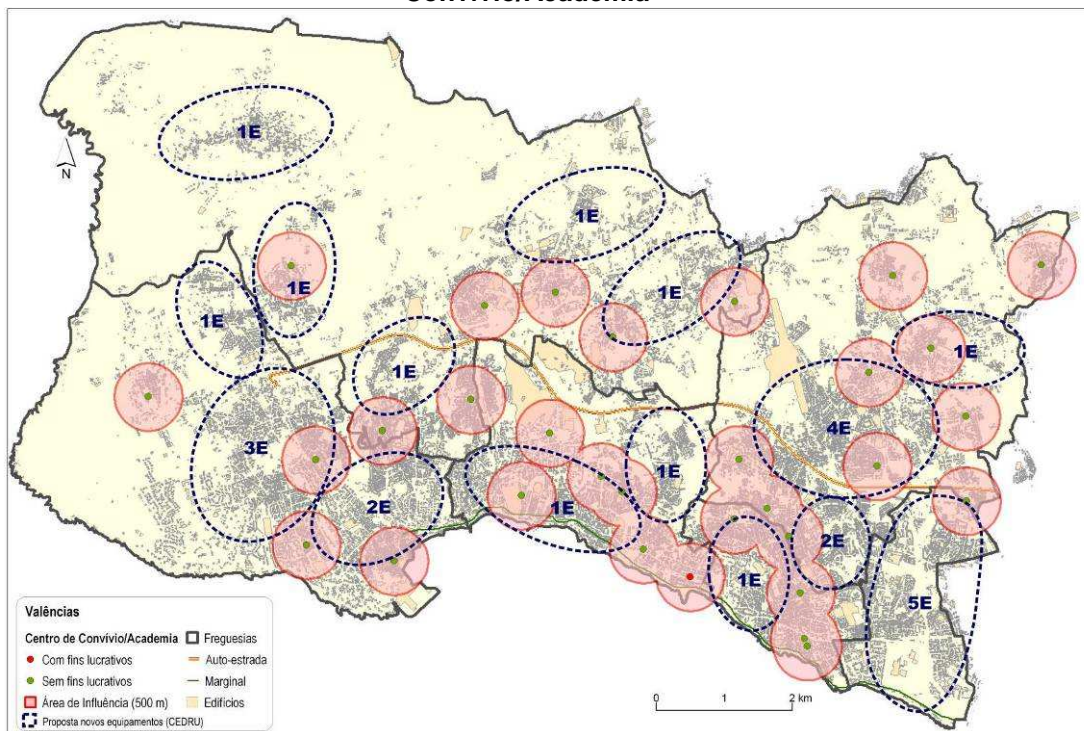


Figura 48. Área de Reserva para Construção de Novos Equipamentos: Resposta Social Centro de Convívio/Academia



## Acção nº2. Melhorar a Cobertura Territorial da Resposta Social Lar de Idosos

### Referencial de abordagem:

- A Resposta Social Lar de Idosos é de nível local devendo por esse facto localizar-se o mais próximo possível da população-alvo;
- Em contexto urbano a área de influência dos Lares de Idosos não deverá ser superior a 500 metros;
- A Resposta Social Lar de Idosos está orientada para um público-alvo idoso, com dificuldades de mobilidade ou, por vezes, dependente de terceiros nas suas deslocações.



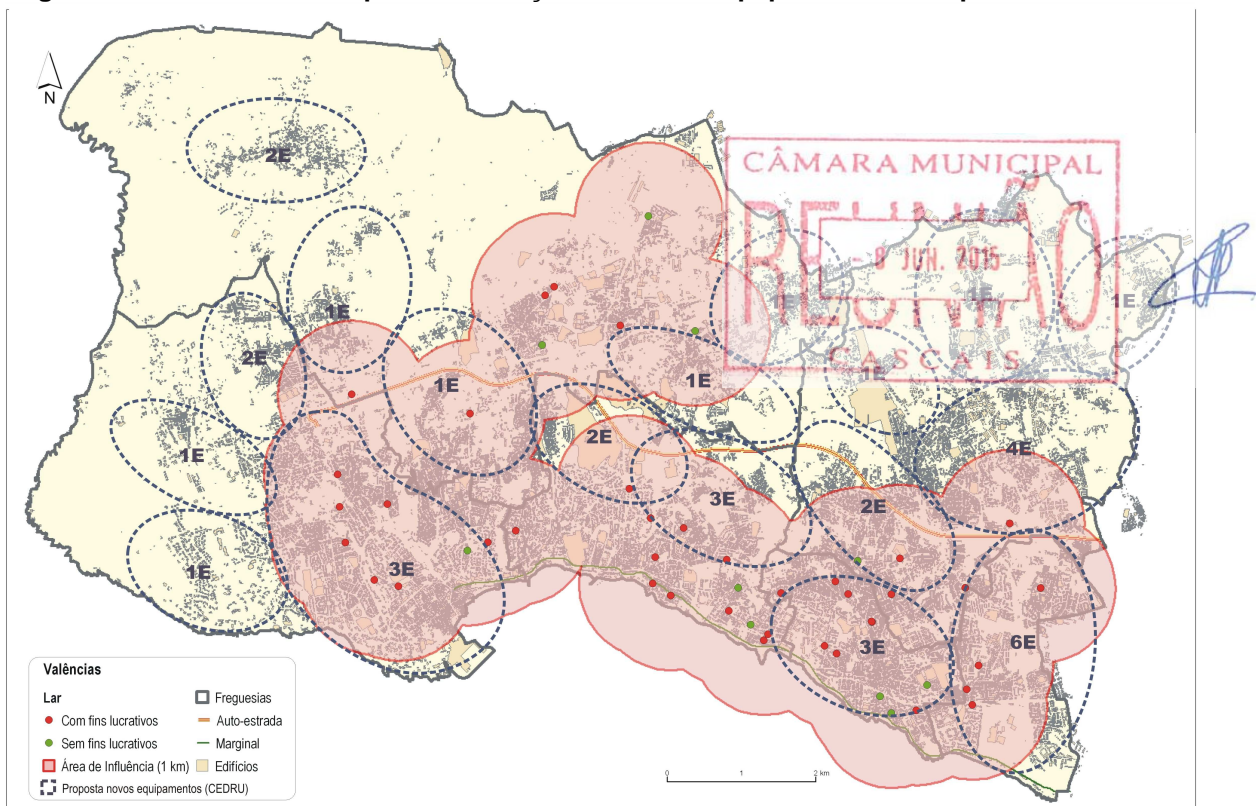
### Estratégia:

- Como reflexo das preocupações geronto-sociais, centradas num envelhecimento com qualidade de vida, a distribuição territorial dos Lares de Idosos deverão contribuir para que a população idosa possa manter-se inserida nos seus territórios do quotidiano;
- Garantir que a globalidade das zonas habitacionais esteja coberta pela área de influência de pelo menos um Lar de Idosos até 2016;
- Localizar os novos Lares de Idosos a criar até 2016 que visam responder aos objectivos de ampliação, de forma a melhorar a cobertura territorial da Resposta Social.

### Intervenções:

- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Lares de Idosos na freguesia de Alcabideche até 2016 criando dois Lares na área da Malveira, um Lar na área de Murches, um Lar na área da Abuxarda, um Lar na área de Manique e um Lar na área de Alcoitão-Bicesse;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Lares de Idosos na freguesia de Carcavelos até 2016 criando seis Lares que permitam assegurar uma total cobertura do território;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Lares de idosos na freguesia de Cascais até 2016 criando três lares na área central da freguesia, dois Lares na área da Aldeia do Juso, um Lar na área Birre-Areia e um Lar na Torre-Quinta da Marinha;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Lares na freguesia do Estoril até 2016 criando dois Lares na área do Estoril Monte e três Lares na área da Galiza-Livramento;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Lares na freguesia da Parede até 2016 criando três Lares;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Lares de Idosos na freguesia de São Domingos de Rana até 2016 criando quatro Lares na área Torre da Marinha-Abóboda, dois lares na área de São Domingos de Rana-Caparide, um Lar na área de Tires, um Lar na área de Abóboda-Trajouce e um Lar na área de Talaíde.

Figura 49. Área de Reserva para Construção de Novos Equipamentos: Resposta Social Lar



### Acção nº 3. Melhorar a Cobertura Territorial da Resposta Social Centro de Dia

#### Referencial de abordagem:

- A Resposta Social Centro de Dia é de nível local devendo por esse facto localizar-se o mais próximo possível da população-alvo;
- Em contexto urbano a área de influência dos Centros de Dia não deverá ser superior a 500 metros;
- A Resposta Social Centro de Dia está orientada para um público-alvo idoso, com dificuldades de mobilidade ou, por vezes, dependente de terceiros nas suas deslocações.

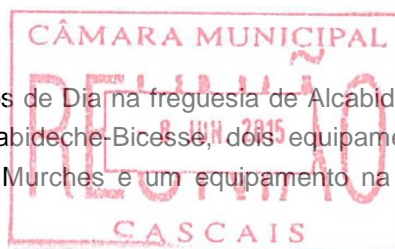
#### Estratégia:

- Como reflexo das preocupações geronto-sociais, centradas num envelhecimento com qualidade de vida, a distribuição territorial dos Centros de Dia deverão contribuir para que a população idosa possa aceder aos equipamentos pelos seus próprios meios, mantendo-se inserida nos seus territórios do quotidiano;

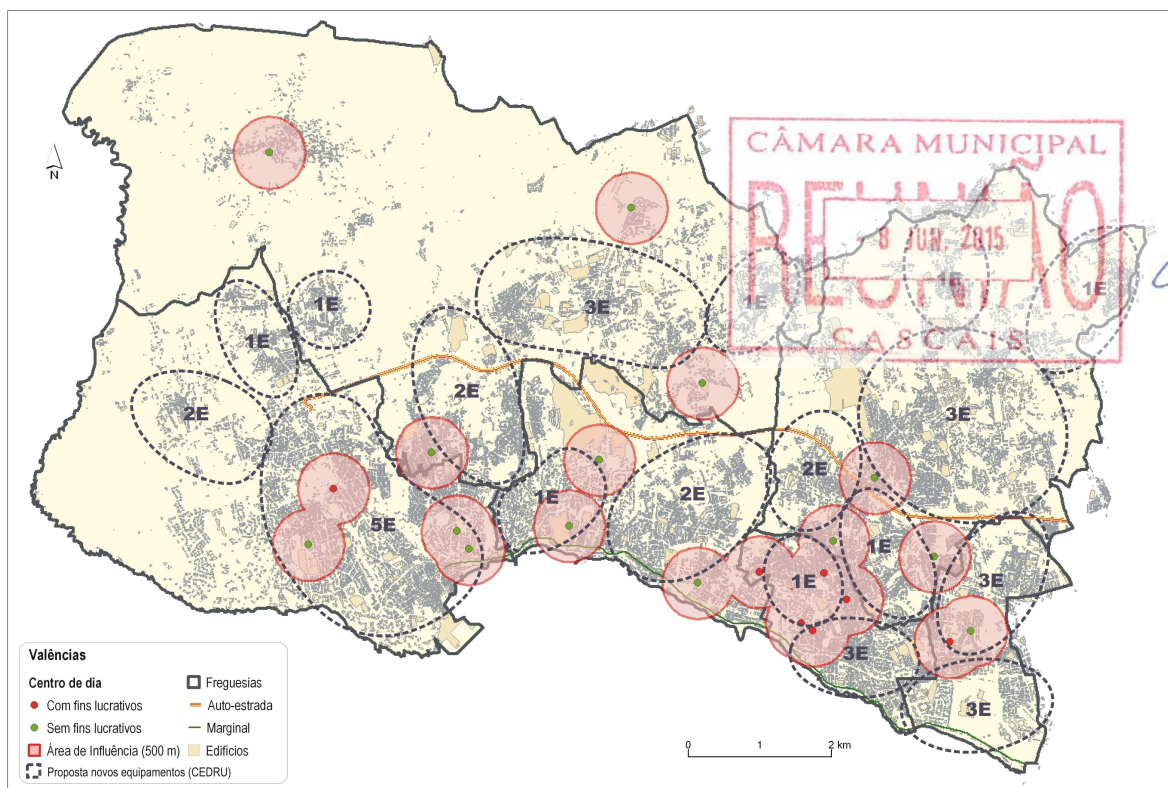
- Garantir que a globalidade das zonas habitacionais esteja coberta pela área de influência de pelo menos um Centros de Dia até 2016;
- Localizar os novos Centros de Dia a criar até 2016 que visam responder aos objectivos de ampliação, de forma a melhorar a cobertura territorial da Resposta Social.

**Intervenções:**

- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Centros de Dia na freguesia de Alcabideche até 2016 criando três equipamentos na área de Alcabideche-Bicesse, dois equipamentos na área da Abuxarda, um equipamento na área de Murches e um equipamento na área de Manique;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Centros de Dia na freguesia de Carcavelos até 2016 criando seis equipamentos que permitam assegurar uma total cobertura do território;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Centros de Dia na freguesia de Cascais até 2016 criando cinco equipamentos no sector central consolidado, dois equipamentos na área Birre-Areia e um equipamento na área da Aldeia do Juso;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Centros de Dia na freguesia do Estoril até 2016 criando dois equipamentos no sector nascente e um equipamento no sector poente;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Centros de Dia na freguesia da Parede até 2016 criando três equipamentos no sector nascente e um equipamento na área central;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Centros de Dia na freguesia de São Domingos de Rana até 2016 criando três equipamentos na área central a norte da A5, dois equipamentos na área de Caparide, um equipamento na área de Talaíde, um equipamento na área de Trajouce e um equipamento na área Rebelva-São Domingos de Rana-Penedo.



**Figura 50. Área de Reserva para Construção de Novos Equipamentos: Resposta Social Centro de Dia**



## Medida 2.2. Melhorar a Cobertura Territorial das Respostas Sociais de Apoio à Infância e Juventude

### Acção nº1. Melhorar a Cobertura Territorial da Resposta Social Creche

#### Referencial de abordagem:

- A Resposta Social Creche é de nível local devendo por esse facto localizar-se o mais próximo possível da população-alvo;
- Em contexto urbano a área de influência das creches deverá ser de 500 metros;
- A Resposta Social Creches está orientada para um público-alvo muito jovem, dependente de terceiros nas suas deslocações pendulares.

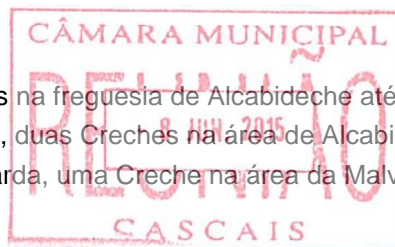
#### Estratégia:

- Evitar que as crianças sejam sujeitas a extensos trajectos diários pendulares entre as residências e os equipamentos;

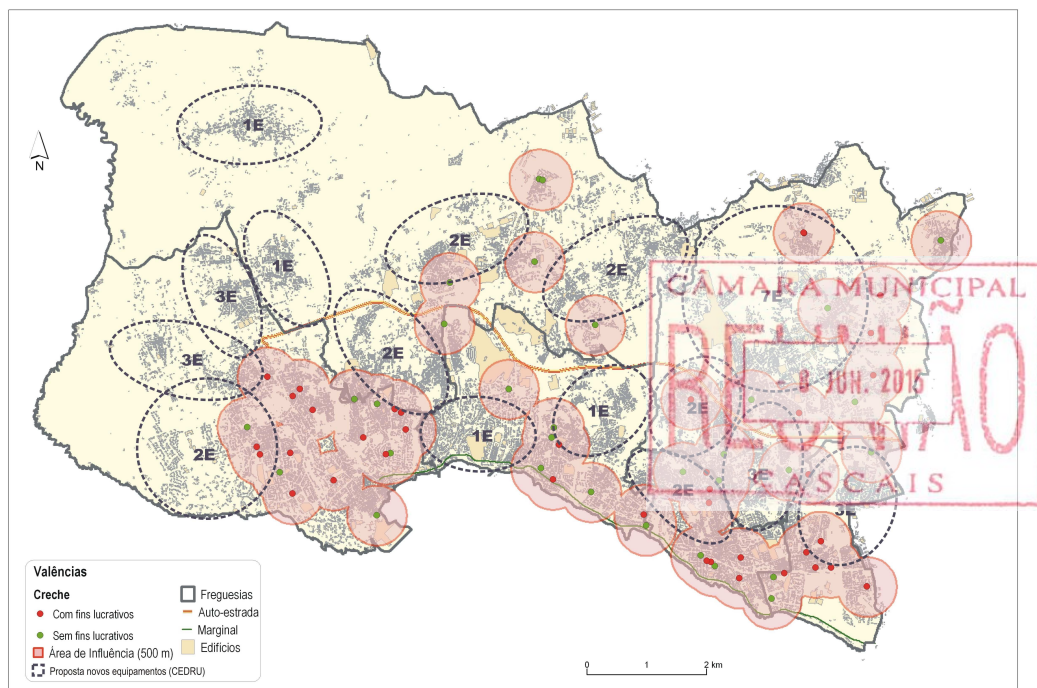
- Garantir que a globalidade das zonas habitacionais esteja coberta pela área de influência de pelo menos um equipamento até 2016;
- Localizar os novos equipamentos a criar até 2016, de modo a responder aos objectivos de ampliação, assegurando uma melhoria a cobertura territorial.

#### Intervenções:

- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Creches na freguesia de Alcabideche até 2016 criando duas Creches na área de Manique-Bicesse, duas Creches na área de Alcabideche-Alcoitão, duas Creches na área de Amoreira-Abuxarda, uma Creche na área da Malveira e uma Creche na área de Murches;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Creches na freguesia de Carcavelos até 2016 criando três Creches no sector nordeste da freguesia;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Creches na freguesia de Cascais até 2016, criando três Creches na área Birre-Areia, três Creches na área da Aldeia do Juso e duas Creches na área Guia-Marinha;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Creches na freguesia do Estoril até 2016 criando uma creche na área Estoril-Monte do Estoril e uma Creche na área da Alapraia-Alto dos Gaios;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Creches na freguesia da Parede até 2016 criando duas Creches no sector central da freguesia;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Creches na freguesia de São Domingos de Rana até 2016 criando sete Creches no sector a Norte da A5, três Creches na área Rebelva-São Domingos de Rana-Zambujal e duas Creche na área de Caparide-Penedo.



**Figura 51. Área de Reserva para Construção de Novos Equipamentos: Resposta Social Creche**



## Acção nº 2. Melhorar a Cobertura Territorial da Resposta Social Educação Pré-Escolar

### Referencial de abordagem:

- A Resposta Social Educação Pré-Escolar é de nível local devendo por esse facto localizar-se o mais próximo possível da população-alvo;
- Em contexto urbano a área de influência dos equipamentos de Educação Pré-Escolar não deverá ser superior a 500 metros;
- A Resposta Social Educação Pré-Escolar está orientada para um público-alvo muito jovem, dependente de terceiros nas suas deslocações pendulares.

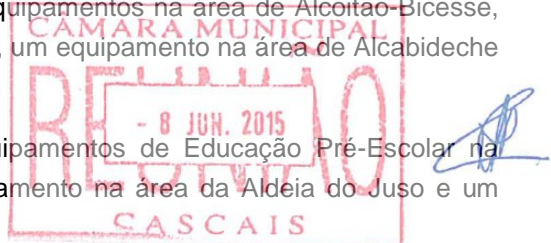
### Estratégia:

- Evitar que as crianças sejam sujeitas a extensos trajectos diários pendulares entre as residenciais e os equipamentos;
- Garantir que a globalidade das zonas habitacionais esteja coberta pela área de influência de pelo menos um equipamento até 2016;
- Localizar os equipamentos a criar até 2016 de modo a responder aos objectivos de ampliação de modo a melhorar a cobertura territorial;
- Integrar a deliberação da Câmara Municipal de Cascais, de 9 de Janeiro de 2007, relativamente à afectação de seis terrenos municipais para a instalação de equipamentos que acolherão a Resposta Social Educação Pré-Escolar, designadamente: em Alcabideche EB1+JI; no Monte Estoril EB1+JI; em Pau Gordo EB1+JI; em Matarraque EB1+JI; em Matocheirinhos EB1+JI; em Cabeço de Mouro EB1+JI.

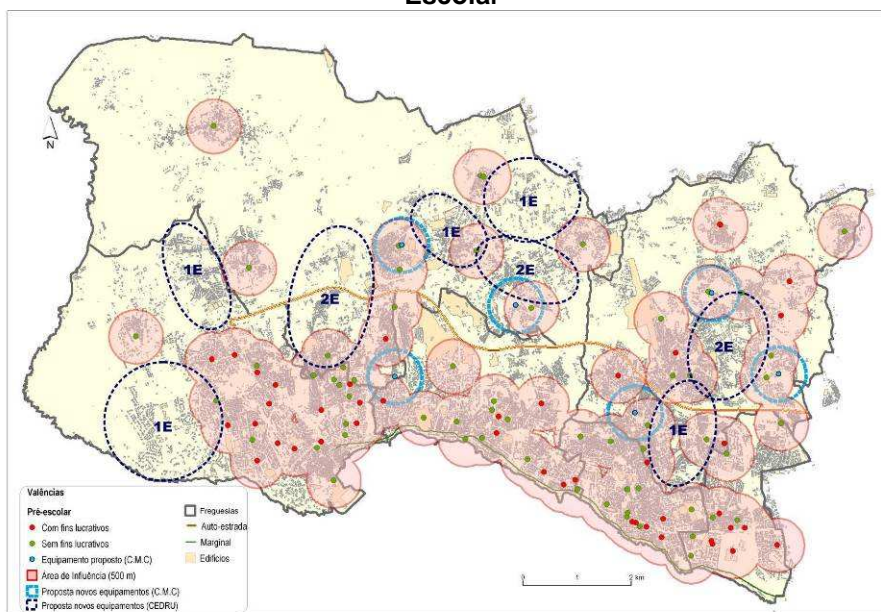


**Intervenções:**

- Criar os equipamentos com Resposta Social de educação Pré-escolar já planeados para os terrenos municipais localizados em Alcabideche, no Monte Estoril, em Pau Gordo, em Matarraque, em Matocheirinhos e em Cabeço de Mouro;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Equipamentos de Educação Pré-Escolar na freguesia de Alcabideche até 2016 criando dois equipamentos na área de Alcoitão-Bicesse, dois equipamentos na área da Abruxarda-Cabreiro, um equipamento na área de Alcabideche e um equipamento na área da Adroana;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Equipamentos de Educação Pré-Escolar na freguesia de Cascais até 2016 criando um equipamento na área da Aldeia do Juso e um equipamento na área Guia-Marinha;
- Melhorar a cobertura territorial da oferta de Equipamentos de Educação Pré-Escolar na freguesia de São Domingos de Rana até 2016 criando dois equipamentos na área Abóboda-Torre da Marinha e um equipamento na área Rebelva-São Domingos de Rana-Zambujal.



**Figura 52. Área de Reserva para Construção de Novos Equipamentos: Resposta Social Pré-Escolar**



**3.3.3. Linha de Intervenção Estratégica nº 3. – Qualificar as Capacidades e Competências da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais**

A terceira linha estratégica da Carta de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais resulta do aprofundado conhecimento que se obteve das condições de operacionalidade dos Equipamentos, dos Serviços e das Respostas Sociais, em virtude do exaustivo recenseamento que foi realizado.

Em consequência a Carta Social do Concelho de Cascais está em condições de propor um amplo conjunto intervenções em cinco grandes domínios:

- **Na ampliação ou substituição de Equipamentos que não apresentam condições operacionais** para o exercício das funções que lhe foram atribuídas. Conforme verificado na fase de diagnóstico, as razões de inoperacionalidade são variadas e englobam duas tipologias distintas: limitações físicas das instalações (dimensionamento, degradação, coabitação de Respostas Sociais, muitas vezes de domínios de actuação distintos) e limitações materiais, em parte relacionadas com questões financeiras associadas às entidades gestoras;
- **Reabilitação dos Equipamentos com Problemas de Conservação** atendendo a que muitos dos Equipamentos funcionam em instalações antigas e que denotam necessidades prementes de benfeitorias e de cuidados de manutenção;
- **Qualificação das Condições de Operacionalidade** tendo como propósito melhorar o estado de conforto, higiene e salubridade das construções, assim como da sua autonomia energética, qualidade ambiental, condições de segurança e acessibilidade através da concretização de intervenções no domínio da comodidade, bem-estar e funcionalidades dos mesmos e ainda num conjunto de condições externas com impacte directo, designadamente, ao nível da segurança e das acessibilidades aos mesmos;
- **Qualificação e valorização dos Recursos Humanos e das Instituições**, procurando, em primeiro lugar, assegurar que a afectação de recursos seja em número adequado, em segundo lugar que os níveis de qualificação dos recursos humanos sejam compatíveis com os serviços prestados, reforçando as capacidades e as competências dos mesmos e, finalmente, qualificar as práticas de gestão e a cultura organizacional das instituições de modo a melhorar a qualidade do serviço adequando-o às actuais exigências e desafios.

Saliente-se, antes de mais, que a análise seguinte tem por base os apuramentos do recenseamento efectuado junto das próprias entidades, não consistindo portanto numa avaliação ou interpretação dos elementos por parte da Equipa Técnica, mas antes numa mera análise das respostas disponibilizadas pelas próprias entidades.

### Medida 3.1 Substituir ou Ampliar Equipamentos sem Condições Operacionais

#### Referencial de abordagem:

- Foram identificados, à data da realização do questionário (2005), 52 equipamentos (ver Anexo 3) que apresentam deficiências estruturais nas suas instalações ou uma exiguidade de área que não permite a prestação de um serviço adequado;

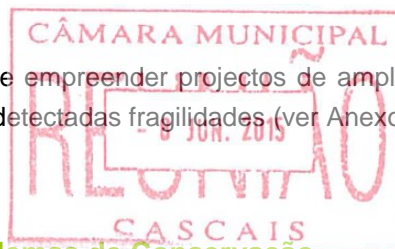
#### Estratégia:

- Apoiar a construção /cedência de novas instalações a instituições carenciadas;

- Promover intervenções de ampliação, remodelação e reparação de Equipamentos;
- Empreender obras para adaptação dos edifícios à população com mobilidade condicionada;
- Melhorar as condições de trabalho na prestação de serviços.

#### Intervenções:

- Estudar as possibilidades técnicas e financeiras de empreender projectos de ampliação ou relocalização dos 52 equipamentos em que foram detectadas fragilidades (ver Anexo 3).



### Medida 3.2 Reabilitação dos Equipamentos com Problemas de Conservação

#### Referencial de abordagem:

- No decorrer do processo de recenseamento foram identificados 105 Equipamentos (ver Anexo 3) com deficiências nas condições físicas dos equipamentos, sendo em 79 desses casos se justifica uma intervenção prioritária devido à gravidade dos problemas apresentados.

#### Estratégia:

- Reabilitar as condições físicas dos Equipamentos Sociais que apresentem problemas dando prioridade de tratamento aos que apresentem situações mais gravosas;
- Dar prioridade aos Equipamentos que denotem uma situação mais gravosa.

#### Intervenções:

- Realização de intervenções de conservação com carácter de urgência em 26 Equipamentos em que foram identificadas situações merecedoras dessa intervenção (ver Anexo 3);
- Realização de intervenções de conservação com grau de prioridade secundário em 79 Equipamentos em que foram identificadas situações merecedoras dessa intervenção (ver Anexo 3).

### Medida 3.3 Qualificação das condições de operacionalidade

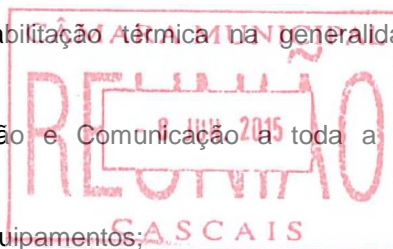
#### Referencial de abordagem:

- No decorrer do processo de recenseamento foram identificadas inúmeras insuficiências em termos de funcionalidade e conforto nos Equipamentos Sociais do Concelho de Cascais, em função dos seus objectivos e do público-alvo servido (ver Anexo 3).

- As deficiências encontradas ferem a qualidade do serviço prestado com diferentes graus de relevância, consoante a natureza das respostas e Respostas Sociais que cada um destes acolhe.

#### Estratégia:

- Melhorar as condições de conforto térmico/reabilitação térmica na generalidade dos equipamentos;
- Expansão das novas Tecnologias de Informação e Comunicação a toda a rede de Equipamentos;
- Alargamento do número de funcionalidades dos Equipamentos;
- Dar prioridade de intervenção aos equipamentos em que os défices identificados sejam mais relevantes para a qualidade do serviço prestado pelas Respostas e Respostas Sociais aí instaladas.



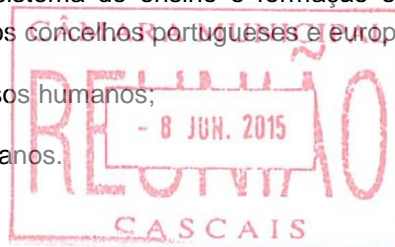
#### Intervenções:

- Caso existam condições operacionais para tal, dotar os Equipamentos das condições necessárias que permitam suprir as deficiências que apresenta (ver Anexo 3), designadamente:
  - Instalar Ventilação Natural em 7 Equipamentos;
  - Instalar Climatização Artificial em 137 Equipamentos;
  - Instalar Águas Quentes em 4 Equipamentos;
  - Instalar Gás de Rede em 87 Equipamentos;
  - Instalar Telefone em 8 Equipamentos;
  - Instalar acesso à Internet em 56 Equipamentos;
  - Instalar uma Cozinha em 33 Equipamentos;
  - Instalar uma Lavandaria em 36 Equipamentos;
  - Instalar uma Biblioteca em 53 Equipamentos;
  - Instalar um Bar em 14 Equipamentos;
  - Instalar uma Sala Polivalente em 37 Equipamentos;
  - Instalar uma Sala Computadores em 77 Equipamentos.

### Medida 3.4 Qualificar e Valorizar os Recursos Humanos e as Instituições

#### Objectivos:

- Qualificar a prestação de serviços de acção social à população;
- Melhorar a capacidade de gestão, coordenação dos equipamentos e serviços e recursos humanos;
- Melhorar os níveis de competência técnica e profissional dos técnicos sociais;
- Promover a intercâmbios e cooperação entre o sistema de ensino e formação e a Rede Social e entre a rede Social de cascais e a de outros concelhos portugueses e europeus;
- Aproveitar plenamente as competências dos recursos humanos;
- Melhorar os vínculos contratuais dos recursos humanos.



#### Intervenções:

- Reforçar a dotação de recursos humanos nos equipamentos que registam deficiências;
- Promover a realização de acções de formação e valorização profissional no domínio da Acção Social dirigidas aos técnicos sociais das diversas especialidades;
- Promover a realização de acções de formação e valorização profissional dirigidas aos gestores dos Equipamentos Sociais;
- Promover a organização palestras, workshops e seminários relativos a liderança e cultura organizacional;
- Promover a troca de experiências e a cooperação estimulando a participação dos técnicos sociais em seminários e conferências internacionais, visitas a equipamentos de serviço social nacionais e internacionais, realização de estágios internacionais e a participação em cursos realizados por organizações internacionais;
- Promover o reforço de competências através da concessão de bolsas de estudo aos técnicos sociais em diferentes áreas da Acção Social.
- Realizar diagnósticos de liderança e cultura organizacional com vista à supressão das fragilidades existentes.

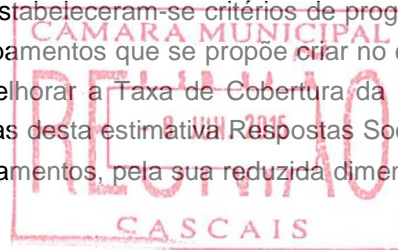
### 3.4. Programação Financeira e Urbanística da Ampliação da Rede de Equipamentos Sociais

A estimativa de áreas de construção e dos custos de investimento teve como referência um conjunto de fontes, designadamente:

- Os critérios de dimensionamento dos equipamentos colectivos fixados pela Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) no documento "Normas de Programação de Equipamentos Colectivos" (2002);

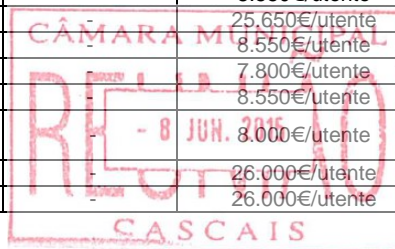
- Os custos padrão de construção por utente de cada resposta social fixados pelo Despacho nº10.516/2006, de 11 de Maio, pelo Ministro do Trabalho e da Segurança Social, no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES);
- Outros equipamentos similares localizados no concelho de Cascais e em outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

Tendo referência os dados obtidos nas fontes referenciadas estabeleceram-se critérios de programação financeira e urbanística para cada uma das tipologias de equipamentos que se propõe criar no concelho de Cascais, conforme estabelece a Linha Estratégica 1 – Melhorar a Taxa de Cobertura da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais. Note-se, que foram excluídas desta estimativa Respostas Sociais que não implicam a criação de equipamentos, ou que esses equipamentos, pela sua reduzida dimensão não têm relevância em termos de planeamento territorial.



Quadro 11. Critérios de Programação Financeira e Urbanística

Tipologia de Equipamento	Área de Construção	Área do Terreno	Custo padrão por utente
Equipamentos Pré-escolar	6m <sup>2</sup> /utente	16 m <sup>2</sup> /utente	7.800€/utente
Creche	10 m <sup>2</sup> /utente	20 m <sup>2</sup> /utente	7.800€/utente
Centro de Convívio / Academia	4 m <sup>2</sup> /utente	-	8.550€/utente
Lar de Idosos	32 m <sup>2</sup> /utente	-	25.650€/utente
Centro de Dia	7 m <sup>2</sup> /utente	-	8.550€/utente
Fórum Sócio-Ocupacional	10 m <sup>2</sup> /utente	-	7.800€/utente
Centro de Noite para idosos (?)	20 m <sup>2</sup> /utente	-	8.550€/utente
Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira	6 m <sup>2</sup> /utente	-	8.000€/utente
Unidade de Vida Apoiada (doença mental)	30 m <sup>2</sup> /utente	-	26.000€/utente
Unidade de Vida Protegida (doença mental)	30 m <sup>2</sup> /utente	-	26.000€/utente



Quadro 12. Síntese de Programação Urbanística e Financeira da Criação de novos Equipamentos

		Acréscimo da Oferta			Investimento
		Lugares (Nº)	Equipamentos (Nº)	Área de Construção (m <sup>2</sup> )	€
Pré-Escolar	Alcabideche	675	9	4.050	5.265.000
	Carcavelos	0	0	0	0
	Cascais	150	2	900	1.170.000
	Estoril	0	0	0	0
	Parede	0	0	0	0
	S. D. de Rana	450	6	2.700	3.510.000
	<b>Concelho</b>	<b>1.275</b>	<b>17</b>	<b>7.650</b>	<b>9.945.000</b>
Creches	Alcabideche	280	8	2.800	2.184.000
	Carcavelos	105	3	1.050	819.000
	Cascais	280	8	2.800	2.184.000
	Estoril	70	2	700	546.000
	Parede	70	2	700	546.000
	S. D. de Rana	420	12	4.200	3.276.000
	<b>Concelho</b>	<b>1.225</b>	<b>35</b>	<b>12.250</b>	<b>9.555.000</b>
Centro de Convívio/ Academia	Alcabideche	250	5	1.000	2.137.500
	Carcavelos	250	5	1.000	2.137.500
	Cascais	300	6	1.200	2.565.000
	Estoril	100	2	400	855.000
	Parede	50	1	200	427.500
	S. D. de Rana	350	7	1.400	2.992.500
	<b>Concelho</b>	<b>1.300</b>	<b>26</b>	<b>5.200</b>	<b>11.115.000</b>
Lar de Idosos	Alcabideche	240	6	7.680	6.156.000
	Carcavelos	240	6	7.680	6.156.000
	Cascais	280	7	8.960	7.182.000
	Estoril	200	5	6.400	5.130.000
	Parede	120	3	3.840	3.078.000
	S. D. de Rana	360	9	11.520	9.234.000
	<b>Concelho</b>	<b>1.440</b>	<b>36</b>	<b>46.080</b>	<b>36.936.000</b>
Centro de Dia	Alcabideche	350	7,0	2.450	2.992.500
	Carcavelos	300	6,0	2.100	2.565.000
	Cascais	400	8,0	2.800	3.420.000
	Estoril	150	3,0	1.050	1.282.500
	Parede	200	4,0	1.400	1.710.000
	S. D. de Rana	400	8,0	2.800	3.420.000
	<b>Concelho</b>	<b>1.800</b>	<b>36</b>	<b>12.600</b>	<b>15.390.000</b>
Fórum Sócio-Ocupacional	<b>Concelho</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>300</b>	<b>234.000</b>
Centro de Noite	<b>Concelho</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>140</b>	<b>171.000</b>
Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira	<b>Concelho</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>180</b>	<b>240.000</b>
Unidade de Vida Apoiada	<b>Concelho</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>900</b>	<b>780.000</b>
Unidade de Vida Protegida	<b>Concelho</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>900</b>	<b>780.000</b>



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a horizontal stroke at the end.

**ANEXOS**



Anexo 1 - Melhorar a Taxa de Cobertura da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais – Domínio do Apoio aos Idosos

RESPOSTA SOCIAL	NÍVEL GEOGRÁFICO	SITUAÇÃO ACTUAL					OBJECTIVO 2016						
		População Alvo (Nº) *	Oferta Total **			Taxa de Cobertura (%)	População Alvo (Nº) ***	Objectivo de Taxa de Cobertura (%)	Acréscimo na Oferta		Oferta Total		
			Lugares (Nº)	Equipamentos (Nº)	Dimensão Média dos Equipamentos				Lugares (Nº)	Equipamentos (Nº)	Lugares (Nº)	Equipamentos (Nº)	Dimensão Média dos Equipamentos
		1	2	3	4 = (2/3)	5 = [(2/1) x100]	6	7 = [(8/6)x100]	8	9	10 = (2+8)	11 = (3+3+9)	12 = (10/11)
Centro de Convívio/ Academia	Alcabideche	4.286	521	7	74	12,2	8.373	9,2	250	5	771	12	64
	Carcavelos	2.902	25	1	25	0,9	5.120	5,4	250	5	275	6	46
	Cascais	5.534	465	4	116	8,4	9.578	8	300	6	765	10	77
	Estoril	4.338	283	6	47	6,5	5.559	6,9	100	2	383	8	48
	Parede	3.774	215	4	54	5,7	4.108	7	50	1	265	5	53
	S. D. de Rana	4.923	323	9	36	6,6	9.516	7,1	350	7	673	16	42
	<b>Total Concelhio</b>	<b>25.757</b>	<b>1.832</b>	<b>31</b>	<b>59</b>	<b>7,1</b>	<b>42.254</b>	<b>7,4</b>	<b>1300</b>	<b>26</b>	<b>3.132</b>	<b>57</b>	<b>55</b>
Lar de Idosos	Alcabideche	4.286	156	3	52,0	3,6	8.373	4,7	240	6	396	9	44
	Carcavelos	2.902	0	0	0,0	0,0	5.120	4,7	240	6	240	6	40
	Cascais	5.534	155	4	38,8	2,8	9.578	4,5	280	7	435	11	40
	Estoril	4.338	55	2	27,5	1,3	5.559	4,6	200	5	255	7	36
	Parede	3.774	69	2	34,5	1,8	4.108	4,6	120	3	189	5	38
	S. D. de Rana	4.923	48	1	48,0	1,0	9.516	4,3	360	9	408	10	41
	<b>Total Concelhio</b>	<b>25.757</b>	<b>483</b>	<b>12</b>	<b>40,3</b>	<b>1,9</b>	<b>42.254</b>	<b>4,6</b>	<b>1440</b>	<b>36</b>	<b>1.923</b>	<b>48</b>	<b>40</b>
Centro de Dia	Alcabideche	4.286	160	3	53,3	3,7	8.373	6,1	350	7	510	10	51
	Carcavelos	2.902	0	0	0,0	0,0	5.120	5,9	300	6	300	6	50
	Cascais	5.534	140	3	46,7	2,5	9.578	5,6	400	8	540	11	49
	Estoril	4.338	510	3	170,0	11,8	5.559	11,9	150	3	660	6	110
	Parede	3.774	56	1	56,0	1,5	4.108	6,2	200	4	256	5	51
	S. D. de Rana	4.923	192	3	64,0	3,9	9.516	6,2	400	8	592	11	54
	<b>Total Concelhio</b>	<b>25.757</b>	<b>1058</b>	<b>13</b>	<b>81,4</b>	<b>4,1</b>	<b>42.254</b>	<b>6,8</b>	<b>1800</b>	<b>36</b>	<b>2.858</b>	<b>49</b>	<b>58</b>

Nota Técnica

Fontes de Informação:

\* População com 65 ou mais anos de idade segundo o INE (2001)  
 \*\* Inquérito CEDRU, 2005  
 \*\*\* Estimativa Demográfica para 2016

Nota explicativa:

- Foram excluídos do somatório da oferta actual equipamentos inquiridos que se recusaram a fornecer informação sobre a dimensão máxima do equipamento e sobre o número de utentes.
- Foi considerado que nas situações em que os inquiridos apenas responderam ao Número de Utentes que este valor equivale ao Número Efectivo de Lugares do Equipamento.

Anexo 2 – Melhorar a Taxa de Cobertura da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais – Domínio Infância e Juventude



RESPOSTA SOCIAL	NÍVEL GEOGRÁFICO	SITUAÇÃO ACTUAL					OBJECTIVO HORIZONTE 2016						
		População Alvo (Nº) *	Oferta Total **			Taxa de Cobertura (%)	População Alvo (Nº) ***	Objectivo de Taxa de Cobertura (%)	Acréscimo da Oferta		Oferta Total		
			Lugares (Nº)	Equipamentos (Nº)	Dimensão Média dos Equipamentos				Lugares (Nº)	Equipamentos (Nº)	Lugares (Nº)	Equipamentos (Nº)	Dimensão Média dos Equipamentos
			1	2	3				4 = (2/3)	5 = [(2/1) x100]	6	7 = [(8/6)x100]	8
Pré-Escolar	Alcabideche	1.267	757	16	47	60	1.409	100	675	9	1.432	25	57
	Carcavelos	801	1261	13	97	157	891	100	0	0	1.261	13	97
	Cascais	1.292	1.352	24	56	105	1.437	100	150	2	1.502	26	58
	Estoril	857	1005	18	56	117	953	100	0	0	1.005	18	56
	Parede	553	1016	13	78	184	615	100	0	0	1.016	13	78
	S. D. de Rana	1.861	992	19	52	53	2.070	70	450	6	1.442	25	58
	<b>Total Concelhio</b>	<b>6631</b>	<b>6383</b>	<b>103</b>	<b>62</b>	<b>96</b>	<b>7375</b>	<b>100</b>	<b>1.275</b>	<b>17</b>	<b>7658</b>	<b>120</b>	<b>64</b>
ATL	Alcabideche	2.037	282	6	47	14	2.266	12	0	0	282	6	47
	Carcavelos	1.157	342	7	49	30	1.287	27	0	0	342	7	49
	Cascais	1.982	455	9	51	23	2.204	21	0	0	455	9	51
	Estoril	1.367	603	10	60	44	1.520	40	0	0	603	10	60
	Parede	899	116	3	39	13	1.000	12	0	0	116	3	39
	S. D. de Rana	2.947	788	13	61	27	3.277	24	0	0	788	13	61
	<b>Total Concelhio</b>	<b>10.389</b>	<b>2.586</b>	<b>48</b>	<b>54</b>	<b>2</b>	<b>11.555</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.586</b>	<b>48</b>	<b>54</b>
Ludotecas e Espaços Lúdicos	Alcabideche	2.037	189	5	38	9	2.266	8	0	0	189	5	38
	Carcavelos	1.157	25	1	25	2	1.287	9	0	0	25	1	25
	Cascais	1.982	0	0	0	0	2.204	9	0	0	0	0	0
	Estoril	1.367	90	2	45	7	1.520	9	0	0	90	2	45
	Parede	899	35	1	35	4	1.000	9	0	0	35	1	35
	S. D. de Rana	2.947	52	2	26	2	3.277	9	0	0	52	2	26
	<b>Total Concelhio</b>	<b>10.389</b>	<b>391</b>	<b>11</b>	<b>36</b>	<b>4</b>	<b>11.555</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>391</b>	<b>11</b>	<b>36</b>
Creches	Alcabideche	1.226	269	8	33,6	22	1.363	40,3	280	8	549	16	34
	Carcavelos	871	316	6	52,7	36	969	43,4	105	3	421	9	47
	Cascais	1.290	346	11	31,5	27	1.435	43,6	280	8	626	19	33
	Estoril	834	354	8	44,3	42	927	45,7	70	2	424	10	42
	Parede	579	204	6	34,0	35	644	42,5	70	2	274	8	34
	S. D. de Rana	2.072	533	12	44,4	26	2.305	41,3	420	12	953	24	40
	<b>Total Concelhio</b>	<b>6.872</b>	<b>2022</b>	<b>51</b>	<b>39,6</b>	<b>29</b>	<b>7.643</b>	<b>42</b>	<b>1.225</b>	<b>35</b>	<b>3.247</b>	<b>86</b>	<b>38</b>

Nota Técnica

Fontes de Informação:

\* Pré-escolar: INE (2001), População residente com idade compreendida entre os 3 e os 6 anos; ATL e Ludotecas/Espaços Lúdicos: INE (2001), População residente com idade compreendida entre os 6 e os 11 anos; Creches: INE (2001), População residente com idade inferior ou igual a 3 anos.

\*\* Inquérito CEDRU, 2005

\*\*\* Estimativa Demográfica para 2016

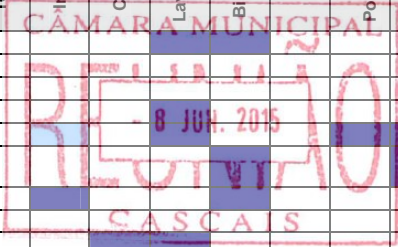
Nota explicativa:

↗ Foram excluídos do somatório da oferta actual de equipamentos os estabelecimentos inquiridos que se recusaram a fornecer informação sobre a dimensão máxima do equipamento e sobre o número de utentes.

↗ Foi considerado que nas situações em que os inquiridos apenas responderam ao Número de Utentes, que este valor equivale ao Número Efectivo de Lugares do Equipamento.

**Anexo 3 – Grau de Prioridade de Intervenção nas Condições de Operacionalidade dos Equipamentos**

Equipamento	Conforto						Funcionalidades								
	Iluminação Natural	Ventilação Natural	Climatização Artificial	Águas Quentes	Gás de Rede	Telefone	Internet	Cozinha	Lavandaria	Biblioteca	Bar	Sala Polivalente	Parque infantil	Sala Computadores	Logradouro/Jardim
"A Cegonha" - Infantário da Parede															
"O Bicharoco" (Lydia & Lydia, Lda)															
A Escolinha															
A Escolinha da Aldeia – Creche e Jardim de Infância Lda.															
A Escolinha Mágica															
A Torre Guia – Cooperativa de Solidariedade Social (Creche)															
A Torre Guia – Cooperativa de Solidariedade Social (ATL)															
Aldeia de Crianças SOS de Bicesse															
AMERA - Residência Assistida para Seniores															
Amigos-Jardim Infantil, Lda.															
Amor de Santo António – Residencial para Idosos, Lda.															
APPDA - Unidade Residencial do Zambujal															
Associação Cristã da Mocidade – Centro Psicopedagógico															
Associação Cristã da Reinserção e Apoio Social – ACRAS															
Associação da Escola 31 de Janeiro															
Associação de Apoio Social "Os Amigos da Paz"															
Associação de Apoio Social Nossa Senhora da Assunção da Malveira da Serra (AISA) - Centro Dia															
Associação de Apoio Social Nossa Senhora das Neves de Manique de Baixo															
Associação de Beneficência Luso-Alemã (ABLA)															
Associação de Educação Popular do Zambujal															
Associação de Emigrantes do Tame															
Associação de Idosos de Santa Iria - AISI															
Associação de Idosos e Deficientes do Penedo															
Associação de Reformados e Idosos do Murtal (ARIM)															
Associação de Surdos da Linha de Cascais															
Associação dos Idosos da Amoreira															
Associação Jerónimo Usera															
Associação Juvenil Clube das Gaivotas da Torre															
Associação Nacional de Espondilite Anquilosante (ANEA)															
Associação para a Reabilitação e Integração AJUDA/Fórum Sócio-Ocupacional de Cascais (ARIA)															
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima															
Associação Portuguesa de Deficientes - Delegação de Cascais															
Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger															
Associação REMAR															
ATL Animação de Rua															
ATL Chesol															
ATL da Abóboda															
ATL da Amoreira															
ATL da Galiza															
ATL da Galiza 2															
ATL da Galiza 3															
ATL das Fontainhas															
ATL de Carcavelos															
ATL de Trajouce															
ATL dos Lombos															
ATL Monte do Estoril															
ATL São João do Estoril															
ATL São Pedro do Estoril															
ATL Sassoeiros Nº 1															
ATL Sassoeiros Nº 2															
ATL Tires 3															
ATL Torre															
Berçário e Creche "A Chupeta"															
Boa Ventura Montessori Nursery School															
Cantinho do Amor - Casa de Repouso															
Cantinho dos Avós Felizes - Lar de Terceira Idade, Lda.															
Casa d' Egas Moniz - Centro Geriátrico de Repouso e Reabilitação, Lda.															
Casa da Criança de Tires															
Casa da Criança do Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais															
Casa de Repouso Alapraia															
Casa de Repouso Britânica															
Casa de Repouso de Alcabideche															

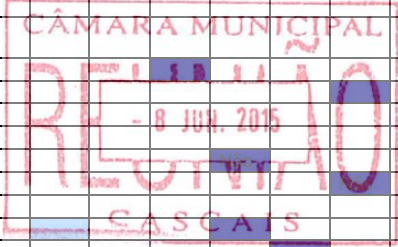


Equipamento	Conforto							Funcionalidades							
	Iluminação Natural	Ventilação Natural	Climatização Artificial	Águas Quentes	Gás de Rede	Telefone	Internet	Cozinha	Lavandaria	Biblioteca	Bar	Sala Polivalente	Parque Infantil	Sala Computadores	Logradouro/Jardim
Casa de Repouso de Birre															
Casa de Repouso de Cascais															
Casa de Repouso do Carmo, Unipessoal, Lda.															
Casa de Repouso e Centro Dia - O Refúgio das Avózinhas															
Casa de Repouso Geriátrica Quinta da Alagoa															
Casa de Repouso Janelas Douradas															
Casa de Repouso Mirante de Cascais, Lda.															
Casa de Repouso Nossa Senhora das Neves															
Casa de Repouso Novas Amizades															
Casa de Repouso Rosa Branca															
Casa de Repouso Santo António															
Casa de Repouso São Ciro															
Casa de Repouso São José de Cascais															
Casa de Repouso São Tomé - Carinho dos Avós															
Casa de Repouso Terceira Idade															
Casa do Estoril - Associação Novo Futuro															
Casa do Penedo															
Casa do Sagrado Coração de Jesus															
Casa dos Nossos Pais - Lar de Idosos Unipessoal, Lda.															
Casa Grande da Galiza															
Casal do Pinheiro, Casa de Repouso, Lda.															
Cascais Jardim - Casa de Repouso															
Centro Alfredo Pinheiro															
Centro Comunitário da Parede															
Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos - Sede															
Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos - Unidade Integrada de Carcavelos - Casa Jubileu 2000															
Centro Comunitário de Tires - Sede															
Centro Cultural Moldavo - Antiga Escola Primária															
Centro de Acolhimento Casa da Encosta															
Centro de Atividades Educativas da Areia/Centro de Convívio da Areia															
Centro de Atividades Lúdicas e Extra Escolares, Lda. - Brinca XXI															
Centro de Apoio ao Deficiente															
Centro de Apoio Social do Pisão															
Centro de Bem-Estar Social Juventude e Terceira Idade de Alcabideche															
Centro de Convívio "Crescer e Viver" - Sociedade Recreativa Outeirense															
Centro de Convívio "Natael Rianço"															
Centro de Convívio "Os Vinhais"															
Centro de convívio da Associação de Beneficência de Socorros - "Amadeu Duarte"															
Centro de Convívio da Galiza - Associação Desportiva Costa do Sol															
Centro de Convívio de Alcoitão															
Centro de Convívio de Alvide															
Centro de Convívio de Mato-Cheirinhos															
Centro de Convívio do Bairro do Rosário															
Centro de Convívio do Clube Desportivo do Arneiro															
Centro de Convívio do Poço Novo															
Centro de Cooperação Familiar "O Botãozinho"															
Centro de Dia da Torre															
Centro de Dia de Cascais															
Centro de Dia de São Miguel (ou de Alvide)															
Centro de Educação Especial "Flauta Mágica"															
Centro de Educação Infantil da Parede															
Centro de Repouso das Avencas															
Centro Engenheiro Álvaro de Sousa															
Centro Infantil das Fisgas															
Centro Paroquial do Estoril															
Centro Porta Amiga de Cascais (AMI)															
Centro Psicogeriátrico Nossa Senhora de Fátima															
Centro Social Arco Íris (Creche)															
Centro Social Arco Íris (Lar)															
Centro Social de São José de Caparide															
Centro Social Dom Bosco - Associação dos Antigos Alunos Salesianos do Estoril															
Centro Social Nossa Senhora de Fátima															
Centro Social Paroquial de São Pedro e São João do Estoril															
CERCICA - Apoio Domiciliário															
CERCICA - Centro de Recursos															
CERCICA - Educação Especial															
CERCICA - Residência															



*[Handwritten signature]*

Equipamento	Conforto							Funcionalidades							
	Iluminação Natural	Ventilação Natural	Climatização Artificial	Águas Quentes	Gás de Rede	Telefone	Internet	Cozinha	Lavandaria	Biblioteca	Bar	Sala Polivalente	Parque Infantil	Sala Computadores	Logradouro/Jardim
CERCICA - Residência 2															
CERCICA - Residência 3															
Challett dos Avós/ASMS Lar de 3ª Idade, Lda.															
Clube de Jovens															
Colégio "O Mundo do Era Uma Vez"															
Colégio Académico de Cascais															
Colégio Amor de Deus - Congregação das Religiosas do Amor de Deus															
Colégio Cachabú, Lda.															
Colégio de Bafureira															
Colégio do Rosário, Lda.															
Colégio Dona Luísa Sigea															
Colégio Marista de Carcavelos			Não											Não	
Colégio Portugal															
Colégio Quinta do Lago															
Colónia Infantil de Educação Popular "A Poça"															
Complexo Social da Pampilheira															
Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes - Delegação da Linha do Estoril															
Creche do Arneiro															
Creche e Jardim-de-infância "Chinelinho"															
Creche e Jardim-de-infância de Bicesse															
Creche Familiar (Tires)															
Creche Familiar 2 (Matoscheirinhos)															
Creche Familiar 3 (Mata da Torre)															
Creche José Luís															
Creche Marcelina Teodoro dos Santos															
Creche O Pinhal															
Creche Pipoca Azul, Lda.															
Creche Tutu Tata															
CRESTE - Creche e Jardim de Infância de Lisboa e Estoril															
CRETA - Comunidade Terapêutica da Parede															
Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo da Costa do Estoril															
CSP S. Vicente de Alcabideche - Ext. Alvide															
CSP S. Vicente de Alcabideche - Ext. Bairro da Cruz Vermelha															
CSP S. Vicente de Alcabideche - Sede															
CSP São Domingos de Rana - Casa Madorna															
CSP São Domingos de Rana - Casa Talaíde															
CSP São Domingos de Rana - Casa Trajouce															
CSP São Domingos de Rana - Casa Zambujal															
CSP São Domingos de Rana -Sede															
Departamento de 3ª Idade															
Edifício - IDEIA - Instituto para o Desenvolvimento Integrado na Acção															
Éramos um - Cooperativa de Ensino															
Escola Nova Apostólica															
Escola Técnica Liceal Salesiana de Santo António															
Escolinha da Ana - Creche e infantilário															
Escolinha do Largo, Lda.															
Escolinha dos Anjos															
Escolinha Tia Ló															
Espaço C															
Espaço Jovem da Galiza															
Espaço Lúdico de Bicesse															
Espaço Lúdico de Cabeço de Mouro															
Espaço Lúdico de Carcavelos															
Espaço Lúdico de Manique															
Espaço Lúdico de Outeiro de Polima															
Espaço Lúdico do Murtal															
Espaço Lúdico do Pai do Vento															
Espaço Lúdico do Pai do Vento II															
Espaço Lúdico Pica-Pau															
Estabelecimento Infantil da Abóboda															
Externato "A nova toca"															
Externato "O Cantinho"															
Externato "O Nicho"															
Externato "O Papião"															
Externato Eduarda Maia - Actividades Escolares, Lda.															
Externato Europa															
Externato Florinda Leal															
Externato Jardim dos Lombos															
Externato Miguel Ângelo															
Externato Nossa Senhora da Assunção - Semi-Internato N. Sra. Assunção															
Externato Nossa Senhora do Rosário															



Não

Equipamento	Conforto							Funcionalidades							
	Iluminação Natural	Ventilação Natural	Climatização Artificial	Águas Quentes	Gás de Rede	Telefone	Internet	Cozinha	Lavandaria	Biblioteca	Bar	Sala Polivalente	Parque Infantil	Sala Computadores	Logradouro/Jardim
Externato Olias/Estabelecimento de Ensino Olias, Lda.															
Externato Príncipes de Aviz															
Externato Senhora do Monte															
Famílias Anónimas - Grupo da Parede															
Famílias Anónimas - Grupo de Carcavelos															
Famílias Anónimas - Grupo de Cascais/Alvide															
Formiga - Creche e Infantário, Lda															
FPEPTT - Apartamento de Reinserção do Murtal															
FPEPTT - Centro de Atendimento															
FPEPTT - Comunidade Terapêutica da Casa da Barragem															
Fundação "O Século"															
Grupo de Apoio e Desafio à SIDA (GADS)															
Grupo de Solidariedade, Justiça e Paz															
Home Instead - CasCare, Lda.															
Horizonte Cooperativa de Solidariedade Social e de Ensino, C.R.L.															
Horizonte Cooperativa de Solidariedade Social e de Ensino, C.R.L. - ATL do Murtal															
Infantário - "A Estrelinha Bibi"															
Infantário "Bébé Sol"															
Infantário "Cor dos Sonhos"															
Infantário "O Berço"															
Infantário "O Tigrinho"															
Infantário da CP															
Infantário de Alcoitão															
Infantário e Creche "As abobrinhas"															
Instituto da Sagrada Família/Centro de Acolhimento Francisca Lindoso															
Instituto Geriátrico de Cascais, Sanusger – Geriatria e Saúde, Lda.															
International Christian School of Cascais															
Isabel Bandeira Pereira															
Jardim-de-infância da Areia															
Jardim-de-infância "O Cavalinho Pimpão"															
Jardim-de-infância da Galiza															
Jardim-de-infância da Parede															
Jardim-de-infância de Alcabideche															
Jardim-de-infância de Alvide															
Jardim-de-infância de Carcavelos															
Jardim-de-infância de Cobre															
Jardim-de-infância de Manique															
Jardim-de-infância de Murches															
Jardim-de-infância de Outeiro de Polima															
Jardim-de-infância de São José															
Jardim-de-infância de Sassoeiros n.º															
Jardim-de-infância do Murtal															
Jardim-de-infância Malveira da Serra															
Jardim-de-infância n.º de Tires															
Jardim de Infância n.º de Tires - Sala A															
Jardim-de-infância n.º 2 de Tires															
Jardim-de-Infância n.º 2 de Cascais															
Jardim-de-infância Pai do Vento															
Jardim-escola do Pessoal do Município de Cascais															
Jardim Infantil Branca de Neve das Irmãs da Misericórdia															
Kiga - Sociedade de Actividades Luso-Alemã, Lda.															
Lar - Centro de Dia Oásis															
Lar Branco Rodrigues															
Lar Casa da Alapraia – APPACDM															
Lar da Boa Vontade - Lares Chesire em Portugal															
Lar das Fisgas de Alcoitão															
Lar de Idosos da Bafureira															
Lar de Nossa Senhora da Visitação															
Lar de Santa Rita															
Lar de São Francisco de Assis															
Lar Dom Avô, Lda.															
Lar Repouso Sorriso dos Avós															
Lar Universal															
LPDM - Centro de Recursos Sociais - Unidade Local do Estoril															
Ludoteca do Monte															
Malta - Espaço Jovem															
Mamie Residencial de Idosos, Lda.															
Maurineto Exploração de Lares. Lda. (Casa de Repouso S. Domingos de Rana)															
Novos Rostos... Novos Desafios															
O Catavento - Jardim de Infância															



*[Handwritten signature]*

Equipamento	Conforto							Funcionalidades							
	Iluminação Natural	Ventilação Natural	Climatização Artificial	Águas Quentes	Gás de Rede	Telefone	Internet	Cozinha	Lavandaria	Biblioteca	Bar	Sala Polivalente	Parque Infantil	Sala Computadores	Logradouro/Jardim
O Fraldinhas de Pampilheira															
O Mimo da Joanhina - Creche e Serviço de Baby-Sitter															
O Narizinho - Creche e Jardim de Infância, Lda.															
O Nosso Sonho - Cooperativa de Ensino - ATL															
O Nosso Sonho - Cooperativa de Ensino - CEI2															
O Outro Lado da Escola															
O Peluche, Creche de Cascais															
O Xururuca-Creche Infantil e Primário, S. U. L.															
Obra de Santa Ana- Associação de Apoio a Jovens e Idosos Deficientes Motores															
Paradisiaco - Casa de Repouso Unipessoal, Lda.															
Paraíso das Oliveiras - Repouso de Qualidade, Lda.															
Pirilampo - Creche e Jardim Infantil , Lda															
Pirilampo - Creche e Jardim Infantil , Lda															
Residência Geriátrica Santa Inês, Lda.															
Saint John's School															
Solar do Ancião - Lar de Terceira Idade Lda.															
St. Dominics International School - Fund. Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas															
St. Julian's School/Colégio Inglês de São Julião															
Teixeira Vilhalva, Lda.															
The International Preparatory School - IPS															
The International Preparatory School - IPS															
Três Anjos - Lar de Terceira Idade, Lda.															
Troupe Traparidense – ATL de Caparide															
UMAR - Serviço de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência - Cascais															



**Legenda:**

Urgente	■
Menos Urgente	■
Não se justifica	■